



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

Comunicação e Direitos Humanos





SEMINÁRIO INTERNACIONAL

COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS

DEBATE DE PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS



Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Pelos nossos direitos: em busca da democratização da comunicação no Brasil

For our rights: in search for democratization of communication in Brazil

Eula D.T.Cabral – FCRB¹

Resumo:

O objetivo do artigo é mostrar a importância da democratização da comunicação no Brasil. A partir de pesquisas bibliográfica e documental, verificou-se que: mesmo que a concentração midiática seja realidade no país, a sociedade civil pode se organizar e lutar para que os artigos da Constituição federal (1988) sejam respeitados e a comunicação se torne um direito de todo(a)s.

Palavras-chave: democratização da comunicação; direito à comunicação; mídia brasileira; concentração de mídia.

Abstract:

The purpose of this article is to show the importance of the democratization of communication in Brazil. Based on bibliographic and documental research, it was verified that: even if media concentration is a reality in the country, civil society can organize and fight to ensure that the articles of the Federal Constitution (1988) are respected and communication becomes a right for all.

Keywords: democratization of communication; right to communication; Brazilian media; media concentration.

¹ Tem Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado em Comunicação Social. Trabalha na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) com pesquisas e projetos no setor de Políticas Culturais, atuando na área de EPCC, e é professora do Mestrado em Memória e Acervos. Email: eulacabral@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

1. Introdução

Durante o governo Lula havia uma grande expectativa da sociedade em relação à democratização da comunicação no país. Entretanto, não foi o que se mostrou nos anos seguintes, a despeito da realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009. Os debates aconteceram de modo tímido e restrito, com pouca sinalização de avanços reais e sem levar em conta as propostas aprovadas na referida Conferência, feita com a participação de representantes de governo, empresas e de organizações da sociedade civil não comercial.

Em 2019, 10 anos depois da Confecom, verifica-se que o governo federal vem colocando de lado todo e qualquer debate que mostre a importância da democratização da Comunicação e da Comunicação como direito. Diante disso, faz-se necessário analisar a temática, uma vez que a população brasileira é consumidora midiática, pois em todos os lares têm-se algum veículo de comunicação (como a TV aberta que atinge todos os lares onde há energia elétrica); a atual Constituição federal (1988) mostra como deve ser tratada a comunicação no país; existe concentração midiática (com cinco grupos nacionais controlando a radiodifusão no Brasil), não respeitando a diversidade cultural e de conteúdo e tentando acabar com os veículos comunitários. Além disso, a comunicação é uma área científica e dentro das instituições de ensino e de pesquisa existem grupos críticos que trabalham em prol da comunicação como direito de todo(a)s.

2. Justificativa e abordagem teórica

A democratização da comunicação é uma histórica bandeira de luta dos movimentos sociais no Brasil. É uma preocupação de organizações sociais em suas atuações diárias, leva em consideração as necessidades da reformulação de políticas públicas, considera a diversidade de produtores capacitados e qualificados para acessar e exercer o controle sobre os meios de grande circulação, além de implementar meios de alcance local e comunitário (CABRAL FILHO, CABRAL, 2005).

A luta pela democratização da comunicação no Brasil é resultado de uma iniciativa que se vincula “aos esforços para uma reestruturação da sociedade brasileira, com o estabelecimento de garantias para o acesso a serviços públicos, ao trabalho e a

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

condições de vida dignas para todos os brasileiros” (BASES..., 1994). De acordo com Murilo César Ramos (2000, p. 93), esta luta seria oriunda da mobilização de uma “opinião pública dotada do poder de tomar decisões e dar conseqüências a essas decisões, a partir, por exemplo, de conselhos populares e organizações produtivas em que predominem a propriedade cooperativa ou outras formas de autogestão”.

Trabalha-se com o conceito que é apropriado pela sociedade civil ligado ao movimento pela democratização da comunicação no Brasil, transformando-o em bandeira de luta e propondo elementos que a constituiriam. É o caso do slogan do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que traduz sua forma de atuação: “democratizar a comunicação para a democratização da sociedade”, estabelecendo a necessidade de tornar a comunicação mais democrática como condição prévia à democratização da sociedade, cumprindo um duplo papel de ressaltar o papel potencializador da comunicação nas lutas específicas dos diversos movimentos sociais e as particularidades da comunicação como temática própria, dentro de um sistema restritivo e excludente, que inibe uma efetiva participação no seu processo de produção (CABRAL FILHO, CABRAL, 2005).

Existem outros autores que ligam o conceito ao Direito à Comunicação. Cees Hamelink (in MELO e SATHLER, 2005, p. 144) mostra que, desde a introdução deste direito pela UNESCO, em 1994, “o direito a comunicar é percebido por seus protagonistas como mais fundamental do que o direito à informação, como atualmente disposto pelas leis internacionais”. O redimensionamento do artigo 19, a partir dos diversos debates que se seguiram, proporcionou o surgimento da Plataforma para os Direitos da Comunicação, um agrupamento de ONGs formado em 1996, em Londres, que por sua vez, em 2001, fundou a Campanha CRIS, sigla que significa, em português, Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação.

Para Marcos Alberto Bitelli (2004, p.168), há “o interesse tão grande da sociedade e do Estado por ela organizado diante desses direitos (de informar e ser informado), pois somente uma pessoa humana ‘consciente’ poderá ter satisfeito o atendimento desse princípio fundamental”. Ou seja, a comunicação é um direito e um dever de todo(a)s.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Para entender a importância da democratização da Comunicação no Brasil trabalha-se com pesquisa bibliográfica, analisando autores que estudam a temática a partir dos conceitos democratização de mídia e direito à comunicação. Além disso, leva-se em consideração a pesquisa documental, pois são verificadas as legislações nacionais, além das internacionais que trabalham o tema e têm o Brasil como um dos signatários.

4. Desenvolvimento

Se, por um lado, democratizar a comunicação significa recobrar o que esta atividade tem de vital, ou seja, reivindicar a dimensão original de diálogo e horizontalidade da comunicação, a idéia de lutar pelo direito humano à comunicação está diretamente relacionada à mobilização tanto daqueles que buscam exercê-la mais diretamente na prática - ativistas e jornalistas, por exemplo - como expandir esse direito àqueles que têm competência para tanto, ou seja, à sociedade como um todo.

A mobilização em prol da democratização da comunicação no Brasil vem demonstrando, portanto, que há muitos espaços a se conquistar por parte dos movimentos sociais, no tocante ao envolvimento pleno e não hierárquico das pessoas e organizações. Para John Holloway (2003, p. 50) “a existência do poder-fazer como poder-sobre significa que a imensa maioria dos fazedores são convertidos em objetos do fazer” e esse não é privilégio somente das relações capitalistas, mas também algo que os movimentos sociais necessitam enfrentar e superar.

No que tange à diversidade cultural (que está dentro do parâmetro do alcance da comunicação), além das legislações nacionais e internacionais, leva-se em consideração autores que analisam a comunicação, a mídia e a informação. Pois, como observou José Augusto Lindgren-Alves (2018, p.188), “no âmbito dos direitos humanos, os direitos culturais são direitos dos indivíduos”. Não é à toa que Marcela Carvalho (2018) chama a atenção para a importância da cultura como um direito ligado à Comunicação e dentro da Constituição de 1988.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Entendendo a comunicação e a cultura como direitos humanos (pois a cultura está integrada à comunicação no capítulo 5 da Constituição federal de 1988), é possível verificar como a concentração pode interferir na sociedade, como as pessoas poderão reagir e exigir que haja democratização na mídia brasileira. E aí, ir mais longe. Entender as mudanças tecnológicas e seu impacto na sociedade a partir dos estudos de Adilson Cabral (2015) que analisa a importância da TV digital no Brasil e sua apropriação; Laurindo Leal Filho (2006) que analisa o controle e a reação do telespectador brasileiro; Octavio Pieranti (2011) que estuda a atuação do Estado brasileiro diante das comunicações; dentre outros.

Como verificou Othon Jambeiro (2000, p.15), “o Estado continua com forte presença em todos os processos regulatórios da região, mas é crescente o poder dos conglomerados de mídia nacionais e internacionais na regulamentação, operação e programação do setor”.

Como entender por que o Estado não atua e evita a concentração midiática, resultando na democratização da comunicação? Como ignorar o quadro atual? Como observou Venício Lima (2012, p.34), “a democracia brasileira será a grande vencedora quando o debate sobre as concessões de rádio e TV conseguir romper o bloqueio da grande mídia e alcançar a maioria da população”.

5. Conclusões

Faz-se de vital importância analisar o cenário atual, verificando como a concentração midiática interfere no cotidiano do brasileiro e evita que a democratização da comunicação e a diversidade cultural se tornem reais. É fato que “a opinião pública é induzida ao convencimento de que só tem relevância social aquilo que se expõe em telas e monitores” e “o que se manifesta à margem da grande mídia parece condenado ao esquecimento ou a uma repercussão de baixa densidade” (MORAES, 2016, p.115). É preciso pesquisar mais e levar à sociedade o conhecimento, pois a Comunicação é um direito de todo(a)s e se for democratizada, todos terão voz.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

6. Referências bibliográficas

BITELLI, Marcos Alberto S. **O direito da comunicação e da comunicação social**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

CABRAL, Eula D.T.; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. **A contribuição da apropriação social das TICs para viabilizar uma lei de comunicação social democrática no Brasil**. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2005, Salvador.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. **Nossa TV digital: o cenário internacional da apropriação social da digitalização da TV**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

BASES de um programa para a democratização da Comunicação no Brasil. **FNDC**. 1994. Disponível em: http://www.fndc.org.br/doc_historico/data/programa.doc. Acesso em: 13 dez. 2004.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem mudar o poder**. São Paulo, Viramundo, 2003.

JAMBEIRO, Othon. **Regulando a TV: uma visão comparativa no Mercosul**. Salvador: UFBA, 2000.

LEAL FILHO, Laurindo. **A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

LINDGREN-ALVES, José Augusto. **É preciso salvar os direitos humanos**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MELO, José Marques de e SATHLER, Luciano (orgs). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2005.

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. RJ: Mauad X, Faperj, 2016.

PIERANTI, Octávio P. **O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da Administração Pública**. Brasília-DF: Abras/Lecotec, 2011.

RAMOS, Murilo César. **Televisão a cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público**. Ciberlegenda, n. 3, 2000.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O que dizem as cartas? Direito à Comunicação e Direito à Alimentação nos escritos políticos dos movimentos da Agroecologia e da Segurança Alimentar e Nutricional

What do the letters say? Right to Communication and Right to Food in the political writings of the Movements of Agroecology and Food and Security Nutrition

Juliana Dias – UFRJ¹; Juliana Casemiro – UERJ²; Alexandre Brasil - UFRJ³

Resumo: A construção e fortalecimento de espaços de diálogo dos movimentos Agroecológico e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) contribuíram para a implantação de políticas públicas intersetoriais e para o apoderamento da população relacionado ao direito à alimentação e à soberania alimentar. O processo contínuo e sistemático de registro de sínteses e encaminhamentos destes movimentos tem sido realizado através cartas políticas de seus encontros. Este trabalho tem como objetivo identificar nessas cartas produzidas por movimentos Agroecológicos e de SAN o lugar atribuído à comunicação. Foram analisadas 6 cartas publicadas entre os anos de 2006 e 2018. Ao longo dos anos identifica-se a valorização da comunicação popular como estratégia relevante dos movimentos aparecendo de forma recorrente nos documentos finais dos encontros e conectando de forma sinérgica o direito à comunicação e o direito à alimentação.

Palavras-chave: direito à comunicação; direito à alimentação; agroecologia; segurança alimentar e nutricional.

¹ Professora colaboradora do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde (UFRJ), doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), membro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Desigualdades na Saúde e na Educação (GEDES). julianadiasrc@gmail.com.

² Professora Adjunta no Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INU/UERJ) Doutora em Educação em Ciência e Saúde (NUTES/UFRJ). Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), graduada em Nutrição (INU/UERJ). julianacasemiro@gmail.com

³ Professor Associado do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde (UFRJ), doutor em sociologia e coordenador do Grupo de Estudos sobre Desigualdades na Saúde e na Educação (GEDES). abrasil@ufrj.br.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: *The construction and strengthening of dialogue spaces of the Agroecological and Food and Security Nutrition (SAN) movements contributed to the implantation of intersectoral public policies and the empowerment of the population related to the right to food and food sovereignty. The continuous and systematic process of registration of syntheses and referrals of these movements has been carried out through political letters of their meetings. This paper aims to identify in these letters the place attributed to communication. Six letters published between the years 2006 and 2018 were analyzed. Throughout the years, the valorization of the popular communication as a relevant strategy of the movements appeared appearing in a recurring form in the final documents of the meetings and connecting in a synergetic way the right to the communication and the right to food.*

Keywords: *Right to Communication; Right to Food; agroecology; Food and Security Nutrition.*

1. Introdução

O apoderamento, uma das traduções possíveis para *empowerment*, é relevante categoria para o debate sobre Direitos Humanos. O termo “empoderar”, recorrentemente, denota o resultado do processo de repasse ou transferência de informações, ferramentas ou outros recursos. Apoderar convoca o sentido de apropriar-se: “O poder, como direito, não é dado nem transferido, mas conquistado” (BURITY et al, 2010. p.128). Assim, o conhecimento é identificado como fundamental ao exercício do poder e a comunicação e a educação estão, desta forma, intrinsecamente implicadas nos processos de apoderamento sobre os Direitos Humanos. Constituem-se, portanto, em elementos indispensáveis aos processos de exigibilidade relacionado ao provimento, proteção e promoção dos direitos fundamentais.

No final da década de 1990, no bojo da construção de políticas públicas setoriais bem como de espaços de participação democrática, os movimentos Agroecológico e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se consolidam. Herdeiros das reflexões iniciados nas décadas de 1960 e 1970, tais movimentos apostam nas iniciativas de sistematização de experiências locais e dos saberes tradicionais e de povos originários que se integraram aos esforços de acadêmicos e ativistas de áreas diversas. Estes esforços revigoram, organizam e atualizam pautas capazes de impulsionar e revisar políticas públicas sobre a ótica da Soberania Alimentar, Direito Humano à Alimentação e intersetorialidade.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A constituição da comunicação popular foi elemento fundamental para o fortalecimento destes campos. Contudo, as disputas de narrativas e a necessidade de um constante esforço para o desvelamento da realidade são marcas históricas uma vez que: “ocultar ou justificar os males dos agrotóxicos sempre foram os principais estratégias adotados pelos que se beneficiam dessa prática mortífera para legitimá-la entre suas vítimas.” (PETERSEN, 2015. p.27).

Reconhecendo essa intrínseca relação entre o direito à comunicação e à alimentação, este trabalho tem como objetivo identificar nas cartas políticas publicadas produzidas por movimentos Agroecológicos e de SAN o lugar atribuído à comunicação.

2. Justificativa e abordagem teórica

Do ponto de vista da luta popular, a educação e a comunicação são partes integrantes de um mesmo percurso. Paulo Freire oferece, no conjunto de sua obra, um amplo arcabouço teórico-prático que conduz a esta construção. Para Freire (1971) a comunicação é relação social, política e dialógica. Esse processo constrói-se com a coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer, implica em reciprocidade e não transferência de saber. Segundo Lima (2011), a comunicação é a práxis da epistemologia dialética de Freire.

Tal práxis é fundada na igualdade básica e num compromisso radical com a justiça social. Sob essa ótica não pode haver conhecimento sem comunicação entre sujeitos igualmente livres. Lima afirma que quando não há reconhecimento de mútua capacidade de participação nas decisões e quando a reciprocidade é rompida entre sujeitos igualmente livres, inexistente diálogo. “Pode ocorrer transmissão, conquista, invasão ou manipulação (...) a comunicação é substituída pela dominação” (*Idem*).

“Comunicação ou Extensão”, escrito em 1968, é leitura fundamental para esta discussão. Neste ensaio que o educador estabelece a base de seu conceito de educação como ação cultural que, enquanto ação concreta, implica em atos de denúncia da realidade desumanizadora e anúncio da possibilidade de transcendência. Para compreender a profundidade e amplitude dessa concepção, Barbero-Martín (2014) afirma que o primeiro aporte inovador da América Latina à teoria da comunicação produziu-se no e a partir do campo da educação com a pedagogia freireana. Foi uma das primeiras

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

propostas culturais, capaz de interpelar a partir do continente sul americano intelectuais de todo o mundo. Também é considerada pelo autor como a primeira teoria latino-americana de comunicação, por levar os países latinos a se comunicarem entre si e com o resto do mundo.

Nos anos de 1980, a reabertura democrática permite a reorganização dos movimentos populares, a constituição de entidades de assessoria aos agricultores e a criação de espaços de discussão e reflexão nacionais (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, *apud* Monteiro e Londres, 2017, p. 55). A primeira década dos anos 2000 marca a utilização das cartas políticas como expressão e instrumento de comunicação dos movimentos sociais.

Na perspectiva freireana, a carta, como instrumento que exige pensar sobre o que alguém diz e pede resposta, constitui o exercício do diálogo por meio escrito. O ato de escrever cartas, seus conteúdos profundamente pedagógicos e seu tom particularmente humano, evidenciam que escrever uma carta já é um diálogo rigoroso e exercício da autonomia (VIEIRA, 2010, p. 65).

3 Métodos e instrumentos de pesquisa

Para a realização deste trabalho foram selecionadas seis cartas: Encontro Nacional de Agroecologia (2006, 2014, 2018); Encontro Nacional de Diálogos e Convergência: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo (2011); e do Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) (2013, 2018). A questão norteadora para esta análise foi: de que forma a comunicação aparece nas cartas políticas desses encontros?

A partir desta questão foi realizada a leitura atenta e criteriosa do material, organizado a partir do agrupamento em duas categorias: enunciados sobre comunicação nos documentos de agroecologia e caminhos comunicativos apontados pelas cartas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

4. Desenvolvimento

De 2006 a 2018, observamos que a comunicação como direito fundamental ganha centralidade na construção dos conhecimentos agroecológicos e dos espaços de re-existência dos povos aliados do direito de dizer a palavra. Ao vincular o Direito à Comunicação com o Direito à Alimentação, outros enunciados são acrescentados às pautas e lutas, tais como, democratização dos meios de comunicação, financiamento da mídia alternativa, popular e comunitária, e denúncia do sistema midiático dominante, conforme a carta-convocatória do IV ENA:

Aprofundar o debate sobre os **sentidos estratégico e político da comunicação e da cultura**, no contexto de **hegemonia das corporações da comunicação** e de ofensiva conservadora em relação à cultura, e afirmar a **comunicação e a cultura** como direitos sem os quais a democracia é ameaçada pela impossibilidade da multiplicidade de vozes e a agroecologia não alcança na plenitude o seu potencial transformador.

No campo da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, destacamos o Encontro Nacional de Diálogos e Convergência: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo. Nota-se a construção coletiva em busca de diálogo entre os movimentos, redes e fóruns, a partir de suas diferentes formas de organização, bandeiras e linguagens, gerando consensos e aberturas para superar os desafios comuns em que “a comunicação é um direito das pessoas e dos povos” (Carta política, 2011). Os dois últimos Encontros Nacionais do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), ocorridos em 2013 e 2018, evidenciam-se a construção de caminhos comunicativos como estratégia de ação e debate, com a criação da campanha de comunicação e mobilização “Comida é Patrimônio”, desde 2015.

5. Conclusões

No atual estágio do neoliberalismo - que estende a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida – a visão integrada de Freire sobre comunicação e educação é imprescindíveis para compreender e fortalecer as mobilizações populares de povos das cidades, das águas, das florestas e dos campos.

Nas cartas políticas expressam-se as denúncias e os anúncios. Integram outras racionalidades que emergem da América Latina, num diálogo entre seres e saberes. Apontam para novas formas de compreensão do mundo a partir do intercâmbio dialógico

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

e da disputa de sentidos da sustentabilidade na reapropriação social da natureza e da cultura (LEFF, 2006).

São lutas forjadas pelo “direito de dizer a palavra”, de dizer os muitos mundos de vida que habitam o Brasil. Nesse sentido, a comunicação dialógica e a Ação Cultural de Freire podem ser identificadas nas mobilizações da sociedade civil no campo da Agroecologia e da SAN. Esse processo que começou na década de 70 continua vivo, pulsante e se constitui numa estratégia vital para enfrentar as desigualdades e o processo sistemático de desinformação a respeito dos sistemas alimentares justos, equitativos e saudáveis e sustentáveis.

6. Referencias bibliográficas

- _____. Carta política do II ENA. Recife (PE), 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/BPvWC1>>.
- _____. Carta política do III ENA. Juazeiro, Bahia, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/CQMbEp>>. Acesso em 27 nov. 2017.
- _____. Carta convocatória do IV ENA, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/486YZ6>.
- BARBERO-MARTÍN, J. A comunicação na educação. SP: Contexto, 2014.
- BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M.F. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971a
- FBSSAN. Carta política do VI Encontro Nacional. Porto Alegre (RS), 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/AwFvNA> >
- _____. Carta Política do VIII Encontro Nacional. Rio de Janeiro (RJ), 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/2FIB9Pd>>.
- LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad.: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006
- LIMA, A. de V. Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Para que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R.H.R et al., PLANAPO e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento sustentável. Brasília: IPEA, 2017.
- PETERSEN, P. Um novo grito contra o silêncio. In.: CARNEIRO, F.F. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- VIEIRA, A. Cartas pedagógicas, p.65-66. In: Dicionário Paulo Freire. Streck et al (orgs.). BH: Autêntica, 2010.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos: um espaço de diálogo, reflexões, aprendizado e amadurecimento

Extension Course Media, Violence and Human Rights: a space for dialogue, reflection, learning and maturation

Pedro Barreto Pereira – Universidade Federal do Rio de Janeiro¹

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar os resultados parciais das cinco edições do Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos (Nepp-DH) da UFRJ. Esta iniciativa se propõe a ser um espaço de diálogo horizontal entre a Universidade e a sociedade, em específico, com moradores de favelas e periferias, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, comunicadores populares e profissionais com atuação nesses territórios. As aulas têm como objetivo colocar em debate as representações da violência urbana, de gênero, étnico-racial, entre outras, e propor alternativas a elas. No decorrer dos anos em que este curso tem sido realizado, foram feitas diversas modificações com o intuito de se aproximar cada vez mais do horizonte almejado. O resultado até aqui tem sido transformações, não apenas do ponto de vista profissional e acadêmico, como também pessoal nas vidas dos organizadores, professores, palestrantes e alunos envolvidos.

Palavras-chave: Mídia; Violência; Direitos Humanos; Educação; Extensão.

Abstract: The present work intends to present the partial results of the five editions of the Extension Course Media, Violence and Human Rights, carried out by the Nucleus of Studies of Public Policies and Human Rights (Nepp-DH) of UFRJ. This initiative proposes to be a space for horizontal dialogue between the University and society, in particular, with residents of favelas and peripheries, community leaders and social movements, popular communicators and professionals working in these territories. The purpose of the classes

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ. É jornalista do quadro técnico-administrativo da UFRJ, desde 2008, atualmente lotado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Coordena, desde 2013, o Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH) da UFRJ. Atualmente realiza Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ppbarreto@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

is to challenge the representations of urban, gender, ethnic and racial violence, among others, and propose alternatives to them. During the years in which this course has been carried out, several modifications have been made with the intention of approaching more and more of the desired horizon. The result so far has been transformations, not only from the professional and academic point of view, but also personal in the lives of the organizers, teachers, lecturers and students involved.

Keywords: Media; Violence; Human rights; Education; Extension

1.Introdução

O curso de extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos (MVDH) teve início em 2013. A proposta inicial era analisar criticamente a cobertura jornalística sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, trocar impressões, experiências e conhecimentos com moradores de favelas e periferias, líderes comunitários, repórteres comunitários e demais profissionais com atuações em territórios conflagrados da cidade.

Após cinco edições realizadas, contabilizamos cerca de 1.000 solicitações de inscrições, 300 inscritos e 180 alunos concluintes, o que representa uma média de 60% de permanência. Para além dos números, entretanto, é importante conhecer o que dizem aqueles que participaram deste percurso até aqui. Os depoimentos dos ex-alunos, e muitos dos quais hoje participam da rede de pesquisadores que hoje elaboram e organizam o curso, revelam o quão rico tem sido a experiência.

O que se pretende apresentar aqui é o resultado parcial das reflexões deste trabalho coletivo, que se deseja democrático, horizontal e inserido no contexto de uma Universidade pública, que tem como uma de suas atividades-fim a Extensão.

2. Justificativa e abordagem teórica

Este trabalho justifica-se pela relevância em registrar a memória das cinco edições do Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, até aqui realizadas. Deste modo, serão recordadas as vivências em sala de aula, os processos de seleção dos alunos, de elaboração dos temas a serem abordados, de composição das mesas, entre outras questões pertinentes. Pretende-se que tais registros e reflexões contribuam para o debate

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

acerca das representações da violência urbana, em seus recortes de classe, gênero e étnico-racial, e promova reflexões sobre as alternativas a essas formas de representação por meio outras tantas narrativas possíveis.

O curso teve início em 2013, quando a Política de Pacificação² estava em vigor no Estado do Rio de Janeiro. Nos jornais, a iniciativa era apresentada como aquela que poria fim à violência urbana. Embora as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tivessem a proposta de exercer uma polícia de proximidade, o que se constatou foi a continuidade de práticas autoritárias, abusivas, violentas e racistas, cometidas por agentes do Estado desde o período escravocrata (HOLLOWAY, 1997), mas que sempre foram naturalizadas pelo discurso dominante, através da construção da representação do inimigo que deve ser evitado, combatido e aniquilado.

No que se refere à legitimação discursiva de tais práticas, Vaz e Baiense (2011) atestam que houve um recrudescimento deste processo após o período denominado “redemocratização do país”. Em 1984, os autores identificam que a representação das favelas cariocas nas páginas de *O Globo* caracterizava-se predominantemente pelo “sistema de saúde precário, escolas públicas abandonadas, funcionalismo público insatisfeito, greves” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 4). Já em 2010, no auge das UPPs, consolida-se o enquadramento *crime/violência* quando a agenda são as favelas cariocas. Em um universo de 90 matérias analisadas, 38% representavam as favelas como *território sitiado* e 29% como *fonte de violência*, tornando predominante, assim, o enquadramento *violência/criminalidade*.

Se a favela é o local representado como fonte da criminalidade, de acordo com o discurso dominante, é ali onde se encontram os indivíduos enquadrados no perfil da “sujeição criminal” (MISSE, 2008), quais sejam: negros, pobres e moradores de favelas e periferias, contra quem é legítimo julgar e condenar previamente, antes que acometam a sua próxima “vítima virtual” (VAZ, 2009) – aquele indivíduo inocente, não merecedor de sofrer dano causado pelo crime e que deve ser prioritariamente protegido pelo Estado, através das forças policiais.

² Nome instituído oficialmente em fevereiro de 2015, através do Decreto 45.146 do governo do Estado (RIO DE JANEIRO, 2015a). Esta política é regulamentada oficialmente em março de 2015, por meio do Decreto 45.186 (RIO DE JANEIRO, 2015b).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O presente trabalho é um relato da experiência das cinco edições do curso, que teve origem a partir das reflexões propostas na dissertação de Mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012), que se desdobraria na tese de Doutorado “Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as UPPs” (PEREIRA, 2017). Neste relato, utilizamos o método descritivo, além de depoimentos de ex-alunos e atuais colaboradores do curso, que descrevem de que forma esta experiência lhes foi significativa do ponto de vista acadêmico, profissional e pessoal.

4. Desenvolvimento

Ao longo das cinco edições, o curso passou por inúmeras mudanças de metodologia, seleção de alunos, comunicação com o público, entre outras. Nas primeiras edições, o formato era de aulas expositivas, mais especificamente focadas na construção do discurso midiático sobre a violência, exibição de filmes e debates com os estudantes. Os professores visitantes expunham elementos e pontos de vista diversos que contribuíam para a reflexão dos temas propostos.

Contudo, ao longo das discussões com a turma, algumas questões passaram a surgir quanto aos diferentes recortes da violência representada nos meios de comunicação. Passou-se então realizar aulas temáticas sobre o caráter racista da violência estatal, a violência de gênero e o encarceramento. Ademais, adotou-se o formato de mesas temáticas, com a presença de dois ou mais palestrantes e um mediador. Pudemos perceber que a mescla de acadêmicos com ativistas e lideranças sociais proporcionava um debate mais rico, em que algumas questões apresentadas a partir de uma dada perspectiva poderiam dialogar com outras exposições fundamentadas sobre bases e princípios diversos.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Uma preocupação constante sempre foi garantir o debate entre professores/palestrantes e alunos, de modo a integrar as pessoas e a possibilitar o diálogo horizontal e a reflexão mais democrática possível. Além disso, ao final de cada edição, solicitamos que os alunos enviem³ sugestões, reclamações e demais contribuições para a continuidade do curso nos anos posteriores.

A comunicação com os alunos que passam pelo curso é fundamental para a consolidação do que passou-se a denominar rede de pesquisadores. Através de uma página do curso em uma rede social, mantemos contato permanente, divulgando iniciativas nas áreas de interesse de pesquisa, e ficamos informados da atualização desses pesquisadores, profissionais, lideranças e ativistas em seus territórios de atuação. Desta forma, cria-se um acúmulo de conhecimento fundamental para a construção das futuras edições do curso. Assim, os alunos das primeiras edições passam a atuar como coordenadores, mediadores e palestrantes das edições seguintes. Na edição de 2019, o curso de extensão MVDH será quase que integralmente construído por pessoas que já passaram por ele. Não apenas é possível dizer que o curso formou novos pesquisadores, ativistas, militantes e comunicadores, como que ele só é o que é hoje por causa dessas pessoas.

5. Conclusões

Por todo o exposto até aqui é possível tecer algumas considerações, ainda que parciais, tendo em vista que estamos em meio a um processo que ainda não se esgotou. Pelo contrário, está em pleno desenvolvimento e amadurecimento. Desde a avaliação dos candidatos no processo seletivo, em que são relatadas histórias de sofrimento e superação, até a conclusão de cada edição, passando pela organização das mesas, o convívio com os alunos e as dificuldades inerentes à precariedade da Educação pública neste país, o aprendizado é permanente.

Nossa conclusão hoje é a de que estamos no caminho certo, no sentido de buscar fazer do espaço do Curso de Extensão MVDH um ambiente de troca de experiências, de

³ Sem que isso seja uma exigência para a obtenção do certificado.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

diálogo respeitoso, de reflexão e de crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Cada um levará dali aquilo que for capaz de processar naquele momento. Ou semeará em suas consciências algo que poderá germinar daqui a alguns anos. Se o curso puder resultar em encontros, amizades, autoconhecimento e novas perspectivas profissionais - como aconteceu em inúmeras ocasiões – teremos cumprido o nosso papel. Caso contrário, precisaremos repensar, juntos, em que ponto estamos errando, o que e onde corrigir, mudar os rumos e seguir adiante.

6. Referências bibliográficas

HOLLOWAY, T. H. *Polícia no Rio de Janeiro: representação e resistência numa cidade do século XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, M. (org.). *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

PEREIRA, Pedro. *Segurança para quem?: o discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*. 2017. 310 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

VAZ, P. Vítima virtual e mídia. In: *Vigilância, segurança e controle social*, 2009, Curitiba. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 51-69. ISSN 2175-9596.

_____; BAIENSE, C. (2011). *Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI*. Em: Encontro Nacional de História da Mídia, Guarapuava. Guarapuava: Unicentro.

Noticias de Paz e Guerra: sobrevivências, imaginários e resistências nas favelas do Complexo do Alemão

News of Peace and War: survivals, imaginaries and resistances in the favelas of Complexo do Alemão

Tatiana Da Silva Lima¹

Resumo: O presente trabalho pretende pensar o campo da comunicação popular que emerge das favelas do Complexo do Alemão, no contexto político do acontecimento discursivo do que se constituiu chamar “pacificação de favelas”. Neste sentido, a partir da perspectiva da Análise do Discurso aliada a etnografia de observação participante, busca-se analisar a comunicação desenvolvida por moradores deste conjunto de favelas. O objetivo central é compreender o funcionamento do papel do jornalismo na construção imaginária e simbólica de mídia, mas também de território operada pela dentro da comunicação popular. Parte-se do pressuposto de que ao narrar o espaço urbano da favela, temos a produção de metodologias de sobrevivências e resistências frente ao estabelecimento de uma nova ordem e modos de viver nas favelas, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificação (UPP). Para isso, recorre-se as experiências de comunicação Voz das Comunidades, Coletivo Papo Reto e Complexo Alemão.

Palavras-chave: Comunicação; Análise do Discurso; Favelas Cariocas; Produção de Sentido; Complexo do Alemão

Abstract: This paper belongs in intended to analyze the popular communication the residents of favelas, In the political context of the discursive event of what was called "pacification of favelas" of Complexo do Alemão. In this sense, from the perspective of Discourse Analysis and Ethnography of participant observation, analyse communication developed by residents of favelas that create a new form to comunitary communication: the communication of survival of favelas. Our objective is to understand the role of journalism in the imaginary and symbolic construction of urban space of media, but also of territory

¹ Mestre em Mídia e Cotidiano, doutoranda Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professora Substituta de Jornalismo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

operated by within the popular communication. Thus, in narrating the urban space, the media of popular communication of Complexo do Alemão also located and contributes to the construction of subjects and meaning that can be found in certain environment, but, main hypothesis, is also marked by production of methodologies to face to the establishment of a new order and ways of living in the favelas, with the installation of the Pacification Police Units (UPP). For this, our analyse the experiences of Voz das Comunidades, Collective Papo Reto and Complexo Alemão.

Keywords: Communication; Discourse Analysis; Favelas; Complexo do Alemão

1. Introdução

Se a Literatura é arte como forma de “escrivência” – uma escrita cultivada e germinada no cotidiano, a partir das experiências e lembranças da vida de um povo – como define a escritora brasileira Conceição Evaristo –, a favela então pode ser considerada uma ação de escrita de sobrevivência de um povo pobre, majoritariamente preto, em forma de cidade. No silêncio de dizeres e na ocultação de suas histórias, os “ninguéns” subiram paredes de tijolos e construíram casa e becos, escrevinharam sua existência na materialidade da urbe produzindo resistência em um grito ao direito à cidade. Sem lugar de fala em jornais e livros, borraram a arquitetura da cidade para mostrar que existiam na “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, Conceição citado por MASSA, 2006, p. 621).

A experiência deste saber local, que porta memórias e metodologias de lutas compartilhadas nas favelas, ou seja, essa “cultura da sobrevivência fundada numa solidariedade, identidade e irmandade (...) que o morro criou” (FACINA, 2014, p.40), é passada de geração em geração dentro das favelas do Rio de Janeiro. Temos assim, um movimento duplo de fuga para sobreviver e sonhar. Para resistir e suportar violências simbólicas e físicas que culminam na eclosão de uma nova forma de viver, estar e existir na cidade.

A cultura da sobrevivência, portanto, a partir dos seus múltiplos deslocamentos culturais pode ser a conexão de modos de sentir e dizer que produzem uma interação social como gesto de fuga e captura para a disputa de sentidos atribuídos à periferia. Principalmente, em um mundo globalizado e midiático no qual a produção do imaginário

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

e a visibilidade de corpos, produzem diferença no reconhecimento de identidades e direitos, incluindo, o direito humano mais básico: a vida.

2. Justificativa e abordagem teórica

É nesta perspectiva que acreditamos ter surgido no Rio de Janeiro dentro das favelas do Complexo do Alemão uma nova forma de “escrivência” de cidade, na dimensão do imaginário, a partir da produção de uma comunicação popular feita por moradores. Uma comunicação da sobrevivência que se propõe a ser um contraponto da realidade de dizeres hegemônicos, porque se pauta e se pensa a partir das experiências e metodologias de sobrevivência dos becos da memória, e não pelo que se vê como materialidade discursiva sobre a cidade do Rio de Janeiro na Grande Mídia.

Esta comunicação de sobrevivência de favelas apresenta-se como um acontecimento discursivo de cidade que, rompe parâmetros e medeia novos sentidos para uma comunicação popular e comunitária produzida pelo e para o povo: com o objetivo de “reportar o dia a dia da comunidade a partir do olhar de quem a produz” (SANTIAGO GIANNOTTI, 2016, p.24). Mas agora, na esfera da urbe surgida através dos dispositivos de visibilidade que produzem uma construção visual do social (MARTÍN-BARBERO, 2008, p.22).

Neste movimento, temos essa visibilidade no campo da comunicação participativa, recolhendo o “deslocamento da luta por representação para a reivindicação de reconhecimento” (idem). Uma performatividade que emerge como categoria “de novos modos de visibilidade social no momento em que a mediação das tecnidades passa a ser estrutural” (idem), criando uma comunicação hiperlocal: uma territorialidade midiática capaz de hackear lugares de dizeres da mídia hegemônica, que desliza no papel de uma comunicação popular e comunitária que fala da realidade da favela “didentro” para os “didentro”, mas também “didentro” para os “difora”.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Com esse norte, a produção coletiva comunicação popular que emerge do Complexo do Alemão no contexto da pacificação de favelas e de um Rio de Janeiro, sede da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016), chama atenção no

campo de disputas de representação sobre mídia e violência nas redes e nas ruas. Desta forma, este projeto de estudo de doutorado, optou por estudar três experiências comunicativas deste conjunto de favelas: o Voz das Comunidades, o Coletivo de Mídia Independente Papo Reto e a página de Facebook denominada Complexo Alemão. Experiências que surgiram e/ou se ampliaram a partir do processo de pacificação e instalação das UPP no conjunto de favelas em meio à intervenção dos megaeventos mundiais no Rio de Janeiro. A partir de etnografia feita por observação participante aliada entrevistas de profundidade exploratórias das experiências, além de análise do discurso e da produção de sentido do fluxo informacional e narrativo das experiências citadas.

4. Desenvolvimento

Neste sentido, optamos em dividir o estudo quanto à contextualização (o espaço à margem) e ecos da pesquisa (uma comunicação necessária). São os resultados e análises iniciais que se tornaram já certezas no estudo, mas também que são apresentados como um fragmento das dúvidas e percalços da pesquisa. Dentre eles, destacam-se:

4.1 O espaço à margem: O programa das Unidades de Polícia Pacificadora consistia em promover a ocupação militar do espaço nas favelas com a instalação de unidades territoriais, com a “tomada” de território de grupos de varejistas de drogas nas favelas pelo Estado, devendo a polícia controlar e vigiar esses espaços. Com suporte dos principais veículos de mídia, especialmente os periódicos do Grupo Globo, o discurso da pacificação ganhou força e conquistou “corações e mentes” fabricando simbolicamente a paz pela produção de sentido de um Rio Pacificado e um Rio Pacificador. Ao longo dez anos de pacificação, o Rio de Janeiro, foi sede de seis megaeventos esportivos internacionais: os Jogos Panamericanos (2007), os Jogos Mundiais Militares (2011), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014), os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016), além do maior evento religioso da Igreja Católica no mundo: a Jornada Mundial da Juventude (2013). São quase dez anos de choque de reorganização geográfica, política e controle social que provocaram uma disputa de espaços e de

representações sobre a cidade, a partir do discurso do tema da segurança pública mediante o Rio de Janeiro ser a cidade sede destes eventos internacionais.

4.2 Uma comunicação necessária: Uma produção discursiva que impôs a favela uma representação do Rio de Janeiro para dentro e fora do país no fluxo das narrativas jornalísticas, tornando possível a experiência de comunicação popular atingir e negociar um lugar midiático para a distribuição de dizeres, no passado, nunca antes alcançado: as telas dos espaços massivos da comunicação de massa hegemônicas. No entanto, esse deslocamento também produz rupturas sobre o sentido do comunitário da comunicação participativa, bem como a filiações a um ordenamento de sentidos políticos e simbólicos em parte neoliberais – ainda que em defesa de uma voz e acesso a direitos – e a própria negação de uma denominação comunitária e popular para atos comunicacionais produzidos. Ao mesmo tempo, esse mesmo deslizamento, cria uma caixa de ferramentas que torna possível a luta participativa que promotora de direitos e um protagonismo de atores sociais favelados.

5. Conclusões

Trata-se de uma comunicação popular que produz uma metodologia que medeia dizeres para lutar por direitos humanos. Uma caixa de ferramenta comunicativa para denunciar violências, o próprio sistema de hegemonia de mídia, valorizar a cultura local, divulgar o cotidiano da favela, criando uma nova performatividade de visualidades da representação da favela e, sobretudo, do próprio acontecimento discursivo da comunicação popular.

Os makers (construtores) da favela 2.0, os coletivos, grupos, jornais e comunicadores populares, ora midiativistas, ora jornalistas, ora influenciadores digitais, ora lideranças comunitárias, através do uso de redes digitais (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube), mobilizam e produzem ao mesmo um jornalismo de favelas, mas também gambiarras que organizam estruturas para lutar e reivindicar novos e antigos por anseios da favela: os direitos básicos como saneamento básico, luz, transporte, segurança, educação. Porém, no mundo conectado por redes sociais, trata-se também

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

de uma comunicação popular que garante pode garantir a própria sobrevivência da vida – desvelando a necropolítica (MBEMBE, 2018) em curso no Rio de Janeiro.

A partir das internet, a construção deste contra públicos no espaço das favelas passou a ser feito pelo uso das mídias e por práticas jornalísticas que ajudam a construir públicos, questionando os debates públicos dominantes (geralmente mediados pelas grandes empresas de jornal, rádio e televisão), de acordo com Custódio (2016). As mídias digitais Facebook, Twitter e Youtube, passaram a ser capturada por moradores de favelas como suporte para organização coletiva de eventos e mobilização, formando em alguns casos experiências de comunicação popular multimídia, aqui neste estudo denominada como comunicação hiperlocal – que desliza entre o local e o global, carregando o território como acontecimento discursivo para disputar discursos e sentidos, portanto, narrativas.

6. Referencias bibliográficas

FACINA, Adriana. Sobreviver e sonhar: reflexões sobre cultura e “pacificação no Complexo do Alemão”. In.: FERNANDES, Marcia Adrainá; PEDRINHA, Roberta Duboc (Org.). *Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista*. Rio de Janeiro: Revan, 2014, pp. 39-47.

GIANNOTTI, Claudia Santiago. *Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro ontem e hoje – uma história de resistência nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2016.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica – Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.

MARTIN-BAEBERO, Jesús. Novas visibilidades políticas da cidade e visualidades narrativas da violência. In.: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, pp.11-26.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.8.ed.

_____. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM 2019

E OS DESAFIOS DA EQUIDADE DE GÊNERO¹

POLITICAL REPRESENTATION OF WOMEN IN 2019

AND THE CHALLENGES OF GENDER EQUITY

Adriana Corrêa Silva Porto – FSMA²

Marcello Riella Benites - UENF³

Raquel Corrêa Sajonc – FEI⁴

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre direitos humanos a partir dos dados sobre mulheres empossadas em cargos eletivos na política em 2019. Após um mapeamento do cenário constituído pelas eleições de 2018, propomos a criação de um Índice de Participação Feminina (IPF) capaz de aferir, em números, o tamanho da desigualdade entre os gêneros em cargos de efetivo exercício de poder. O objetivo é fazer um diagnóstico da equidade de gênero e representatividade política na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Presidência da República, Governo do Estado e Assembleia Legislativa nas 27 unidades federativas do Brasil. As informações sobre o quantitativo de mulheres no Legislativo e no Executivo foram comparadas entre si, criando um ranking que pode nos dar algumas pistas sobre as diferenças observadas. Esperamos que o entendimento de como essas forças operam contribua para desmantelá-las, a fim de que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades, tal como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

¹ Proposta de artigo apresentado em forma de resumo expandido ao eixo temático Comunicação e Direitos Humanos, do Seminário Internacional Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos, que será realizado nos dias 1 e 2 de julho, na UERJ.

² Aluna especial do PPGPS-UENF (doutorado), mestre em Tecnologias da Comunicação e Cultura pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora do curso de Comunicação Social da Faculdade Salesiana de Macaé. E-mail: acporto@gmail.com.

³ Mestre em Cognição e Linguagem (Linha de pesquisa: Educação, Comunicação e Novas Tecnologias da Informação), pelo Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). E-mail: marcellobenites@hotmail.com

⁴ Mestra em Gestão da Inovação e Sustentabilidade pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia de Medeiros (FEI). E-mail: raquelsajonc@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Palavras-chave: Mulheres; Feminismo; Política; Gênero; Brasil

Abstract: This article proposes a reflection on human rights based on the data of women elected as politicians in 2019. After a mapping of the scenario constituted by the elections of 2018, we propose the creation of an Index of Feminine Participation (IPF) capable of assessing, in numbers, the size of the inequality between the genres in positions of effective exercise of power. The objective is to make a diagnosis of gender equity and political representation in the Chamber of Deputies, Federal Senate, Presidency of the Republic, State Government and Legislative Assembly in the 27 federative units of the Brazil. The information about numbers of women in the Legislative and in the Executive was compared to each other, creating a ranking that can give us some clues about the observed differences. We hope that the understanding of how these forces operate contributes to dismantle them, so that men and women have the same rights and opportunities, as advocated by the Universal Declaration of Human Rights.

Keywords: Women; Feminism; Politics; Genre; Brazil

1. Introdução

As conquistas dos Direitos Humanos representam passo essencial para o progresso civilizatório. Nesse sentido, o empoderamento das mulheres e a redução da desigualdade de gênero são uma etapa decisiva no desenvolvimento de qualquer nação do globo (ALVES, 2016). Entretanto, não podemos ignorar que, ainda hoje, critérios como gênero, raça, orientação sexual e poder aquisitivo determinam a configuração da vida de um contingente de cidadãos. Trata-se de pessoas que, na prática, não têm acesso aos mesmos direitos que os demais e, com frequência, encontram obstáculos ao pleno exercício da sua liberdade e cidadania – embora um dos princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) seja o seu carácter universal e equânime para todos. Não obstante, observamos que até mesmo o país de origem determina se o indivíduo terá acesso ou não – de forma parcial ou integral – a alguns dos direitos humanos fundamentais, ou seja, aqueles associados à igualdade e à dignidade do ser humano (BRITO FILHO, 2004).

No caso do Brasil, onde os preconceitos atravessam o universo feminino e se materializam das mais diversas formas, estudar a questão de gênero com o intuito de

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

propor ações para uma sociedade mais equânime, nos parece não apenas justo e razoável, mas necessário. Desigualdade salarial, exclusão de alguns ambientes e postos profissionais, restrição de acesso à saúde, à educação e à ascensão social são apenas alguns dos inúmeros obstáculos enfrentados cotidianamente por mulheres no Brasil e no mundo (SABINO; LIMA, 2015). Acreditamos que o entendimento de como essas forças operam seja fundamental para desmantelá-las, a fim de que homens e mulheres tenham os mesmos direitos e oportunidades.

2. Justificativa e abordagem teórica

Com a Declaração de Direitos Humanos, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948⁵, a noção de direitos humanos adquire um significado especial (WOLF, 2015), dando impulso ao feminismo, que definimos como “a luta das mulheres contra a dominação, a exclusão e a discriminação do gênero feminino na sociedade” (PORTO; SAJONC, 2017, p.6). A luta pelo direito ao voto marca o início do movimento, que é impulsionado com a publicação da obra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949. No livro, a autora aponta as razões históricas e culturais que fundaram a sociedade patriarcal, relegando à mulher uma posição subalterna. É nesse contexto que a luta por direitos humanos entra na pauta feminista, uma vez que em sua universalidade não incluem as mulheres (CRENSHAW, 2002).

Já em meados dos anos 70, o feminismo não se funda mais na mera exigência de igualdade entre homens e mulheres, mas no reconhecimento da impossibilidade social de alcançar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). A partir daí, surgem conceitos de sexo e gênero no qual o primeiro era geralmente associado à natureza e, o segundo, à cultura. Segundo tal ponto de vista, que prevaleceu até meados da década de 80, o sexo se referia às diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos, enquanto o gênero diria respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres. (SAJONC, 2017).

⁵ De acordo com a historiadora Cristina Wolf (2015), a Declaração de Direitos Humanos seria resultado da comoção causada pela divulgação das atrocidades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo contra os judeus, grupos étnicos, religiosos e políticos enviados para campos de concentração.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Uma das intelectuais feministas que mais abalou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, foi a historiadora Joan Scott (1996), que com seu célebre artigo *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* demarcou uma leitura pós-estruturalista a respeito do gênero, explorando seus potenciais analíticos de desconstrução e ressignificação. Para a autora, gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primária de significar as relações de poder” (p. 1067), de tal forma que quando há mudanças sociais, essas relações também se transformam.

Trata-se de uma relação de poder e dominação, que se exprime, sobretudo, por meio da divisão sexual do trabalho, conforme pontua a socióloga francesa Danièle Kergoat: “Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)” (KERGOAT, 2009, p. 67). Para ela, as relações de dominação entre os gêneros se desdobram no espaço social, público e privado, impondo às mulheres certas práticas sociais que as deixariam em situação desfavorável para alcançar cargos de efetivo exercício de poder - legitimados pela sociedade patriarcal como masculinos.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Para entendermos o motivo de tamanha disparidade entre homens e mulheres no exercício do poder, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica que nos guiou na proposta de coletar e analisar os dados sobre as mulheres eleitas em 2018 e, posteriormente, empossadas em 2019. O objetivo é fazer um diagnóstico da equidade de gênero e representatividade política na Câmara dos Deputados, Senado Federal, Presidência da República, Governo do Estado e Assembleia Legislativa nas 27 unidades federativas do país.

Com a utilização de dados primários e secundários, coletamos informações sobre o quantitativo de mulheres no Legislativo e no Executivo e os comparamos entre si, criando um ranking que pode nos dar algumas pistas sobre os motivos das diferenças entre elas. Neste momento, a intenção é mapear o cenário para que, a partir desses

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

dados, seja possível aprofundar as reflexões sobre as razões que levaram a tal configuração de poder tão desigual para as mulheres.

Este artigo ainda leva em conta a perspectiva dos Estudos Culturais, que possibilitou a reorganização do pensamento científico a partir de formas populares de expressão, resistência, contestação e alternativas à cultura dominante. Fizemos uso desta abordagem, por acreditar que o estudo da cultura integrado aos das realidades sociais nas quais existem e se manifestam, pode nos ajudar a refletir sobre a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria 'poder' (ESCOSTEGUY, 2010). Tal abordagem metodológica nos permite ampliar a discussão e entender também o âmbito pessoal como político, trazendo novo entendimento sobre o modo como a articulação sexo/gênero e antagonismos de classe estruturam a sociedade.

4. Conclusões

A pesquisa aponta que, apesar de alguns avanços, o desafio de superar a desigualdade e a discriminação de gênero no Brasil ainda é imenso. Não há um único responsável pela construção de tal cenário. Ao que nos parece, embora alguns fatores sejam destacados aqui e em tantos outros estudos sobre o tema, há inúmeras nuances nesse processo que precisam ser descortinadas e compreendidas para um desmantelamento efetivo dos pilares que sustentam essa anomalia social.

Até o momento, o que podemos afirmar é que, embora representem 7 milhões a mais de votos, as mulheres ainda estão longe de ter representação proporcional nos parlamentos e cargos no Executivo nas esferas estaduais e federais. Essa desproporcionalidade também não pode ser atribuída apenas a dependência econômica mantida por parte dessas mulheres com relação aos homens – pai, cônjuge, irmão, filho ou outro. Segundo o IBGE, elas já são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias brasileiras e vem crescendo a sua participação no mercado de trabalho. Então, o mais provável é que estejamos diante de uma conjuntura de fatores que levem a esse quadro, na qual a cultura e a história de dominação masculina e subjugação feminina tenham um papel bastante relevante.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

5. Referencias bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, mai-ago, 2016.

BEAUVOUR, Simone. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4 ed., 1970.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Direitos Humanos, cidadania, trabalho**. Belém, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10: 1/2002 – pp. 171 – 188.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da Comunicação**: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 256 – 262.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, et al. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67 – 79.

PORTO, A. C. S; SAJONC, Raquel. Representação da mulher em Game of Thrones e a percepção das questões de gênero. In: **Anais do X Simpósio Nacional da Abciber**, p. 2964 - 2980. São Paulo: USP, 14-16 dez. 2017. Disponível em: < <http://www.abciber.org.br/anais-abciber-2017.pdf> >.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**. 2015, vol.23, n.3, pp. 713-734. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p713>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SAJONC, Raquel C. **Redes e equidade de gênero**: um estudo qualitativo exploratório de duas experiências capitaneadas por mulheres executivas. Dissertação (Mestrado em Administração). FEI: 131 p., 2017.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

SCOTT, Joan W. Gender a useful category of historical analysis. In: **Coming to Terms: Feminism, Theory, Politics**, Edited by: Weed, Elizabeth. New York: Routledge. 1989.

WOLF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, set-dez 2015.

Comunicação para – e não sobre – Desenvolvimento: um estudo de caso sobre uso de mídias sociais por ONGs internacionais

Communication for – and not about – Development: a multiple-case study on the use of social media by international non-profit organisations

Bárbara Cruz – Vilnius University/IULM¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar como mídias sociais podem resolver falhas de comunicação entre organizações sem fins lucrativos e suas comunidades-alvo em programas de desenvolvimento (MEFALOPOLUS, 2008). A metodologia utilizada é estudo de casos múltiplos, explanatório e holístico (YIN, 2018) por meio de uma triangulação envolvendo entrevistas pessoais, revisão de literatura especializada e análise de documentação. As análises foram feitas sob a ótica dos princípios de Comunicação e Desenvolvimento, uma abordagem que usa processos de comunicação participativa. A pesquisa demonstra que os casos estudados utilizam as mídias sociais de forma ultrapassada, seguindo um modelo de difusão/mecânico ao invés do modelo participativo/orgânico. Este artigo é estruturado em cinco capítulos – introdução, quadro teórico, metodologia, resultados e conclusão – e oferece contribuições pertinentes para o estudo e a prática de Comunicação e Desenvolvimento ao identificar as mídias sociais como ferramentas com potencial considerável para a sustentabilidade de projetos de mudanças sociais.

Palavras-chave: comunicação e desenvolvimento; mídias sociais; comunicação participativa; organizações sem fins lucrativos; aplicação de teoria

Abstract: This paper aims to demonstrate how social media can solve communication issues between international non-profit organisations and their target communities regarding development efforts (MEFALOPOLUS, 2008). The methodology used is an explanatory, holistic, multiple-case study research (YIN, 2018) with a triangulation of data from expert interviews, specialised literature review and documentation analysis and follows the principles of Development Communication, an approach that combines participatory communication processes. The research shows that the organisations studied use social media in an outdated fashion, following a diffusion/mechanics model of communication, instead of a participatory/organic. This paper is divided into five chapters – introduction, theoretical framework, methodology, results and conclusion – and makes relevant contributions to the study and practice of Development

¹Bárbara Cruz recently graduated in a double master's degree in International Communication at Vilnius University, Lithuania, and IULM, Italy, where she mainly researched Development Communication. You can contact her at ba.cruz1@gmail.com

Communication by identifying social media as a tool with considerable potential to enrich sustainability in development efforts.

Keywords: development communication; participatory development; social media; non-profit organisation; theory application

1. Introduction

Despite recent negative headlines, social media growth is accelerating with well over one million new users signing up for the first time daily (HOOTSUITE, 2018). This has greatly affected International Non-Profit Organisations (INPOs), the subject of this research since, for marginalised communities and individuals, social media can be a way to ensure their voices are heard and taken into consideration. Social media's first and main goal is to be a tool to facilitate communication between people in a more horizontal manner, and, as asserted by Paolo Mefalopolus (2008), communication is also "about listening, exploring, understanding, *empowering, and building consensus for change*" (MEFALOPOLUS, 2008, p. xii, *our highlight*).

More frequently than not, what is truly missing from development efforts is a participatory, two-way communication between the organisations and the communities affected by their actions (MEFALOPOLUS, 2008). This study aims to demonstrate how social media can fill this communication gap and contribute to the improvement of development efforts by INPOs.

The intersection of social media and development work provides potential for both study and action, and has been underexplored in academic and professional settings alike. For this reason, this research provides not only an assessment of social media current usage by non-profits, but also offers solutions and pathways to improve practical use.

2. Theoretical Framework

For Paolo Mefalopolus (2008), participatory communication approaches, such as Development Communication (DevCom), have "proven to significantly enhance results and the sustainability of development initiatives" (MEFALOPOLUS, 2008, p. xxi). In this sense, the general research question of this study is: *How do*

international non-profit organisations use social media to further their development and/or humanitarian work?

Narrowing down the scope of this study, the two following questions specify the target elements under analysis in: *How are international non-profit organisations' digital communications strategies integrated into their development work?*; and *How, if so, is social media used in development communication approaches?*

For this research, the three main topics of the study were categorised and covered by authors as follows: (i) communication of non-profit organisations, by Gregory Saxton (2012; 2014); (ii) social media by Daniel Miller (2016); and (iii) DevCom by Paolo Mefalopulos (2008). Additional authors, researches, reports and news articles were also used in order to contextualise, support, criticize and/or endorse the main authors' arguments, especially in the coding and analysis part of the research.

Regarding the first topic, it is consensus among researchers and practitioners that INPOs communicate in a very outdated way (DAUVIN, 2009; NAH; SAXTON, 2012; OBREGON, 2012; MEFALOPULOS, 2008). Due to a generalised lack of resources, non-profit organisations relocate a small budget for communication efforts and, therefore, are forced to prioritise, which usually comes down to corporate communication and advocacy (DAUVIN, 2009). When studying communication of non-profit organisations, most researchers focus on corporate communication and/or advocacy. Both Saxton and Waters (2014), and Guo and Saxton (2014) studied how non-profit organisations use social media as a public relations tool, whilst this research focuses on engaging the community through social media to promote development communication.

The second topic, social media, is hard to define because of its evolving, fluid nature. However, for Miller et al (2016) the content people post is more important than in which platform they post it. This paper analysis the scalable sociality theory (MILLER et al, 2016), which argues that social media provides greater control on both privacy and size of group when compared to other forms of communication media.

Regarding the third topic of this research, defining which term to use arose as a significant start since in the field of study, development communication may also be referred to as 'communication for social change', among others.

Mefalopulos (2008) argues that “development communication’ [keeps] the original two terms delineating the field’s scope” (MEFALOPULOS, 2008, p. 33). Adding to that, Jan Servaes (2003) defines DevCom as a social process aiming at “reaching a consensus that takes into account the interests, needs and capacities of all concerned” (SERVAES, 2003, p. 6) and points out a gap in interpersonal communication, which plays a fundamental role in development efforts (SERVAES, 2003, p.6). When Servaes conducted his 2003 research, computer-mediated communication, including social media, was not as powerful as they are now. This research aims to show how these tools can play that role of mediating and facilitating interpersonal communication.

3. Research Methodology

The chosen method to answer the research questions was an explanatory, holistic, multiple-case study research. The case study is explanatory because it seeks to explain *how* social media is involved in the organisations’ development efforts, and *why* these tools are relevant to participatory communication approaches. It is holistic because it examines a single unit of analysis (social media efforts) inside each INPO. It is a multiple-case study because it explores the social media efforts and strategies from three different INPOs. (YIN, 2018) Analytically, the benefits from having more than two cases are substantial as “most multiple-case studies are likely to be stronger than single-case studies” (YIN, 2018, p. 24).

The cases for this research were chosen according to a replication, rather than a sampling logic (YIN, 2018). Following Yin’s perspective and based on the research questions and objectives, the criteria for choosing the cases were: (i) non-profit, organisation with (ii) field operations and country offices in different nations other than the headquarter(s) and (iii) an active presence on at least one social media platform. In the end, three INPOs agreed to be part of the study, as long as they (the interviewees and their respect organisations) could remain anonymous.

4. Development

Many procedures were carefully taken in order to ensure validity before, during and after conducting the research (YIN, 2018) – especially because of the

agreed anonymity for the INPOs studied – such as the adoption of a multiple-case research protocol, the writing of an interview guide, the choice in methodology and the conduction of a thorough literature review.

The use of “multiple sources of evidence” is imperative and need to “converge in a triangulation form” (YIN, 2018). For these reasons, data was gathered from (i) expert interviews, (ii) specialised literature, and (iii) documentation analysis. Based on the its nature and the paper’s aims, the analysis is done mainly through patter matching and cross-case synthesis, as they strengthen internal validity and contribute to answering the research questions (YIN, 2018).

4.1 Coding

To analyse the expert interviews, coding is used to better understand the emerging themes (YIN, 2018). The four most important themes were: (i) empowerment, (ii) engagement, (iii) participation, and (iv) development communication, each one supported by criteria, a plurality of key words and theoretical references. Additionally, all analyses were done manually because there were limited time and resources for translations and for qualitative data analysis software.

4.2 Main findings

This research found that: (i) empowerment was mainly present when the interviewees were questioned about the existence of a stylebook and/or written set of rules because choosing different terminology and using politically correct identification marks leads to beneficiaries feeling positively represented and empowered by INPOs; in the case of (ii) engagement, the INPOs studied mostly prioritise reach over engagement, which is effective for brand awareness and social marketing, but does not cover development communication’s efforts; (iii) participation came up as an issue during interviews when talking about strategy, especially when it comes to content that might be touchy or off-limits. If people are being left out of the conversation, participation is difficult; and (iv) development communication as an approach for development is still very much confined to the UN System and many INPOs perceive it as neither available nor suitable for them.

5. Conclusion

There are many variables that affect the results of social media use by non-profit organisations. There is still much underexplored potential to unlock in the field. Social media's characteristics are mainly "participation, openness, community, conversations, and connectedness" (OBREGON, 2012, p. 89). Development Communication approaches likewise have most, if not all, of these characteristics. Therefore, it makes sense for INPOs to combine the two.

6. References

- GUO, C.; SAXTON, D.. **Tweeting Social Change: How social media are changing nonprofit advocacy**. In: Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, Vol 43, pp. 57-79, 2014.
- HOOTSUITE. **We Are Social**. New York:Hootsuite. 2018.
- MEFALOPULOS, P.. **Development Communication Sourcebook: Broadening the Boundaries of Communication**. Washington:The World Bank. 2008.
- MILLS, A (org). **Encyclopedia of Case Study Research**. London:SAGE Publications. 2010.
- MILLER, D. (org). **How the World Changed Social Media**. London:UCL PRESS. 2016.
- NAH, S.; SAXTON, G.. **Modeling the adoption and use of social media by non-profit organizations**. In: New Media & Society, Vol 15, Issue 2, pp. 294-313, 2013.
- OBREGON, R.. Social Media and Communication for Social Change – Towards an Equity Perspective. In: CENTRE FOR COMMUNICATION AND GLOBAL CHANGE. **Social Media in Development Cooperation**. pp. 64-79, 2012.
- SERVAES, J.. Communication for Development Approaches of Some Governmental and Non-Governmental Agencies. In:_. **Communication for Development and Social Change**, pp. 201-218, 2008.
- YIN, R.. **Case study research and applications: design and methods**. London:SAGE. 2018.

'ARAUTOS DO MUNDO' - UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA E UMA REDE DE COOPERAÇÃO COM GRUPOS EXPOSTOS A SITUAÇÕES SISTEMÁTICAS E HIS- TÓRICAS DE EXCLUSÃO

'ARAUTOS DO MUNDO' - A PARTICIPATORY COMMUNICATION PROJECT AND A COO- PERATIVE NETWORK IN BETWEEN GROUPS EXPOSED A SYSTEMATIC AND HISTORICAL SITUATIONS OF EXCLUSION

- ROSA ALBA SARNO OLIVEIRA - UFRJ¹

RESUMO

O 'Arautos do Mundo' é um projeto de extensão da UFRJ em educação em direitos humanos e comunicação participativa que há 7 anos favorece o funcionamento de uma rede social de empoderamento composta por coletivos de usuários do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, de mulheres, das populações negra e indígena e equipes de comunicação comunitária, inovação cidadã e educação em direitos humanos. Esta rede vem se consolidando através da realização de entrevistas, rodas de conversa, apresentações públicas, da produção de vídeos e eventos e da organização de um blog. Estas parcerias fortalecem as equipes que passam a compartilhar recursos e expertises. Trabalhamos com a observação participativa e a metodologia colaborativa, buscando avaliar os impactos na formação ético-profissional dos extensionistas da ECO-UFRJ e de transformação do imaginário social sobre as mulheres, a loucura e as populações e culturas negra e indígena. Este objetivos têm sido alcançados, gerando competências cidadãs, pois a partir do convívio e do trabalho em parceria, todos são convocados a reconhecer a si mesmos e aos demais como sujeitos de direito e a lidar com as dimensões da pluralidade, da diversidade, da alteridade e da interculturalidade da existência humana.

Palavras-chave: exclusão sistemática e histórica; educação em direitos humanos; comunicação participativa; empoderamento, rede social.

ABSTRACT

'Arautos do Mundo' is an extension project of Rio de Janeiro Federal University (UFRJ) focusing in Education in Human Rights and Participatory Communication. For seven years, this extension project provides an empowering social network composed of groups of user from UFRJ Psychiatric Institute, groups of women, afro-Brazilian and Native Brazilian people, Community Communication, Innovative Citizenship and Human Rights Education teams. This social network is consolidating itself through interviews, round talks, public presentations, videos, events and a blog. These partnerships strengthen groups who start to share resources and expertise. We work with Participant Observation and collaborative methods, seeking evaluate the impacts for the ethical-professional formation of UFRJ Communication School students and the transformation of the social imaginary about women, mentally disabled people and Afro-Brazilian and Native-Brazilian people and their

¹ contato em rosaalba1971@gmail.com

cultures. These goals have been achieved, creating citizenship competencies through partnership activities, in which the participants are called up to recognize themselves and their peers as persons with rights and to deal with the dimensions of plurality, diversity, alterity and interculturality of human societies.

Keywords - historical and systematic exclusion; human rights education; participatory communication; empowerment, social network.

1. Introdução

O 'Arautos do Mundo' é um projeto de extensão da UFRJ em educação em direitos humanos e comunicação participativa que há 7 anos favorece o funcionamento de uma rede social de empoderamento composta por coletivos de usuários do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, de mulheres, das populações negra e indígena e equipes de comunicação comunitária, inovação cidadã e educação em direitos humanos. Trabalhamos com a observação participativa e a metodologia colaborativa, buscando avaliar os impactos na formação ético-profissional dos extensionistas da ECO-UFRJ e de transformação do imaginário social sobre as mulheres, a loucura e as populações e culturas negra e indígena.

2. Justificativa e abordagem teórica

Na atualidade, entendemos como fundamental desenvolver dentro do campo da extensão universitária, um projeto que reconhece a ação de sistemas discriminatórios históricos na vida cotidiana da população brasileira. E, assim, traz para o debate com a universidade e a sociedade em geral, a importância de não negligenciarmos os efeitos sociais danosos do racismo estrutural e dos dispositivos de saber-poder que estruturam ainda hoje as práticas psiquiátricas. As ferramentas da teoria crítica de direitos humanos e da comunicação comunitária são de grande auxílio nesta reflexão, pois aproxima a discussão sobre direitos humanos da realidade concreta e extremamente desigual e excludente de alguns segmentos da população brasileira e articula o campo da comunicação com esta realidade. Neste sentido, tomamos como pressupostos teóricos, tanto as contribuições de autores consagrados dentro dos campos da decolonialidade, da saúde mental, da comunicação comunitária e da teoria crítica dos direitos humanos, como também publicações de representantes dos usuários e das populações negra e indígena. E todo este corpo teórico interdisciplinar tem sido enriquecido por nossas parcerias com estes grupos que trabalham juntamente conosco como verdadeiros protagonistas de todas as etapas do conjunto de ações deste projeto de extensão.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Elegemos a observação participativa como metodologia de pesquisa para avaliar os impactos na formação ético-profissional dos extensionistas da ECO-UFRJ e de transformação do imaginário social sobre as mulheres, a loucura e as populações e culturas negra e indígena. A educação em direitos humanos e a comunicação participativa constituem as práticas utilizadas para favorecer a inclusão e o empoderamento de grupos historicamente excluídos, como usuários dos serviços de saúde mental e representantes das populações negra e indígena. E ao longo do desenvolvimento deste projeto, tornou-se necessário fortalecer cada vez mais a dinâmica colaborativa com nossos diferentes parceiros, fazendo funcionar uma rede social de empoderamento composta por diferentes projetos que trabalham com grupos expostos a situações sistemáticas e históricas de exclusão, discriminação e intolerância. Dentre eles, estão grupos de suporte entre pares de usuários do IPUB-UFRJ, de mulheres Webneguinha, das populações e das culturas negra e indígena (KITEMBO, KILOMBU, KABULA, Roda da V, Associação Abadá de Capoeira e lideranças independentes) e equipes de comunicação comunitária, inovação cidadã e direitos humanos e artes.

Esta rede vem se consolidando através da realização de entrevistas, rodas de conversa e apresentações públicas, da produção de vídeos e eventos e da organização de capacitações, de um blog e de grupos de pesquisa e debates. Definimos como objetivos a serem alcançados, o enriquecimento da formação ético-profissional dos extensionistas, o empoderamento dos usuários do IPUB-UFRJ e a transformação do imaginário social sobre a loucura e as populações e culturas negra e indígena. Para articular ensino-pesquisa, participamos de 5 grupos de pesquisa na UFRJ e na UFF, recebemos em nosso projeto graduandos da Escola de Comunicação (ECO-UFRJ) e trazemos para dentro da universidade a potência dos saberes de nossos parceiros externos.

4. Desenvolvimento

Até a presente data, fizemos 6 apresentações públicas, sendo três delas em eventos científicos, como I Seminário Memórias, Território e Ocupações - rastros sensíveis EL-COS-IP-UFRJ, o XIV Congresso da Associação de Estudos Brasileiros (BRASAS) e 12o. Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Destacamos também a apresentação em que a equipe foi filmada no estúdio de fotografia da ECO-UFRJ para compor parte do vídeo que apresentação dos projetos que participaram do Laboratório de Inovação Cidadã - LABIC-2018.

Além disso, produzimos 9 curta-metragens e três teasers. Os dois primeiros curtas foram criados como trabalho de conclusão do curso de filmes com celular ministrado pela documentarista Regina Carmela e pesquisadora do Laboratório de Memória, Território e Ocupação (LABMENS-EICOS IP-UFRJ), do qual participaram funcionários e usuários dos serviços do IPUB-UFRJ que fazem parte do nossa equipe. No terceiro vídeo, contamos a história dos “Arautos”, definidos na época como uma equipe jornalismo participativo, pois nesta época planejamos continuar a trabalhar com o jornal impresso e fazer a nossa 110. publicação. E a partir do interesse e dos conhecimentos dos próprios usuários, surgiu nosso quarto filme que foi sobre a capoeira e resultou num evento de filmagem aberta e roda de conversa com Mestre Camisa e a Associação Abadá de Capoeira. Nossos quinto e sexto filmes foram compilações de todos nossos curtas, visando relatar nossa trajetória de trabalho, até então. Os três demais curtas fazem parte um projeto de vídeo-depoimentos, realizado por um extensionista do projeto com os usuários do IPUB-UFRJ. Estamos no momento na fase final de edição de nosso primeiro longa-metragem com entrevistas que fizemos com representantes da população indígena e como resultado de nossa participação no LABIC-2018 foram feitos teasers e um blog (<https://arautosdomundo.wixsite.com/arautosdomundo>) para divulgação online do projeto.

É possível elencar diversos outros resultados das ações de nosso projeto: uma melhoria da infra-estrutura do trabalho das equipes, a integração acadêmica, a realização de capacitações técnico-científicas entre as parcerias internas e externas a UFRJ.

5. Conclusões

Entendemos que todo o material que produzimos não seria possível sem os encontros presenciais com os usuários do IPUB-UFRJ, com representantes da população negra e de povos tradicionais, com projetos de inovação cidadã, de mulheres negras e produção textual e de comunicação comunitária e que trabalham com capoeira.

Através da observação participante, identificamos que esses encontros fortalecem ainda mais cada um destes grupos que passa a conhecer as estratégias e os recursos utilizados pelos demais na (re) existência aos sistemas discriminatórios a que estão submetidos em seu cotidiano. Além disso, notamos que a parceria de trabalho com estes projetos faz circular dentro da universidade a riqueza dos saberes, das ações que estes grupos desenvolvem, seja em meio aos alunos do projeto, aos grupos de pesquisa de que participamos ou mesmo entre os servidores da UFRJ que fazem parte da nossas parcerias internas e que prestigiam os eventos e apresentações que realizamos.

Ao longo da análise dos registros de nossas atividades, avaliamos que o mapa de relações que tecemos dentro e fora da UFRJ nos transformou numa rede de cooperação e de economia solidária e ampliou nossos espaços de circulação por diferentes espaços do Rio de Janeiro. Se num primeiro momento, os usuários do IPUB ficavam praticamente restritos a espaços e atividades dentro do campo da saúde mental, hoje faz parte do cotidiano deles ir como integrantes de uma equipe de comunicação participativa e educação em direitos humanos a outras unidades da UFRJ, como as salas de aula e reuniões de pesquisa do Instituto de Psicologia e da ECO, os auditórios, estúdios de rádio e de fotografia da ECO, o campinho, o teatro de Arena, a Casa da Ciência e a outros espaços externos do campi Praia Vermelha. Além disso, foi possível receber eventos organizados pelos demais parceiros em espaços dentro da UFRJ, assim como participar de atividades por eles realizadas na UERJ, na UFF, no Museu de Arte do Rio de Janeiro, no Museu do Amanhã, no Centro Cultural da Justiça, na Casa Coletiva da Mídia Ninja, a Casa de Botafogo FIRJAN e a ALERJ.

Dentre os impactos produzidos pelo nosso projeto, o que ganha destaque é o impacto social, tanto na qualidade de vida de nosso público alvo quanto na formação ético-profissional dos alunos com quem trabalhamos.

Favorecer o funcionamento de uma rede de empoderamento entre grupos historicamente excluídos também tem efeitos sobre os agravos a saúde mental decorrentes do processo de discriminação e intolerância que marca o cotidiano destas pessoas. Ter acesso a tomar decisões, a informações, recursos e a opções variadas, passar a ser percebido pelos outros por suas competências e capacidade de agir, sentir-se pertencendo a um grupo no qual a participação de cada um faz diferença e onde todos têm direitos, aprender habilidades novas e ser encorajado a pensar criticamente sobre o que pode ser feito e sobre as relações de poder institucionalizadas não somente melhora a autoimagem e auto-estima, mas tem efeitos significativos sobre a saúde mental.

Com relação aos graduandos da ECO-UFRJ que integram nossa equipe, temos constatado o quanto as ações em parceria com integrantes de grupos historicamente excluídos tem permitido que estes futuros profissionais incluam na sua formação aspectos fundamentais como as metodologias participativa e colaborativa, teoria crítica dos direitos humanos, a interculturalidade, a interseccionalidade, o racismo estrutural e a importância de se dar visibilidade e reconhecimento as situações de discriminação e intolerância que fazem parte do cotidiano de grupos historicamente excluídos. Soma-se a isso, todo o conhecimento acumulados nas trocas com os laboratórios de pesquisa que são nossos parceiros.

Não podemos deixar de mencionar como o trabalho em equipe e a troca de experiências entre usuários de saúde mental e coletivos e lideranças indígenas e negras permitiu que cada um deles aumentasse seus conhecimentos sobre a realidade dos demais e refletisse sobre preconceitos que tinha. É neste sentido que situamos nosso projeto como uma prática de comunicação participativa que gera competências cidadãs e promove uma cultura de direitos humanos, através de experiências concretas em que todos reconhecem a si mesmos e aos demais como sujeitos de direito e lidam com a pluralidade, diversidade, a alteridade e a interculturalidade que definem a existência humana.

Referências Bibliográficas

CHARBERLIN, J. , - A working definition of empowerment, Em *Psychiatry Rehabilitation Journal*, vol 20, n. 4: pp. 43-46. 1997.

CUSTÓDIO, L. Panorama global da Comunicação Comunitária como ação política periférica. *Revista Mídia e Cotidiano*, Niterói, N. 10, Dez. 2016.

FANON, F. - Os condenados da terra, Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FLORÉS , Joaquín H. A (re)invenção dos direitos humanos, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOUCAULT. M. – *Microfísica do Poder*, RJ: editora Graal, 1979.

MARCONDES M. M. et al (org.) - Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, Brasília : Ipea, 2013. 160 p.

OLIVEIRA, R. A. S. - “A expedição estadunidense”: a máquina de empoderamento de corpos, falas, ações, identidades dos usuários dos serviços de saúde mental, ESS-UFRJ, RJ, 2016 (Relatório de Pós-doutorado -Orientador Eduardo Mourão Vasconcelos).

PERUZZO, Cecilia M.K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *Revista PCLA – Pensamento Comunicacional Latino Americano*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco- Umesp, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2002a. Disponível em: <www.metodista.br/unesco/pcla>.

QUIJANO, Anibal - *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, v. 24, n.51, 2000, p. 137- 148.

TUKANO, D. - Apropriação cultural, antropofagismo e outros carnavais. Disponível em http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=664, acessado em 12-04-2019

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Revista Contraponto: direitos humanos e ética

Contraponto Magazine: human rights and ethics

Ivana Barreto – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ¹

Resumo

Na internet, no jornal, na TV e no rádio, os meios de comunicação de massa contribuem para processo de reciclagem de estereótipos e preconceitos e, como resultado, muitos deles se tornam duradouros. Nesse sentido, a preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inquestionável, bem como sua discussão e produção de pesquisas no âmbito universitário. Desse modo, alunos do Curso de Jornalismo da UFRRJ produziram uma revista para se opor ao conteúdo predominante da mídia hegemônica, apresentando visões mais humanizadas sobre o Rio de Janeiro e alguns de seus personagens. O objetivo foi realizar uma cobertura reflexiva, contribuindo para o questionamento dos estereótipos mencionados. A linha editorial foi baseada nos direitos humanos e na ética. Devido à falta de patrocínio e dificuldades de impressão, o produto tornou-se disponível na internet e está sendo divulgado em congressos. A metodologia incluiu pesquisas sobre os temas elencados, trabalho de campo e entrevistas. Periodicamente, foram realizadas reuniões para avaliar a produção e sua vinculação com a linha editorial. Quanto aos resultados, há o prêmio na XXIII Expocom Sudeste e receptividade na própria universidade. O texto proposto será estruturado enfatizando a realização das etapas do produto, dificuldades e aprendizado encontrados ao longo do percurso.

Palavras-chave

Direitos Humanos; ética; revista; Contraponto

¹ Professora Associada do Curso de Jornalismo da UFRRJ, doutora em Literatura Brasileira (PUC-RJ), mestre em Literatura Brasileira (UFRJ), pós-graduada em Literatura Brasileira (UERJ), bacharel em Comunicação/Jornalismo (PUC-Rio). E-mail: ivanabarreto75@gmail.com

Abstract

On the internet, in the newspaper, on TV and on radio, the mass media contributes to the process of recycling stereotypes and prejudices and as result many of them become enduring. In this sense, the concern with the issue of Human Rights is undisputed as well as its discussion and production of research in the university level. Thus, students from the Journalism Course of UFRRJ produced a magazine in order to oppose the prevailing content of the hegemonic media, presenting more humanized visions about Rio de Janeiro and some of its characters. The goal was to carry out reflective coverage, contributing to the questioning of the stereotypes. The editorial line was based on the human rights and ethics. Due to the lack of sponsorship and printing difficulties, the product became available on the internet and is being also publicized in congresses. The methodology included research on the themes listed, fieldwork and interviews. Periodically, meetings were held to evaluate the production and its link to the editorial line. As regards the results, there are the XXIII Expocom Sudeste Award and receptivity in the university itself. The proposed text will be structured emphasizing the accomplishment of the stages of the product, difficulties and the learning encountered along the way.

Keywords

Human rights; ethics; magazine; Contraponto

Resumo Expandido

1. Introdução

Diariamente, a partir do que é lido na internet ou no jornal, a cada notícia transmitida pelo rádio e pela TV, os meios de comunicação de massa contribuem para o processo de reciclagem de estereótipos e preconceitos de toda natureza, fazendo com que muitos perdurem. Nesse sentido, a preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inquestionável e deve começar já no ensino fundamental. Mais importante ainda é sua discussão e, a partir desta, a produção de pesquisas e produtos no âmbito das universidades. Importa voltar as atenções para a natureza dos desafios dos direitos humanos, especialmente do direito à comunicação múltipla, aprofundada. Partindo desse entendimento, um grupo de quatro alunos da disciplina Planejamento Editorial, ministrada no 4º período do Curso de Jornalismo da UFRRJ, produziu uma revista com a proposta de ser um contraponto ao conteúdo excludente da mídia tradicional, apresentando visões mais humanizadas sobre o Rio de Janeiro e alguns de seus personagens. A capital carioca e sua sub-representação na grande mídia foi o tema eleito pelos discentes para a revista intitulada *Contraponto*.

O objetivo do projeto foi realizar, sob a orientação e supervisão da docente responsável pela disciplina, autora deste texto, coberturas reflexivas, contribuindo para o questionamento de estereótipos e dando visibilidade aos conflitos sociais. Importa ressaltar que a linha editorial da revista, logo definida no seu projeto, elegeu o binômio direitos humanos e ética como norteador de todo o conteúdo, tanto verbal quanto visual, exposto nas páginas de *Contraponto*. No que diz respeito ao alcance do veículo, devido à falta de patrocínio e dificuldade de imprimir um número mínimo para divulgação em associações de moradores, bibliotecas públicas, escolas e universidades, a equipe optou pela disponibilização do produto na internet. A ideia original, importa lembrar, definida no seu planejamento editorial, era divulgar o veículo nas suas versões física e digital. No que se refere ao valor científico, entendemos desde o início do projeto, entendimento este que foi ampliado quando as revistas estavam finalizadas, que representaram uma contribuição para o meio

acadêmico. Afinal, diversos tipos de conhecimento puderam ser divulgados, como a temática específica da revista *Contraponto*, perpassada desde a definição do seu público alvo e linha editorial pelas questões dos direitos humanos e da ética. Já no tocante ao valor social, representou uma publicação com uma clara proposta de inclusão de temas excluídos da mídia hegemônica, ou então tratados de forma sensacionalista e superficial.

2. Justificativa e abordagem teórica

A produção da revista *Contraponto* foi relevante por dois motivos. Primeiro, pela importância de proporcionar aos discentes a prática de um jornalismo mais aprofundado, contextualizado, que não vem sendo realizado pela mídia tradicional. Segundo, por ter inserido estudantes de um curso - que pretende introduzir jornalistas com capacidade de reflexão no mercado de trabalho - num processo que permitiu a vivência, embora com brevidade, da realidade dos personagens dos textos incluídos na publicação.

No que concerne aos referenciais teóricos, foram indicados aos alunos matriculados na disciplina autores a serem lidos por toda a turma, independente do tema escolhido para a realização de cada revista, constituindo a bibliografia básica, por incluir temas relacionados ao veículo revista, à reportagem, à entrevista, apenas para citar alguns exemplos. Foram eles: Nilson Lage, *Estrutura da notícia*; José Salvador Faro, *Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*; Cremilda Medina, *Entrevista: o diálogo possível*; Marília Scalzo, *Jornalismo de revista*; Sérgio Vilas Boas, *O estilo magazine: o texto em revista*. No que diz respeito especificamente ao grupo que realizou a revista *Contraponto*, foram indicados os seguintes textos e autores: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); Fábio Comparato, *Afirmção Histórica dos Direitos Humanos*; Eduardo Bittar, *Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos*.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

De modo geral, a revisão de literatura lança mão de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos, sintetizando toda a informação existente, tanto quanto possível. Assim, foram consultados primeiramente autores que discorressem sobre temas relacionados à produção de uma revista, de modo geral, e depois aqueles com contribuições referentes à elaboração de um produto que inclui em sua linha editorial, como já dito, o binômio direitos humanos e ética, elencados no tópico abordagem teórica.

Partimos da premissa de que existem diferentes modos de entender a realidade, como também diversas posições metodológicas que explicitam a construção do objeto de estudo, assim como a postura e a dinâmica que perpassam a pesquisa. A pesquisa que deu base à produção da revista utilizou-se das contribuições do método dialético no processo de investigação e de análise do que era coletado no trabalho de campo, nas entrevistas. Esta opção deveu-se ao fato dele levar o pesquisador a trabalhar sempre de forma a considerar a contradição e o conflito. Afinal, nada se adequava melhor à proposta da *Contraponto* do que investigar, voltar as atenções para as contradições e os conflitos entre o que é publicado pela mídia hegemônica, tradicional e a proposta, diametralmente oposta, da revista. Cumpre frisar que este método se mostrou especialmente adequado na segunda etapa do trabalho, a pesquisa de campo, quando o grupo de alunos pôde confrontar a realidade encontrada nas ruas com aquela exposta na mídia tradicional. Além disso, antes de cada entrevista a ser realizada, a docente e os discentes se reuniam para, a partir da comparação com o material publicado na internet, nos jornais, revistas e veiculado pela TV e pelo rádio, perceber quais questões relevantes, não levantadas até então, deveriam ser elaboradas. Foi assim principalmente nas reportagens “Para sempre mães de Anjo”, de Luiz Henrick Teixeira, vencedora de melhor reportagem do Prêmio Intercom Sudeste 2016, e “Olhe nos meus olhos, sou ser humano”.

Por fim, após a elaboração de cada texto, o grupo de alunos se reunia novamente com a docente para analisar se o texto refletia, de fato, a realidade encontrada nas ruas. Cumpre ainda destacar que partimos da compreensão de que reportagem e investigação são sinônimos: o repórter deve viver, na medida

do possível, das limitações temporais e daquelas impostas pelas circunstâncias, a realidade dos seus entrevistados. No caso da reportagem “Olhe nos meus olhos, sou ser humano”, duas alunas da equipe de *Contraponto*, Jacqueline Suarez e Ághata Santos, passaram boa parte da noite com moradores de rua do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio. Começaram, às 22h, acompanhando um grupo de jovens na missão de distribuir alimentos e levar atenção a estas pessoas invisíveis para a sociedade – e para a mídia hegemônica. A experiência continuou pela madrugada e várias situações, principalmente a das crianças que estão pelas ruas do bairro, impactaram Ághata e Jacqueline.

4. Desenvolvimento

4.1. Resultados

Divididos em grupos, os alunos da disciplina Planejamento Editorial – mesmo com as dificuldades de infraestrutura que o Curso de Jornalismo da UFRRJ enfrentou e até hoje enfrenta, conseguiram atingir de forma satisfatória o objetivo lançado pela docente no início do período letivo: produção de revistas voltadas às reais demandas de seus públicos leitores. Como resultado final, foram elaboradas seis revistas com propostas alternativas, quando comparadas com o que vem sendo realizado pela mídia tradicional. Saúde mental, entretenimento, cultura e o segmento feminino foram alguns dos temas dos produtos apresentados. Além da *Contraponto*, produzida pelos alunos Ágatha Santos, Jaqueline Suarez, Larissa Bozi e Luis Henrick Teixeira, que conquistou os prêmios de melhor revista e melhor reportagem no XXIII Prêmio Expocom Sudeste 2016.

4.2. Análise

A análise do trabalho realizado na disciplina apontou para o fato de que a universidade deve promover o exercício da reflexão não apenas nas disciplinas teóricas, como também nas práticas. Além disso, pôde-se perceber que os discentes ficaram mais próximos do que deve ser a prática jornalística.

O grupo de alunos da *Contraponto*, tanto in loco, na primeira fase (apuração) de realização das reportagens, quanto na redação das mesmas, pôde vivenciar uma experiência de participantes ativos, aqui dialogando com Traquina (2005). Segundo o autor, os jornalistas “são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade” (Traquina, 2005: p. 26).

5. Conclusões

Quando a equipe responsável pela elaboração da revista *Contraponto* procurou a docente da disciplina para o primeiro encontro, a proposta do veículo pareceu ousada, de difícil execução. Afinal, se para profissionais com experiência em apuração e anos de mercado saber como abordar personagens marginalizados pela sociedade não é tarefa simples, mais difícil deveria ser para estudantes do quarto período de um curso de Jornalismo. Outro aspecto preocupou a todos: a escolha do modo mais adequado de relatar o apurado nas ruas, nas entrevistas. Sem esquecer da dificuldade que acompanhou todo o processo de produção: a falta do programa específico para realizar a editoração eletrônica de *Contraponto*, devido a questões burocráticas das universidades públicas. Além do mais, o curso era recém-criado, tinha seis anos, e ainda estava em processo de estruturação. Porém, depois dos dois primeiros meses, boas notícias: a equipe produzindo a todo vapor, nas ruas, com olhares humanizados, se misturando com os personagens que retratava. E o resultado surpreendeu: a realização de um jornalismo de qualidade, da pauta à impressão. Um jornalismo como poucas vezes vem sendo feito pela grande mídia, frequentemente incapaz de lançar um olhar humanizado sobre a Cidade e os que nela vivem.

A partir do tema eleito para a elaboração de *Contraponto* e da sua linha editorial, privilegiando a questão dos direitos humanos, da ética e da responsabilidade social, outros trabalhos foram realizados, perpassando especialmente o aspecto ligado aos direitos humanos. Acreditamos que ainda há muito a ser produzido, principalmente pelo fato de, agora, o curso de Jornalismo da UFRRJ estar com melhor infraestrutura.

6. Referências Bibliográficas

BITTAR, Eduardo. **Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Barueri, SP: Manole, 2004.

COMPARATO, Fábio. **A afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <https://www.cmc.pr.gov.br/down/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatuizada-pl.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948. Disponível em http://www.educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/dwnld/educacao_basica/educacao%20infantil/legislacao/declaracao_universal_de_direitos_humanos.pdf.

Direitos Humanos e Políticas Públicas. Disponível em http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/livro_direitoshumanosepoliticas_publicas.

FARO, José Salvador. **Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira**. São Paulo: Editora Ulbra / AGE Editora, 1999.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2002.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

Novas e antigas diásporas: imigrantes senegaleses e árabe-brasileiros no sul do Brasil

New and old diasporas: Senegaleses migrants and arabic-brazilians at the south of Brazil

Guilherme Curi¹

Resumo: O presente trabalho busca descrever o debate e primeiras constatações da pesquisa de pós-doutorado em curso sobre as mediações e as relações socioculturais e religiosas entre a recente imigração senegalesa na região sul do Estado do Rio Grande do Sul (iniciada na segunda década de 2000) e os árabe-brasileiros que vivem no país desde o começo do século passado, inseridos no contexto social sul-brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: migrações transnacionais, senegaleses, árabe-brasileiros, comunicação.

Abstract: The present work seeks to describe de the debate and first findings of the ongoing postdoctoral research about the mediations, the socio-cultural and religious relations between the recent Senegalese immigration in the southern region of the State of Rio Grande do Sul - that has started in the second decade of 2000) and the Arab-Brazilians muslims that are living in the country since from the beginning of the last century and are already part of the contemporary South-Brazilian society.

Keywords: transnational migrations, senegaleses, arabic-brazilians, communication.

1. Introdução

Este artigo integra reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Comunicação em rede, práticas midiáticas e narrativas migrantes”, vinculado ao grupo de pesquisa “Comunicação em rede, identidades e cidadania”, do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Desde 2017, o grupo também atua na linha de pesquisa “Comunicação midiática e migrações

¹ Pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Sociologia pela University College Dublin.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

transnacionais” do Migraidh/CSVM UFSM (Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional).

Isto posto, como ponto de partida, salienta-se que um dos principais objetivos deste texto é observar a cultura brasileira através de suas arestas e encontros culturais que constroem uma sociedade aparentemente plural mas que comumente discrimina suas minorias, práticas imersas num contexto global, caracterizado por desigualdades sociais abissais, que, em última instância, impulsionam os deslocamentos humanos

Logo, este estudo, que também faz parte da pesquisa de pós-doutorado do próprio autor em pleno andamento, busca investigar e compreender a partir daquilo que denominamos de novas e antigas diásporas, as mediações e as relações socioculturais e religiosas entre os novos migrantes senegaleses, que chegaram recentemente na região sul do Estado do Rio Grande do Sul e os integrantes da comunidade árabe-brasileira, que já possuem raízes familiares no país desde o começo do século passado e estão inseridos na sociedade brasileira contemporânea. O que os liga, em um primeiro momento, são as práticas religiosas do Islã. Assim como muitos árabe-brasileiros que aqui residem, a grande maioria dos senegaleses que chegam ao Brasil, cerca de 95%, são muçulmanos. Desta forma, o local deste encontro ocorre principalmente nas mesquitas muçulmanas da região sul Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, na cidade de Rio Grande, campo de pesquisa deste estudo, ambiente de interação religiosa, trocas e negociações culturais.

Neste campo, questões identitárias contemporâneas, de cunho transnacional e intercultural, são colocadas ainda mais em xeque, mostrando-se assim como um rico campo para pesquisa comunicacional e para compreensão, de forma interdisciplinar, da realidade e desafios contemporâneos enfrentados pelos imigrantes e refugiados que escolhem o Brasil como país de destino.

Assim, busca-se também, em um segundo momento, analisar as práticas e as mediações socioculturais, as formas de representação e o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) por estes imigrantes nas distintas comunidades e de que forma eles interagem no espaço virtual eletrônico.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Em suma, o objetivo geral é encontrar respostas para responder qual a relação social e cultural desta nova diáspora africana no Rio Grande do Sul com as antigas diásporas africanas e árabes, comunidade já tradicional no Estado, a partir, principalmente das práticas religiosas de orientação muçulmana. Com isso, busca-se também entender como a comunidade árabe-brasileira muçulmana acolhe/recebe estes imigrantes a partir destes encontros nas mesquitas localizadas na região sul do Estado. Além destes dois pontos citados, procura-se investigar e apontar quais seriam os principais problemas de ordem comunicacional e de cidadania enfrentados por estes imigrantes. Indaga-se: o racismo e o preconceito diante das diferenças raciais e religiosas são enfrentadas por ambas as comunidades? Eis os desafios deste trabalho.

Justificativa e abordagem teórica

Atualmente, de acordo com o novo relatório da Organização Internacional para Migrações, calcula-se que existam 224 milhões de pessoas residindo em outros países diferente dos seus, algo que representa 3,3 % da população mundial. Estima-se que, caso o crescimento se mantenha, em 2050, o número de migrantes em todo o mundo poderá chegar a 405 milhões. Logo, a reorganização nas tendências e características dos fenômenos migratórios no mundo exigem uma reavaliação dos paradigmas para a compreensão e análise das *migrações* transnacionais ou internacionais na medida em que as novas modalidades de deslocamentos humanos não são mais caracterizadas apenas por sua expressão numérica, mas marcadas por uma rede complexa de significados, decorrentes de diferentes diásporas. O fenômeno migratório atual é assim caracterizado, de acordo com Mohammed ElHajji (20012, p.34) por “laços de sentido que se tecem e se densificam, costurando a teia simbólica global que vem cobrindo o mundo e reformulando a sua morfologia social e humana – discursiva, imaginária e biológica”.

Dentro desta *teia simbólica global*, está a comunicação, concebida, aqui, como processo de vinculação social e interação intersubjetiva. Arena fundamental onde se negocia o status social, cultural e político das migrações. Assim, de acordo com o Sodré (2014, p.15), na sociedade atual, “a comunicação revela-se como principal forma organizativa”. E completa: “Acentuamos o ‘revelar-se’ porque comunicação significa, de fato, em sua radicalidade”, ou seja, “o fazer organizativo das mediações

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

imprescindíveis ao comum humano, a resolução aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas”. Assim, como também afirma Sodré (2006, p. 14), os “desafios da comunicação enquanto *práxis* social [...] é a de suscitar uma *compreensão*”. Em outras palavras, um “conhecimento e ao mesmo tempo uma aplicação do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se, nas situações concretas da vida, pelo sentido comunicativamente obtido”.

Isto posto, sabe-se que a imigração senegalesa no Brasil é recente. Apesar do Senegal não ter conflitos internos como vários países do continente africano, ainda é um dos países mais pobres do mundo - sendo um dos 25 países com o pior Índice de Desenvolvimento Humano - , o que motiva muitos a saírem de seus lares em busca de vida melhor. O Brasil, assim, tornou-se atraente para os senegaleses a partir dos anos dois mil, quando o país passou a ter mais projeção no exterior devido a crescimento econômico e social. A partir de 2010, o número de senegaleses aumentou e, logo após os haitianos e venezuelanos, são hoje a terceira nacionalidade que mais entra no Brasil.

De acordo com o último relatório do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), calcula-se que cerca de 4 mil senegaleses residem hoje no Rio Grande do Sul, sendo que em torno de 1.200 estão em Porto Alegre e 200 em Rio Grande.

Já sobre os árabe-brasileiros, assim como nos lembra, Lesser (2001), torna-se importante frisar que a escolha do hífen é proposital pois é através do uso aparentemente simbólico que o indivíduo não é mais tido como “meio-brasileiro” mas representa a própria essência da *brasilianidade*. O hífen aqui simboliza o encontro, estratégias discursivas utilizadas por imigrantes nas mais diversas e criativas tentativas de se estabelecerem e pertencerem ao Brasil, de modo muito singular, onde, há mais de um século, estão espalhados por todo o país, nos mais diferentes estratos sociais e culturais (CURI, 2018).

Métodos, instrumentos de pesquisa e trabalho de campo.

No âmbito empírico-prático, está sendo realizado trabalhos de campo e mapeamentos das práticas comunicacionais deste grupo na região citada. Todas as sextas-feiras, a partir das 13h, acompanhamos os cultos na mesquita localizada no centro da cidade de Rio Grande. A cidade gaúcha possui cerca de duzentos mil

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

habitantes e esta localizada no extremo sul do país, entre a Lagoa Mirim, a Lagoa do Patos e Oceano Atlântico. É um dos portos mais antigos do Brasil, primeira capital do Rio Grande do Sul, com uma história populacional marcada pela chegada de diferentes comunidades migrantes, entre elas africanos, europeus e asiáticos, além, é claro, da presença dos povos originários, que foram duramente violentados pelos colonizadores portugueses e espanhóis.

Assim, como abordagem metodológica, para dar conta do objetivo principal do trabalho, é proposta uma investigação de caráter de observação-participante e entrevistas semi-estruturadas com os migrantes senegaleses e árabe-brasileiros. Além disso, como objetivo específico, é realizado o mapeamento e o acompanhamento do uso das novas TICs e as produções midiáticas destes imigrantes realizadas na internet. Tal fenômeno é denominado por alguns pesquisadores de *webdiaspora*. Dana Diminescu (2012), por exemplo, refere-se à *webdiáspora* com base em coletivos de imigrantes que organizam suas atividades primeiramente pela e na web; Ainda, Brignol (2012) atenta principalmente para o uso quase que funcional da *webdiáspora*, observada como redes de apoio que permitem o contato, a troca e interação entre sujeitos distantes geograficamente, que, além de ajudar na decisão de migrar e no processo de instalação, permite a manutenção de vínculos com o país de origem.

Conclusões parciais, primeiras impressões do campo

Por se tratar de um trabalho de pesquisa que está em pleno desenvolvimento, optamos por apontar algumas conclusões parciais até o presente momento de escrita desta resumo expandido. O trabalho de investigação teve início no final do ano passado, quando foi realizamos a primeira pesquisa de campo no Primeiro Festival de Arte e Cultura Senegalesa, entre os dias 13 e 14 de outubro, realizado no Memorial do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Lá, foram realizadas algumas entrevistas e acompanhamento das atividades do evento, como música, dança, exposição de pinturas, palestras, exibição de filmes, culinária e a exibição da luta tradicional Laamb, no centro da capital. Em torno de 300 pessoas participaram do festival, que foi transmitido pelas mídias próprias dos imigrantes senegaleses, o que suscitará também melhores análises e descrições, em artigos posteriores. Além disso, estamos

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

acompanhando, desde o começo do ano, os rituais religiosos realizados na mesquita em Rio Grande, que são realizados todas às sextas-feiras, às 13h, no prédio situado no centro da cidade. Uma primeira constatação é o fato dos senegaleses serem a maioria numérica na mesquita. Outra percepção é a de que alguns integrantes da comunidade árabe-brasileira de Rio Grande, de origem palestina, realizaram ações de acolhida aos primeiras senegaleses que chegaram à cidade. Constatou-se também que a todo momento, os imigrantes senegaleses registram os cultos religiosos via celular e enviam para suas redes digitais para o Senegal e outros países, em tempo real. No entanto, com certeza muitas outras percepções e análises serão realizadas.

Referencias bibliográficas

BRIGNOL, Liliane Dutra Brignol. ***Díaspóra latino-americana e redes sociais da internet: a vivência de experiências transnacionais***. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed & HUERTAS, Amparo (eds.): **Díaspóras, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**, Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

DIMINESCU, Dana. **E-Diaspora**. Paris. Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 2012. Disponível em: <<http://www.e-diasporas.fr/>>. Acesso em: mar. 2014.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Ed Unesp, 2001.

SODRÉ, Muniz. **Ciência do Comum**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. **As estratégias sensíveis. Afeto, Mídia e Política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

* Pesquisa financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado/Capes.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Revide Negro: A comunicação originária de comunidades negras no Maranhão e suas implicações como um direito humano às Diásporas

Revide Negro: Communication originating from black communities in Maranhão and its implications as a human right to the Diasporas

Carmen Kemoly da Silva Santos – Universidade Federal do Rio de Janeiro¹

Resumo: Este trabalho estuda três campos ainda em processo de exploração no país: as Diásporas Negras no Brasil, o potencial histórico do estado do Maranhão e a força dos produtos culturais protagonizados pelas populações afro-brasileiras, prioritariamente a partir dos elementos produtores de sentido no que concerne a texto, imagem e som. Centramos nossas percepções nas sobrevivências culturais africanas e seus vestígios comunicacionais no Maranhão. A partir do conceito de Terceira Diáspora (GUERREIRO, 2010), focamos nossa análise nos modos de fazer comunicação originários, ou seja, o fazer comunicacional de povos originários que disputa a comunicação de massas. Termo este que tem sido amadurecido, a Terceira Diáspora é o deslocamento de signos, provocado pelo circuito de comunicação da Diáspora Negra e coloca em conexão digital os repertórios culturais de cidades atlânticas. O momento de revide aqui referido é essa comunicação que tem ocupado novos espaços como um direito humano. Numa primeira etapa desta pesquisa, temos produtos comunicacionais em três campos: quilombolas, ribeirinhos e povos de terreiro na cidade de Timon (MA). Neste segundo momento, faremos um exercício etnográfico de produtos audiovisuais em terreiros; análise de pontos cantados nestas casas como produtos sonoros; pesquisa documental e revisão bibliográfica referentes aos produtos textuais.

Palavras-chave: Comunicação; Originária; Cultura; Afro-Brasileira; Diáspora

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Linha de Mídia e Mediações Socioculturais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: carmoly@hotmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: This work studies three fields still in the process of exploration in the country: the Black Diasporas in Brazil, the historical potential of the state of Maranhão and the strength of the cultural products of the Afro-Brazilian populations, mainly from the elements that produce meaning in what concerns to text, image and sound. We focus our perceptions on African cultural survivals and their communication traces in Maranhão. From the concept of the Third Diaspora (GUERREIRO, 2010), we focus our analysis on the ways of making communication originating, that is, the communicational doing of native peoples that dispute mass communication. This term has been matured, the Third Diaspora is the displacement of signs, provoked by the communication circuit of the Black Diaspora and puts in digital connection the cultural repertoires of Atlantic cities. The moment of revolver referred to here is this communication that has occupied new spaces as a human right. In a first stage of this research, we have communicational products in three fields: quilombolas, riverine and terreiro people in the city of Timon (MA). In this second moment, we will make an ethnographic exercise of audiovisual products in terreiros; analysis of points sung in these houses as sound products; documentary research and bibliographical revision referring to textual products.

Keywords: Communication; Original; Culture; Afro-Brazilian; Diaspora

1. Introdução

Este projeto visa estudar três campos ainda em processo de exploração no país: as Diásporas Negras no Brasil, o estado do Maranhão e seu potencial histórico e a força dos produtos culturais protagonizados pelas populações afro-brasileiras, prioritariamente a partir dos elementos produtores de sentido no que concerne a texto, imagem e som. Tal pesquisa terá como palco e ponto de partida a cidade de Timon, no Maranhão, mais especificamente a partir de um território quilombola maranhense, que envolve o Quilombo Monteiro, localizado na zona rural de Timon, bem como a memória da formação da cidade a partir do ponto de vista de dois dos seus terreiros de matrizes africanas mais antigos.

Centraremos nossas percepções na Terceira Diáspora, termo desenvolvido pela pesquisadora e antropóloga Goli Guerreiro (2010), que discorre sobre o movimento de signos negros pelo mundo virtual no momento atual, assim como focaremos nossa análise nos modos de fazer comunicação originários, ou seja, o fazer comunicacional que disputa a comunicação de massas.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Até então, as pesquisas vem contemplando a cidade de Salvador, na Bahia, dentro da Terceira Diáspora, muito pelo título de capital negra das Américas. Entretanto, muitas vezes é esquecido que São Luís, capital do Maranhão, foi uma das mais importantes cidades portuárias do país, e junto a Salvador e Rio de Janeiro, as que mais receberam negros escravizados da África. Por isso a importância de deslocar essa produção de sentido para uma área ainda pouco explorada, e fazer o cruzamento de dados com o que já temos em outras regiões.

Trazemos o processo de reconhecimento das identidades culturais como tarefa primordial para a conquista de direitos e reparações, colocando a disputa da mídia como instrumento essencial nesse processo. Comunicar, também, é um direito humano, negado às populações pretas por bastante tempo dentro das grandes mídias.

2. Justificativa e abordagem teórica

Como guetos ainda invisibilizados, mas que experimentam alternativas de comunicação cada vez mais em ascensão na Terceira Diáspora, ou como forma de encontrar um espaço de comunicação onde se vejam retratadas, a população negra, maioria marginalizada, não se acomoda com as péssimas condições estruturais a que está submetida. É importantíssimo que o campo da comunicação, seja ela popular, comunitária, tradicional ou originária, ganhe exemplos concretos dessas populações e saiam do anonimato ou da abstração.

Esta pesquisa pretende-se e já é coletiva, uma vez que tem início em minha graduação - primeira etapa - com o livro: 'TIMONEGRA – Vida e cultura em comunidades negras na cidade de Timon'. O livro evidencia três comunidades negras: o território quilombola Monteiro, o Povoado ribeirinho Piranhas e a comunidade de Terreiro Santa Joana Dar'c, levantando seus modos de viver e produzir cultura, bem como seus modos de fazer comunicação. A saber, Monteiro é a comunidade rural que minha família paterna se origina e a casa onde moro até hoje, em Timon, foi a Tenda de Umbanda de meu bisavô nos anos 60 e 70.

Às vésperas da independência do Brasil, o Maranhão apresentava a mais alta porcentagem de escravos do Império: 55% da população, segundo a Coleção Negro

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Cosme (2005). No período de abril de 1988 a março de 2005, foi feito o mapeamento das comunidades negras rurais do estado do Maranhão, totalizando 476 comunidades em 62 municípios maranhenses.

De 1534 a 1888 foram 354 anos de escravização, e de 1888 a 2019 temos apenas 131 anos da população negra em liberdade. Os números revelam que ainda temos muito caminho a percorrer, direitos a conquistar e políticas de reparação a fazer.

Tudo isso se deve ao fato de que, no pós-abolição, a população negra não teve nenhuma chance de reestruturação, pelo contrário, teve diversos direitos negados, como o acesso à terra e ao conhecimento. Na mídia, foi-lhe reservada a estigmatização.

Na contramão desses dados, temos os territórios quilombolas e suas reexistências, a sabedoria das religiões de matriz africana, a oralidade do povo preto, a cosmovisão africana adotada por afro-brasileiros e a ancestralidade, que faz o elo de todas essas riquezas. O papel da comunicação aqui, é desbravar todos esses potenciais dos valores civilizatórios afro-brasileiros, sejam eles: circularidade, oralidade, energia vital (axé), ludicidade, memória, ancestralidade, cooperativismo, comunitarismo, musicalidade, corporeidade e religiosidade (EMBOABA, 2010).

É dentro disso que exploraremos a Terceira Diáspora com um viés da Webdiáspora (Mohammed ElHajji, 2014), para se referir às plataformas digitais onde imigrantes e culturas se conectam, através de uma memória espacial, do presente, coletiva e narrativa. Mbembe (2013), desenvolve o conceito uma razão como declaração de identidade, o negro falando por si mesmo, fazendo um esforço para instaurar um arquivo de vestígios que não foram preservados, e algumas vezes destruídos. Uma escrita vivida na fragmentação, com restos dispersos em todos os cantos do mundo, que reatualiza sua experiência originária, a partir de seu próprio território.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Será realizada pesquisa documental, a fim de coletar dados, registro de sons e análise de conteúdo audiovisual. Essas fontes poderão ser encontradas em fotografias de família; arquivos institucionais, de jornais e de comunicadores populares; sons ou ruídos sociais, encontrados, por exemplo, nas festas de umbanda, com os pontos

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

cantados. O nível interpretativo da análise será marcado, assim, pelo sentido da ação social, suas formas de consciência e categorias em determinada configuração histórica.

Numa primeira etapa desta pesquisa, temos produtos comunicacionais em três campos: quilombolas, ribeirinhos e povos de terreiro na cidade de Timon (MA). Em todos eles, encontramos comunicadores desenvolvendo metodologias comunicacionais e até exemplo de criação das próprias máquinas de trabalho. Neste segundo momento, faremos um exercício etnográfico no que se refere aos produtos imagéticos feitos em festas de terreiro em cidades do Maranhão filmadas por comunicadores populares; análise dos pontos cantados em terreiros como produtos sonoros; além de pesquisa documental e revisão bibliográfica referentes aos produtos textuais.

4. Desenvolvimento

A partir do desenvolvimento do conceito de povos afro-pindorâmicos (BISPO, 2015) examinaremos sua comunicação originária, ou seja, feita por povos originários para a degustação da vida, emancipação, e a vivência de uma realidade mais de seu próprio jeito.

A comunicação oral, presente nos pontos cantados de terreiro de matriz africana, nas rodas de conversa e contação de histórias nos territórios quilombolas, ou na rádio poste identificada na comunidade ribeirinha Piranhas (MA), por exemplo, nos revelam que essa oralidade, calcada na ancestralidade e na cosmovisão africana de viver, possui um grande potencial que, se desbravado, podem nos apontar diversos signos e produtos para caracterizar a Terceira Diáspora no Maranhão.

É preciso destacar também que os dois terreiros mais antigos da cidade de Timon, a Tenda da Mãe Maria do Carmo, com mais de 50 anos, existente até hoje, e o terreiro de meu bisavô, Luis Mocó, onde se localiza minha casa e recebeu filhos de santo do Piauí e Ceará quando em atividade, falam muito sobre a conformação da cidade. Eles demarcam para além de um território sagrado, mas falam de pontos históricos da cidade e de suas memórias mais antigas. Aqui, levantamos a hipótese de que estudar a história desses terreiros e entender sua movimentação e dinâmica nos faz chegar em outros pontos do estado do Maranhão. E mais, nos fazem acessar modos de

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

fazer comunicação originários que podem nos levar a outras instâncias, transformando nosso entendimento de imagem, forma, superfície, figura, imaginário (Mbembe, 2013).

5. Conclusões

A ligação do ser no presente com os ancestrais engloba as experiências históricas e as mudanças vividas através das gerações. Não é uma tentativa de reestabelecer ou voltar para um passado romântico, algo que o povo preto nem pode dizer que teve no Brasil; mas uma tentativa de pensar, desenvolver e transmitir a cultura, experiência, e memória ancestral para nos orientar no presente.

Fazer com que a sabedoria deste povo esteja dentro das políticas de comunicação e localizar a existência desses saberes com poder comunicativo ao longo do tempo histórico e afro-diáspórico no Brasil, é efetivar na prática uma comunicação participativa que valoriza seus sujeitos e sujeitas, detentores de direitos.

6. Referencias bibliográficas

BISPO, Antônio. **Colonização, Quilombos: Modos e significados**. Brasília, UnB, 2015.

Coleção Negro Cosme - **Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas**. Volume IV, São Luís, SMDH\CCN-MA\PVN 2005.

ELHAJJI, Mohammed. **Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural**. ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, v. 01, p. 145-151, 2014.

EMBOABA, Alexandre. **Mobilizando a ancestralidade afro-brasileira para a transformação das relações sociais e o desenvolvimento global. Ribeirão Preto**. 2007

GUERREIRO, Goli. **Terceira diáspora, culturas negras no mundo atlântico**. Editora Corrupio. Salvador, 2010.

MBEMBE, Achile. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2013

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Jornalismo investigativo e independente: uma intersecção para a promoção da cidadania

Investigative and independent journalism: an intersection for the citizenship promotion

Gabriela Giannini – PUCPR¹

Resumo: Este resumo apresenta os resultados obtidos na pesquisa “Promoção da cidadania no jornalismo investigativo e de dados independente”, realizada no Programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com o objetivo de averiguar quais direitos relacionados à cidadania prevalecem nas reportagens do jornalismo brasileiro independente, estabelecendo de que modo este tipo de produção jornalística contribui para emancipar grupos socialmente marginalizados. Para este seminário, apresenta-se o aprofundamento de sua segunda etapa, que consistiu em entrevistas realizadas com jornalistas que exercem no dia a dia esta forma alternativa de produção midiática. Por meio de análise de conteúdo, a pesquisa averiguou que todos os portais estudados promovem a cidadania nas suas reportagens, assim como, todos os jornalistas respondentes acreditam que o jornalismo independente, investigativo e de dados promove a cidadania, conforme prevê o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007). O resumo apresenta brevemente os dados obtidos na pesquisa e segue com a organização do cruzamento das respostas a partir de três relações do jornalista: com a promoção da cidadania, com a escolha das pautas e com os personagens entrevistados.

Palavras-chave: Jornalismo independente; Cidadania; Jornalismo Investigativo; Jornalista.

Abstract: This summary aims to present the results obtained in the research 'Citizenship's Promotion in Investigative and Data Journalism', held in the PUC-PR's Scientific Initiation Program, this research aims to ascertain which rights related to prevail in the reports of independent Brazilian journalism in order to understand if this mode of journalistic

¹Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); contato: gabrielagiannini@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

production contributes to emancipate socially marginalized groups. And propose the deepening of its second stage, which consisted of interviews with journalists who exercise this alternative form of media production on a daily basis. By means of content analysis, the research verified that all studied portals promote citizenship through their reports, as well as all respondent journalists believe that independent investigative and data journalism promotes citizenship, as provided by Brazilian Journalists Code of Ethics (FENAJ, 2007). The summary briefly presents the data obtained in the research and follows with the organization of the crossing of the answers from three relations of the journalist: with the promotion of citizenship, with the choice of the guidelines and with the characters interviewed.

Keywords: Independent Journalism; Citizenship; Investigative Journalism; Journalists.

1. Introdução

Novas formas de produção jornalística têm surgido como alternativa ao modo de produção convencional da mídia hegemônica. Estes novos arranjos jornalísticos, que também são denominados como independente ou alternativo por autointitulação dos próprios jornalistas, têm crescido em contrapartida ao encolhimento de conglomerados de comunicação (FIGARO, 2018).

Diante deste cenário, Ramos e Spinelli (2015) destacam o protagonismo do jornalista nesta mudança, compreendendo que as alternativas são executadas por profissionais que migraram da grande mídia em busca de um jornalismo apartidário e sem fins lucrativos.

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná², verificou, por meio de uma análise de conteúdo qualitativa, que portais que se autoclassificam como investigativo, independente e de dados listados no Mapa do Jornalismo Independente³ promovem a cidadania.

A pesquisa também aplicou um questionário com jornalistas, o que além de corroborar com o resultado da análise, visto que todos os entrevistados acreditam que o

²A pesquisa contou com a orientação da professora Criselli Montipó, mestre e doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ O Mapa do Jornalismo Independente foi criado pela Agência Pública em 2016 e recebe atualização constantemente. Disponível em: <www.apublica.org/mapa-do-jornalismo/>.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

jornalismo independente promove a cidadania, ampliou a discussão sobre a relação dos jornalistas com a cidadania.

2. Justificativa e abordagem teórica

Ao averiguar as motivações na escolha da pauta, relacionamento com personagens e a promoção da cidadania, é possível compreender a práxis de produção jornalística a partir de um viés contra-hegemônico, que mesmo fora dos veículos de massa, atinge inúmeros leitores⁴.

Para o desenvolvimento teórico, foram marcos, Gentilli (2005), na conceituação de cidadania e do jornalismo enquanto ferramenta democrática para sua promoção, Ramos e Spinelli (2005) que conceituam o jornalismo independente a partir da necessidade do jornalista em exercer seu ofício livremente e Sequeira (2005), na identificação nas reportagens de jornalismo investigativo.

Também foram marcos essenciais, utilizados na construção teórica-metodológica das categorias de análise de conteúdo, Carvalho (2002), que estabelece os direitos relacionados à cidadania, Sodr e e Ferrari (1986), na classificação do tipo de reportagem e Hunter (2013), na categorização dos dados abertos identificados.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A primeira etapa da pesquisa foi a análise de conteúdo dos onze portais autoclassificados como jornalismo independentes, investigativo e de dados presentes no Mapa do Jornalismo Independente, são eles: Agência Pública, Amazônia Real, AzMina, Cidades para Pessoas, Marco Zero Conteúdo, Ponte, Repórter Brasil, Aos Fatos, Lupa, Livre.Jor e Volt Data Lab.

A sele o das reportagens foi realizada a partir do conceito de semana artificial proposta por Bauer (2008). Sequencialmente, as reportagens foram submetidas ao método de análise de conteúdo apresentado por Herscovitz (2010), que considera o conteúdo apresentado a partir das métricas de classifica o buscando a identifica o de

⁴Levantamento com base nas redes sociais dos portais analisados, que somam mais 1,7 milhões de seguidores no Facebook.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias, permitindo assim, a comparação entre diferentes mídias, destacando tendências, critérios de noticiabilidade e enquadramento de agendamentos.

Após esta análise, foi aplicado um questionário⁵ montado na plataforma Google Forms⁶, que obteve respostas de nove jornalistas de portais distintos.

4. Desenvolvimento

O primeiro subtítulo refere-se à análise do conteúdo das reportagens e o segundo, a tópicos recorrentes nas respostas concedidas pelos jornalistas entrevistados.

4.1 Reportagens analisadas

Foi constatado que as 39 reportagens analisadas apresentam algum dos três direitos relacionados à cidadania. As personagens relacionadas às minorias sociais têm papel protagonista no desenvolvimento da reportagem, inclusive nos suportes multimidiáticos. Constatou-se também que quase a totalidade das reportagens (98%), utilizou dados abertos como recurso para a construção da narrativa.

4.2 Relação do jornalista com a cidadania, a escolha das pautas e as personagens

Foi constatada nas respostas obtidas uma relação simbiótica entre o financiamento das reportagens e o seu conteúdo. Para os respondentes, o que torna possível a elaboração de pautas que promovem a cidadania são as formas alternativas de financiamento que não restringem o jornalismo ao número de curtidas recebidas em uma reportagem ou a determinados grupos comercialmente dominantes. Desta forma, o jornalismo independente e investigativo foi colocado como necessário para a abordagem de temas e realidades ignoradas por outros setores, inclusive midiáticos, da sociedade.

⁵O questionário foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CAAE: 69668417.3.0000.0020).

⁶ Disponível em: <www.goo.gl/forms/G7DL6h8r0Mx4tbYe2>.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Notou-se a recorrência de repostas que colocam a violação de direitos humanos relacionados a linha editorial do portal como um importante critério para a escolha das pautas. Também foram recorrentes respostas que trouxeram a necessidade de criar um contraponto às pautas trazidas pela mídia tradicional, demonstrando indício do afastamento da premissa da promoção da cidadania através do jornalismo hegemônico.

Os respondentes apontaram também uma aproximação maior dos jornalistas com as fontes no jornalismo investigativo devido, principalmente, ao maior tempo de execução da pauta. Além disso, foi possível notar o interesse em narrativas protagonizadas por grupos marginalizados, que, segundo os entrevistados, não encontram representatividade na mídia hegemônica. Entretanto, as fontes oficiais também desempenham um papel de relevância nessas reportagens, seja na recorrente utilização de dados abertos públicos ou na procura de respostas oficiais a questões trazidas pelo corpo popular.

5. Conclusões

Todas as reportagens analisadas promovem a cidadania, assim como, todos os entrevistados acreditam que o jornalismo independente é uma forma de promoção da cidadania. Os respondentes do questionário corroboram com a premissa de uma maior liberdade na escolha de pautas e relacionamento com personagens dentro do jornalismo independente e investigativo.

A relação intrínseca observada entre a forma independente do exercício jornalístico e a promoção da cidadania está relacionada ao financiamento do conteúdo; enquanto a mídia hegemônica está associada a setores corporativistas, a independente encontra formas alternativas de financiamento, como o financiamento coletivo.

É possível ampliar esta discussão dentro da pesquisa, que não observou a fonte de rentabilidade dos portais, sendo estas alternativas elencadas pelos respondentes de forma natural. Também é possível aprofundar o interesse do público por reportagens que promovam a cidadania, considerando o financiamento direto desses a estes portais.

6. Referências bibliográficas

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa do Jornalismo Independente**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_>. Último acesso: 25 maio 2019.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, 2007, Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Último acesso: 15 abril. 2016.

FIGARO, Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas - jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação**. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2005.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HUNTER, Lee Mark. **A investigação a partir de histórias - um manual para jornalistas investigativo**. França: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Setor de Comunicação e Informação, Divisão de Liberdade de expressão, Democracia e Paz, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Paris, França. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Último acesso: 17 abril 2016.

RAMOS, Daniela Osvaldo; SPINELLI, Egle Müller. **Iniciativas de Jornalismo Independente no Brasil e Argentina**. In: Revista Extraprensa (USP); Ano IX, nº 17, p. 114-123, Jul/Dez, 2015.

SEQUEIRA, Cleofe. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA
E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

JORNADA DE ESTUDANTES DE
PÓS-GRADUAÇÃO



Derechos MERCOSUR: El viaje de Iracema

Corina Leguizamón – Emiliano González Marassa – Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR¹

Resumo:

Este trabajo presenta como la comunicación, el arte y las nuevas tecnologías son herramientas políticas para los derechos humanos, que juntas contribuyen estratégicamente con la transformación social, con el acceso a la información y la sensibilización.

La ciudadanía en general, estudiantes de universidades, funcionarias y funcionarios del sector público desde guardiacárceles hasta diplomáticos como mujeres privadas de libertad vivieron la experiencia en realidad virtual de Iracema, una joven oriunda de Brasil que migra a la Argentina en búsqueda de nuevas aventuras, que incluye el descubrimiento de sus derechos, reconocidos en el MERCOSUR.

El Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH) incorporó las nuevas narrativas digitales a su Programa de Promoción de Derechos Humanos con la propuesta multimedia [“Derechos MERCOSUR: El viaje de Iracema”](#), innovando en las formas de comunicar, informar y sensibilizar sobre los derechos humanos.

La propuesta utiliza la tecnología y el arte en la estrategia de comunicación política para sensibilizar e informar sobre los derechos humanos. Desde la narrativa transmedia, en un lenguaje sencillo y didáctico da a conocer los compromisos asumidos por los Estados, que son derechos de la población como la salud, la educación, el trabajo, el derecho a migrar.

Palavras-chave: Arial 12 – Derechos Humanos, Comunicación, Realidad Virtual, Arte, Cultura.

Abstract:

This paper presents how communication, art and new technologies are political tools for human rights, which together contribute strategically to social transformation, with access to information and awareness.

Citizenship in general, university students and public employees from prison guards to

¹ Corina Leguizamón e Directora de Comunicación y Cultura del Instituto de Políticas Públicas em Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH). Licenciada en Ciencias de la Comunicación con Énfasis en Comunicación Institucional y Master en Derechos Humanos por la Universidad Alcalá de Henares. Emiliano González Marassa es licenciado en Marketin. Actualmente, cursa la Maestría en Artes Electrónicas por la Universidad Tres de Febrero de Buenos Aires, Argentina. Es responsable de nuevos medios del IPPDH. Contactos: cleguizam@ippdh.mercosur.int y egonzalez@ippdh.mercosur.int www.ippdh.mercosur.int

diplomats as women deprived of liberty lived the virtual reality experience of Iracema, a young woman from Brazil who migrates to Argentina in search of new adventures, which includes the discovery of her rights, recognized in the MERCOSUR.

The Institute of Public Policies on human rights of the MERCOSUR[1] incorporated the new digital narratives to its program of promotion of human rights with the multimedia proposal "MERCOSUR rights: The journey of Iracema", innovating in the forms of Communicate, inform and raise awareness about human rights.

The proposal uses technology and art in the strategy of political communication to sensitize and inform issues about human rights. From the transmedia narrative, in a simple and didactic language, it makes known the commitments made by the States, which are rights of the population such as health, education, work, the right to migrate.

Keywords: Arial 12 – Human Raights, Communication, Virtual Reality, Art, Culture

Comunicación, arte, nuevas tecnologías y derechos humanos

La promoción de los derechos humanos no es tarea fácil, sobre todo cuando el objetivo es contribuir estratégicamente con la transformación social. La comunicación, en este sentido juega un rol fundamental, dinámico que debe ir más allá de la mera instrumentalización de sus herramientas. La comunicación es un instrumento político para los derechos humanos y no está sola para cumplir su objetivo en este ámbito, viene acompañada de otros instrumentos como las nuevas tecnologías y el arte.

En este trabajo presentaremos la iniciativa Derechos MERCOSUR, el viaje de Iracema. Un proyecto transmedia que, desde la comunicación incorpora el arte, la ficción, la realidad virtual para ofrecer un público variado información, en un lenguaje práctico y sencillo, sobre los derechos que habitantes del MERCOSUR han conquistado a lo largo de la historia, dando cuenta además de la diversidad cultural que existe en la región.

En el trayecto de la producción del Viaje de Iracema, se pudo ver como efectivamente las nuevas tecnologías incorporadas a una estrategia de comunicación para la promoción de

derechos pueden producir un sinfín de experiencias en el público destinatario. Desde identificar derechos que muchas personas, no saben con las que cuentan hasta la posibilidad de sentirse “en libertad” estando en situación de privación de la misma.

La estrategia multimedia incluye actividades en realidad virtual, concursos, acciones lúdicas en redes sociales y distribución de material educativo impreso para diferentes públicos. Por esta experiencia han pasado más de 1500 personas, a través de sus diferentes plataformas, las respuestas dan cuenta de una diversidad de llegada a partir del contenido asistido.

En la construcción de esta iniciativa se ha tenido en cuenta la emergencia de las culturas híbridas, donde el ámbito cultural es intervenido por una serie de procesos dinámicos² y transversales que vienen modificando costumbres, acciones, procesos organizativos, y en últimas, donde el desafío para una comunicación que trabaja al servicio de los derechos humanos es contribuir con el cambio que construya una sociedad más justa y menos desigual.

Lo planteado en el último párrafo no puede perder de vista cómo la revolución tecnológica atraviesa el sistema de valores, creencias y formas de constituir mentalmente una sociedad³. Lo que se muestra es cómo la dimensión cultural, es decir, el sistema de valores, creencias y formas de constituir mentalmente sociedades, es decisiva en la producción y las formas de estas tecnologías clave de nuestros paradigmas.

La comunicación como derecho humano

La comunicación como derecho, entre otras cosas, facilita poner en el escenario las representaciones de colectivos y sus intereses, necesidades y decisiones que tienen que ver con la demanda de derechos en el barrio, la comunicad, la ciudad, el campo, el país,

² Marco Raúl Mejía, « La tecnología, la(s) cultura(s) tecnológica(s) y la educación popular en tiempos de globalización », *Polis* [Online], 7 | 2004. <http://journals.openedition.org/polis/6242>

³ Castel Manuel; La dimensión cultural de internet, 2002.

<https://www.uoc.edu/culturaxxi/esp/articles/castells0502/castells0502.html>

la región y en función a estas, las instituciones de los Estados deben establecer respuestas concretas relacionadas con la plena vigencia de los derechos.

Es aquí el desafío fundamental de la comunicación, generar estrategias sólidas y desafiantes que permitan efectivamente incidir en la transformación social en una articulación Estado – Ciudadanía – Pueblos. Y es desde donde el IPPDH desarrolla su labor en el ámbito de la promoción de derechos incorporando el dinámico mundo de las nuevas tecnológicas, entendiendo su impacto en la población, su uso y réditos para el sistema del capital.

En los últimos dos años, el IPPDH incorporó la comunicación, el arte y las nuevas tecnologías como herramientas políticas para los derechos humanos, para contribuir estratégicamente con la transformación social, con el acceso a la información y la sensibilización.

El proyecto: una apuesta transmedia

En su apuesta “Derechos MERCOSUR: El viaje de Iracema” desde una estrategia multimedia que incluye actividades en realidad virtual, concursos, acciones lúdicas en redes sociales y distribución de material educativo impreso para diferentes públicos que está en desarrollo desde octubre de 2018, junta la tecnología y los derechos humanos para sensibilizar nuevos públicos y sumarlos a la promoción y defensa de derechos humanos. A través de estas distintas plataformas, el público general conocerá a Iracema, una joven oriunda de Brasil que migra a la Argentina en búsqueda de nuevas aventuras. En el devenir de su viaje ella conocerá sus derechos económicos, sociales y culturales, reconocidos en la región en el ámbito del MERCOSUR.

La idea es facilitar el acceso a información en la materia con una propuesta innovadora que colabora de manera amigable, pedagógica, inclusiva y gratuita con la promoción de una cultura de derechos humanos. Así se pretende contribuir con la ciudadanía mercosuriana en el conocimiento sobre sus derechos, contando con más y mejores herramientas para defenderlos y evitar su vulneración. Actividades van en consonancia

con los consensos de la comunidad internacional en la materia, quien entiende que la educación en derechos humanos contribuye a la realización de los mismos, así como a la prevención de abusos de derechos y de los conflictos violentos, a corto, mediano y largo plazo.

La ciudadanía en general, estudiantes de universidades, funcionarias y funcionarios del sector público desde guardia-cárceles hasta diplomáticos como mujeres privadas de libertad vivieron la experiencia en realidad virtual de Iracema, una joven oriunda de Brasil que migra a la Argentina en búsqueda de nuevas aventuras, que incluyen el descubrimiento de sus derechos, reconocidos en el MERCOSUR.

Hasta ahora, más de 800 personas hicieron la experiencia y ha iniciado el recorrido por penitenciarías provinciales de la Argentina. Cada una de las personas que vivieron la experiencia, tocada por lo que implica la realidad virtual, en ese mundo que conecta lo real con lo imaginario, sin perder de vista toda la información contenida en una ficción sobre los derechos humanos. Es entonces, cuando una persona privada de libertad reflexiona, luego de haber hecho la experiencia tomada de la mano de una amiga, en una de las penitenciarías del Gran Buenos Aires:

“Pude conocer un poco más sobre mis derechos; y también, mirando la naturaleza desde ese aparato, me sentí cinco minutos en libertad”

Con *Derechos MERCOSUR: el viaje de Iracema* se pudo plasmar cómo las nuevas tecnologías poseen un valor en sí para el ejercicio de derechos relacionado con el acceso a la información y la comunicación también, en el sentido que permite forjar redes, facilita la expresión, el dar a conocer las ideas, muy ligadas a la participación y a la libertad de expresión⁴. Sumado a esto, el poder que el arte tiene para la promoción, reparación de los derechos humanos, en términos de que cada expresión artística nos trae un relato con

4ACEVEDO, Manuel (2004). «Las TIC en las políticas de cooperación al desarrollo: hacia una nueva cooperación en la Sociedad en Red». En Cuadernos Internacionales de Tecnología para el Desarrollo Humano, 2. En línea. Ingeniería Sin Fronteras (ISF).

http://www.mujeresenred.net/zonaTIC/IMG/pdf/02_Manuel_Acevedo.pdf

información poderosa sobre los derechos así como una poesía, una obra de teatro tanto asistirle como hacerla es en definitiva es la posibilidad de acceder a un derecho, el derecho a la cultura que a su vez puede reparar violaciones de derechos humanos⁵. En definitiva, con el *Viaje de Iracema* podemos ver que efectivamente estamos ante un escenario multidisciplinario que bien utilizado, contribuye a cambiar vidas, facilitando el acceso a la información, conectándonos con el arte, sensibiliza sobre realidades, nos convoca a participar y a ejercer los derechos.

* “Derechos MERCOSUR: El viaje de Iracema” fue desarrollada integralmente por el IPPDH, entre las actividades componentes del proyecto “Fortaleciendo Capacidades Institucionales para la Gestión de Políticas Públicas en Derechos Humanos en el MERCOSUR”, financiado por el Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM).

Bibliografía

- ACEVEDO, Manuel (2004). «Las TIC en las políticas de cooperación al desarrollo: hacia una nueva cooperación en la Sociedad en Red». En Cuadernos Internacionales de Tecnología para el Desarrollo Humano, 2. En línea. Ingeniería Sin Fronteras (ISF). http://www.mujiresenred.net/zonaTIC/IMG/pdf/02_Manuel_Acevedo.pdf
- Barbero, Martín; La comunicación en las transformaciones del campo cultural, Bogotá – Colombia, 1997.
- Castel Manuel; La dimensión cultural de internet, 2002. <https://www.uoc.edu/culturaxxi/esp/articles/castells0502/castells0502.html>
- Del Río Sánchez, Olga; TIC, derechos humanos y desarrollo: nuevos escenarios de la comunicación social; Universidad Autónoma de Barcelona; Facultad de Ciencias de la Comunicación; 2009. <https://www.raco.cat/index.php/Analisi/article/viewFile/142472/194027>
- Dragon Gamucio, Alfonso; El derecho a la comunicación: articulador de los derechos humanos; Revista Razón y Palabra; México 2012.
- García Canclini, Nestor; La globalización imaginada. Buenos Aires: Paídos, 1999.
- Gordillo, Alejandra María; El vínculo Comunicación – Educación en la conformación de la identidad y la subjetividad social; Revista Razón y Palabra; N° 86; 2014
- Mejía, Marco Raúl « La tecnología, la(s) cultura(s) tecnológica(s) y la educación popular en tiempos de globalización », *Polis* [Online], 7 | 2004. <http://journals.openedition.org/polis/6242>
- Sierra Leon Yolanda; Revista Derecho del Estado, ISSN 0122-9893, N°. 32, 2014, págs. 77 100 <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4765385>
- Scolari, Carlos; Narrativas Transmedia. Cuando todos los medios cuentan; AECID; Madrid – 2013.

5 Sierra Leon Yolanda; Revista Derecho del Estado, ISSN 0122-9893, N°. 32, 2014, págs. 77 100 <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4765385>

A construção da imagem pública do manifestante brasileiro

The public image construction of the Brazilian protester

Juliana Chaves Viegas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹

Resumo: A pesquisa busca compreender as representações de manifestantes no Brasil em documentários contemporâneos. São analisadas produções realizadas entre 2013 e 2018, a fim de mergulhar na recente história do Brasil e perceber como as imagens se apresentam como fonte de investigação. Dentro deste eixo, foram escolhidos os documentários *Ressurgentes – Um Filme de Ação Direta* (2014) de Dácia Ibiapina, *Índio Cidadão* (2014) de Rodrigo Siqueira, *DEFENSORXS* (2015) do Coletivo Nigéria, *O Muro* (2017) de Lula Buarque de Hollanda e os curtas *Reflexo* (2016), *Corpos Políticos* (2016) e *O real é aquilo que resiste* (2018), do coletivo feminista Mulheres no Audiovisual PE (MAPE), a fim de analisar a forma como os manifestantes vêm sendo retratados. O intuito é compor uma análise comparativa das narrativas, das linguagens, das temáticas e das posturas dos documentaristas assim como das pessoas retratadas. A investigação se dá entorno do atual cenário de polarização política no Brasil.

Palavras-chave: representação; imaginário; política; documentário; manifestação.

Abstract: The project proposal seeks to understand representations of protesters in Brazil in contemporary documentaries. Productions made between 2013 and 2018 are analyzed in order to understand the recent history of Brazil and see how the images are presented as a source of research. The documentaries chosen are: *Ressurgentes – Um Filme de Ação Direta* (2014) by Dácia Ibiapina, *Índio Cidadão* (2014) by Rodrigo Siqueira, *DEFENSORXS* (2015) by Coletivo Nigéria, *O Muro* (2017) by Lula Buarque de Hollanda and *Reflexo* (2016), *Corpos Políticos* (2016) and *O real é aquilo que resiste* (2018), by Mulheres no Audiovisual PE (MAPE) in order to analyze the way protesters have been portrayed. A comparative analysis of the narratives, languages, themes and

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ na linha Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição (2015), membro do Grupo de Pesquisa Narrativas Midiáticas e Experiência Urbana (NAME) e do Núcleo de Estudos do Ódio (NEO). E-mail: <jchviegas@gmail.com>

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

documentarists as well as the people portrayed will be made. The investigation is around the current political polarization in Brazil.

Keywords: representation; imaginary; politics; documentary; protest.

1. Introdução

O manifestante brasileiro tem tomado preferências políticas de modo autônomo e seu engajamento em ações coletivas é refletido em como o próprio se compreende enquanto cidadão. As comunidades políticas formadas através do reconhecimento de pautas e de valores de escolha de ação vêm reforçando identidades que afetam a noção existencial individual, provocando uma polarização de narrativas e contranarrativas. Surgida nas manifestações de 2013, esta disputa discursiva na sociedade brasileira atual vêm reconfigurando e criando processos comunicacionais e mobilizações de rua dos mais variados.

As continuidades e discontinuidades das Jornadas de Junho permitem acompanhar a formação de uma nova cultura política e rupturas de comportamento na diversidade de atores sociais participativos atualmente. Com o intuito de olhar este processo histórico e os novos padrões identitários criados, esta pesquisa busca pensar as representações sobre os manifestantes em um sentido amplo, explorando as possibilidades de construção de imaginários dentro da comunicação, bem como a própria atuação do cidadão nas manifestações, e a desconstrução do realismo presente no cinema documental.

Reconhecendo a importância dos documentários como fonte de pesquisa histórica, a pesquisa visa apurar questões relativas à narrativa presente nessas produções e à representação que os mesmos constroem dos manifestantes. Uma vez que os discursos são muitos, além de inseridos em contextos distintos, esses dois elementos ajudam a orientar a proposta em sua execução, determinando os ângulos para o objeto de análise.

2. Justificativa e abordagem teórica

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Documentários políticos têm uma busca pelo real propondo uma reparação para a testemunha e para a história (STIGGER, GUTFREIND, 2016). Dessa forma, na mesma medida em que possibilitam compreender o acontecimento político, trazem a tona o valor de prova da imagem e o engajamento único dos cinegrafistas que o realizam.

Entendendo o documentário como um pretense retrato da realidade, a pesquisa busca discutir as limitações e possibilidades das interpretações simbólicas das imagens e como suas narrativas geram diferentes perspectivas de um mesmo fato histórico. A partir da seletividade das fontes, busca-se compreender o *ethos* desses grupos de manifestantes no que tange principalmente o imaginário de afetos criado, levando em consideração a disputa de espetáculos e suas pulsões subjetivas.

Para entender as raízes do imaginário do manifestante brasileiro como construção de sentido e em que meios operam, suas disputas discursivas e como a democracia em seu processo de participação é defendida por cada grupo, propõe-se, num primeiro momento, categorizar os tipos de manifestantes a serem estudados a partir da pesquisa realizada por Luciana Tatagiba e Andreia Galvão (2019). Pretende-se também realizar uma análise de discurso através dos estudos de Patrick Charadeau, considerando as falas dos manifestantes.

O desenvolvimento da pesquisa terá como base o próprio material audiovisual e utilizará os conceitos de mediações simbólicas e teoria do imaginário de Michel Maffesoli para pensar a construção do imaginário político em manifestações e a compreensão de representação na cultura brasileira através dos estudos de Stuart Hall.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A pesquisa busca analisar o conteúdo e a estrutura dos documentários considerando a complexidade de elementos presentes (de sentidos, imagens, técnicas, sequência de cenas e composição) usando diferentes orientações teóricas para saber o que selecionar para transcrições de cenas (BAUER;GASKELL, 2003).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O corpus selecionado permite realizar um estudos em cima de uma segunda narrativa, esta produzida a partir do olhar dos documentaristas, e perceber no que se diferenciam e se repetem, como são abordadas pautas comportamentais e como se deu essa ressignificação das agendas de direitos humanos em linhas de discurso.

Inicialmente, propõe-se algumas reflexões sobre o gênero cinematográfico do documentário a partir das perspectivas de Bill Nicholls e Francisco Elinaldo Teixeira, visando articulá-las com o conceito de narrativa, utilizando principalmente as ideias de Paul Ricoeur. A pesquisa será desenvolvida com ênfase no próprio material audiovisual, tendo Manuela Penafria (2009) como referência analítica principal de imagens em movimento. Haverá especial atenção também para as características das obras audiovisuais a partir das atitudes dos realizadores, segundo David MacDougall.

4. Desenvolvimento

O projeto busca fazer um recorte visual e explorar as discursividades que os documentários adquirem. Busca-se analisar a forma como vem sendo construída a representação dos manifestantes brasileiros, através de imagens, a fim de problematizar o papel da retratação e a polarização de opiniões que os dividem, compreendendo os aspectos e impactos culturais, tecnológicos e sociais.

Em linhas gerais, o projeto se divide em duas propostas: realizar um diálogo com teorias políticas e problematizar a narrativa dos documentários como mídia, buscando pensar manifestações como uma forma de comunicação. Pretende-se estruturar como tem se dado o debate sobre o manifestante no cenário cívico brasileiro recente pensando a polarização para além de dois pólos, mas sim enviesada e assimétrica, como forma de validar a realidade de enunciados e compreender o fluxo de narrativas e as contranarrativas elaboradas.

Os principais objetivos são a compreensão do imaginário brasileiro e suas simbologias políticas, seus mitos e narrativas, o cinema documental político brasileiro, as implicações no repertório corporal do manifestante brasileiro, aspectos de geolocalidades, violações

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

de direitos humanos e liberdade de expressão (em especiais os artigos 19 e 20) e
revisitar o histórico de movimentos sociais no Brasil.

5. Conclusões

Observar como os processos comunicativos atravessam o próprio manifestante enquanto indivíduo pertencente a um grupo em fenômenos de massa, permite não só alçar vãos sobre a compreensão de nós mesmos enquanto cidadãos, mas também no entendimento do mundo que vivemos. A pesquisa se mostra como um desafio na medida em que se debruça nestas novas narrativas emergentes da complexa mudança social que o país atravessa.

Entendendo que os modos de ativismo e participação política recentes no país vêm impactando as representações culturais e alterando experiências sociais, levantar o aspecto imagético e imaginário da polarização permite questionar a produção social de sentido, as normas discursivas e as práticas de subjetivação que vêm configurando identidades na sociedade brasileira.

6. Referencias bibliográficas

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. DUVOISIN, Aline Almeida. Acerca do valor simbólico das imagens técnicas. Revista Culturas Midiáticas. Ano X, n. 18 - jan-jun/2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/35050>>

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa Com Texto Imagem e Som: um manual prático / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2003.

FRESSATO, Soleni Biscouto. Resenha BERNARDET, Jean-Claude. Cineastas e imagens do povo. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Revista O Olho da História, n. 8, Salvador (BA), janeiro de 2006. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/sol-1.pdf>>

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu;
Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira — Rio de Janeiro Ed: PUC-Rio: Apicuri,
2016

KNAUSS, P. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *Artcultura*, v.
8, n. 12, 11, 2006. Disponível em: < [http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/
view/1406](http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406)>

LISBOA, Marcos José Alves. O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra
de Paul Ricoeur: Aproximações. *Impulso*, Piracicaba. 23(56), 99-112, jan.-abr. 2013.
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v23n56p99-112>>

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. In: *Revista Famecos*. Porto Alegre,
n. 15, ago. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.3123>>

PENAFRIA, Manuela. Análise de filmes - conceitos e metodologia(s). VI Congresso
SOPCOM, Abril de 2009. Disponível em: < [http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?
codautor=10](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=10)>

STIGGER, Helena Antonini; GUTFREIND, Cristiane Freitas. A estética do documentário
contemporâneo sobre a ditadura militar brasileira. *Revista ECO-Pós*, [S.I.], v. 19, n. 1,
jun. 2016. ISSN 2175-8689. Disponível em: <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/
article/view/2482](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2482)>.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andréia. Os protestos no Brasil em tempos de crise
(2011-2016) *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr., p. 63-96, 2019.
Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/614>

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

CULTURA PIRATA: O ATIVISMO MUSICAL DOS VENDEDORES AMBULANTES NO RIO DE JANEIRO

PIRATE CULTURAL: THE MUSICAL ATIVISM OF THE STREET VENDORS IN RIO DE JANEIRO

Victor Belart - UERJ¹

Resumo:

Considerando a popularização da música de rua no Rio de Janeiro nos últimos anos, o presente trabalho investiga o papel dos vendedores ambulantes neste movimento depois de um período de Choque de Ordem na cidade. Atuando em parceria com grupos culturais e microeventos - que estiveram distantes do calendário oficial de entretenimento na cidade - os coletivos de ambulantes passam a assumir novas performatividades e protagonismos. A pesquisa considera o final do Ciclo Olímpico, a mudança no comando da Prefeitura e diminuição do alcance das forças reguladoras como a operação “Choque de Ordem”, de Eduardo Paes, para o maior desenvolvimento do trabalho desses grupos. Produzindo eventos próprios, assumindo também os papéis de músicos e DJs, estes vendedores, em meio à uma condição de trabalho precarizada, estabelecem inovadoras formas de ativismo e empreendedorismo na cidade. Deste modo, a pesquisa compreende a força da informalidade como fonte geradora de novas práticas de convívio, ativismo e reivindicação do direito à cidade no Rio de Janeiro pós-Olímpico. A cartografia e observação participante são os esforços metodológicos da pesquisa, que investiga coletivos de ambulantes no Centro da cidade.

Palavras-chave:

microeventos; cidade Olímpica; vendedores ambulantes; música de rua

¹ Mestrando com bolsa CNPq no PPGCOM-UERJ. Integrante do laboratório de Comunicação, Arte e Cidade. Especialista em Jornalismo Cultural. Contato: belart.victor@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract:

Considering the popularization of street music in Rio de Janeiro in recent years, the present work investigates the role of street vendors in this movement after a period of Order Shock in the city. Acting in partnership with cultural groups and microevents - which were far from the official calendar of entertainment in the city - the groups of itinerants begin to assume new performativity and protagonism. The research considers the end of the Olympic Cycle, the change in the command of the City Hall and reduction of the reach of the regulatory forces like the operation "Shock of Order", of Eduardo Paes, for the greater development of the work of these groups. Producing their own events, also taking on the roles of musicians and DJs, these sellers, in the midst of a precarious work condition, establish innovative forms of activism and entrepreneurship in the city. In this way, the research comprehends the force of informality as a source of new practices of social interaction, activism and the right to the city in post-Olympic Rio de Janeiro. Mapping and participant observation are the methodological efforts of the survey, which investigates street vendors in the city center.

Keywords:

microevents; olympic city; street vendors; street music

1. Introdução

Durante a gestão do Prefeito Eduardo Paes, a operação Choque de Ordem² lançou uma guerra ao comércio ambulante da cidade, numa proposta de investir num Rio de Janeiro tido como mais organizado e limpo para receber os Jogos Olímpicos. Grandes shows, megaeventos e o desenvolvimento centrado no turismo faziam parte da plataforma de gestão da Prefeitura, que chegou, por exemplo, a substituir quiosques da praia, expulsar vendedores informais do Centro, entre outras atividades que exaltavam o discurso de uma cidade oficial e outra que estaria à margem dela. Existiu, portanto, a construção por parte da própria Prefeitura, de uma ideia de um Rio de Janeiro oficial e uma cidade "pirata", que não estaria de acordo com as normas da metrópole Olímpica.

Neste mesmo momento, um potente movimento de microeventos de rua (HERSCHMANN; FERNANDES, 2016) se espalhou pelas ruas da Capital Fluminense

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

com discurso antagônico à ideia da cidade mercadoria (FREITAS, 2017) através de festas, shows e cortejos informais. Naturalmente, por se tratar de um fenômeno cultural que acontece nas ruas, os vendedores ambulantes passaram a ter papel fundamental neste processo, acompanhando grupos, coletivos e músicos em suas apresentações itinerantes pelas ruas da cidade.

Ao final do Ciclo Olímpico, com a diminuição do dinheiro, recursos e fiscalização em torno da produção cultural na rua, observa-se uma nova configuração onde os próprios vendedores ambulantes, anteriormente perseguidos, passam a criar blocos de carnaval, a serem detedores de espaços culturais e a assumir o protagonismo enquanto músicos, DJs, entre outras estratégias de performatividade e até mesmo sobrevivência. A presente pesquisa investiga o trabalho destes corpos precarizados, excluídos do imaginário da Cidade Olímpica, agora atuando em aliança (BUTLER, 2018) com músicos, artistas e foliões que estiveram excluídos de um modelo de entretenimento no Rio de Janeiro.

2. Justificativa e abordagem teórica

Ao observar trabalhos recentes, percebo que pesquisas do campo da comunicação a respeito deste fenômeno de microeventos de rua no Rio de Janeiro, como o trabalho de Flávia Magalhães Barroso (PPGCOM-UERJ) e Flávia Souza Dias (PPGCOM-UFRJ), que tratam, respectivamente, do subversivo das festas de rua na cidade e do feminismo nas neofanfarras de rua do Rio não aproximam, necessariamente, o recorte e diálogo com o este período Olímpico em suas investigações deste movimento. Durante a preparação para os megaeventos, o Rio de Janeiro utilizou da perspectiva da cultura e entretenimento como trampolim para o desenvolvimento de grandes obras e transformações no espaço da cidade, num discurso de revitalização. Neste sentido, me interesse pelo trabalho dos vendedores ambulantes apropriando-se da Cidade Pós-Olímpica, construindo ativismos particulares, exatamente quando a marca da Cidade Olímpica e do Rio das reformas padronizadas se enfraquece.

Considera-se que a cultura de rua, além de performar na cidade, transforma imaginários, movimenta receitas, altera espaços, reduz violências e socializa indivíduos. Neste contexto, o trabalho se justifica por interessar-se em compreender as últimas

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

transformações sofridas por ela, seus desafios em permanecer nesta marginalidade e a tendências de suas próximas vivências a partir dos vendedores ambulantes. Considerando o fim do Ciclo Olímpico como uma marca histórica na cidade, busco compreender o aumento da informalidade como experiência vital neste momento do Rio de Janeiro, que acaba sendo capitaniada, especialmente, pelo esforço desses vendedores ativistas. O trabalho toma como base a região do Centro, especialmente em praças e ruas com importante efervescência musical, como os territórios representados na Cartografia Musical de Rua do Centro do Rio (HERSCHMANN; FERNANDES, 2014), compreendendo o papel dos vendedores ambulantes nestas localidades.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Para além de estabelecer uma observação participante, este trabalho se aproxima da perspectiva de Fernandes e Herschmann (2015), quando os mesmos recorrem a Latour (2012), na compreensão na escolha da cartografia como método. Nesta linha, aproximo-me da ideia do “homem” formiga, que atua bem próximo aos coletivos e redes, constrói suas paisagens particulares e se perde nelas. Nesta mesma linha, embarco numa metodologia da deriva, valorizando a empiria e compreensão das frequências do campo, estando permanentemente mergulhado nele e construindo a pesquisa através desta imersão.

Utilizo a primeira pessoa, por reforçar este ofício afetivo e empírico da experiência do próprio campo, reforçando esta proximidade constante com ele, por acreditar que a mesma amplie e acrescente bastante a este desenvolvimento da pesquisa. O objeto é recortado a partir desta ruptura numa marca histórica com implicações sensíveis: a transição da era Olímpica ao período regular da cidade, entendendo esta quebra simbólica como fundamental para investigação dos objetos estudados.

Como trato, basicamente, de objetos que trabalham informalidade, não é tão comum que sejam encontrados dados estatísticos formais a respeito de números e índices absolutos que reafirmem algumas marcas. Por este sentido, o esforço da empiria e das cartografias sensíveis em constante contato com o campo também é reforçado.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

4. Desenvolvimento

A partir do momento em que a cidade muda de gestão, o projeto Olímpico se esvai e os conceitos da cidade criativa ou Olímpica vão se enfraquecendo junto do enfraquecimento da fiscalização e formalização dos processos, o Rio de Janeiro acaba abrindo margem para a proliferação de uma produção informal e ativista com maior frequência, sem que a própria Prefeitura tivesse o menor conhecimento das mesmas. Straw (2018) ao tratar da gestão pública, por exemplo, em regimes noturnos, concebe que a importância econômica de tais grupos “raramente é medida com detalhes” (p.329). Assim, podemos perceber, no Rio de Janeiro, que a partir do desconhecimento, da falta de controle e do não interesse da gestão públicas nestes grupos, um espaço frutífero, livre e autêntico para manifestações ativistas e auto-organizadas passa a se desenvolver. Os ambulantes, portanto, antigamente com maior dificuldade para existir, se aproximam das práticas que Harvey (2014) vai chamar de “reivindicar a cidade” (p.211), ocupando praças, fazendo festas públicas, empreendendo na rua, reunindo grupos em cortejos, apropriando-se de obras olímpicas, entre outras atividades.

5. Conclusões

Considerando o fim do Ciclo Olímpico e aumento da informalidade na cidade, constatamos uma maior aliança (BUTLER, 2018) entre corpos que estiveram precarizados e ausentes do calendário Olímpico da cidade e que, agora, atuam em parceria para poderem existir num Rio de Janeiro que constrói uma nova história. Diante da menor espetacularização, diminuição da quantidade de investimentos e obras, os coletivos ambulantes, junto aos antigos músicos, consumidores e produtores da dita “cultura de rua” do Rio de Janeiro (HERSCHMANN; FERNANDES, 2016), ajudam na movimentação econômica da cidade em tempos de crise, além de apresentar alternativas ao potencial aumento de preços e transformação do caráter ativista de tais manifestações num momento onde cada vez mais grandes marcas se aproximam da cultura de rua, produzindo eventos próprios que replicam seu caráter ativista interessados em vendas.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Assim, além dos mesmos terem inclusive ajudado a combater a ideia do medo das ruas em tempos de intervenção militar na cidade, retomam a vida no espaço público e estabelecem novos regimes e modos de existir no Rio de Janeiro depois das Olimpíadas.

6. Referencias bibliográficas

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

FREITAS, Ricardo. Da cidade espetáculo à cidade mercadoria. **Ecopós**. vol. 20. n3. 2017.

FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. Relevância da cultura de rua no Rio de Janeiro em um contexto de valorização dos megaeventos. **Interin**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 03-21, jan/jun. 2016. ISSN: 1980-5276.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins, 2014.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

STRAW, Will. In: Urbanização da política musical: cidades e a cultura da noite. **Cidades Musicais: Comunicação, Territorialidade e política**. Rio de Janeiro: FERNANDES, Cintia SanMartin; HERSCHMANN, Micael. (org). Sulina, 2018.

VIVANT, Elza. **O que é uma cidade criativa?** São Paulo: SENAC, 2012

* Pesquisa financiada pelo CNPq através de bolsa de Mestrado.

Mulheres migrantes e refugiadas LBT: ativismo nas redes e nas ruas

Migrant women and refugees LBT: activism in the social media and in the streets

Letícia Vieira da Silva – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos
(NEPP-DH/UFRJ)

Resumo: O trabalho investiga as potencialidades da comunicação de um coletivo de migrantes e refugiadas lésbicas e bissexuais de São Paulo. Partimos do pressuposto de que a comunicação contra-hegemônica é poderosa pois traz um olhar vindo das próprias mulheres migrantes enquanto agentes e não como um grupo monolítico. Analiso a atuação das mulheres nas redes sociais, seu engajamento com as pautas de política doméstica e como inserem o debate da migração nos espaços de ativismo.

Palavras-chave: mulheres; migrantes; refugiadas; auto-organização; redes sociais.

Abstract: The work investigates the potential of a collective of migrants and refugees lesbians and bisexuals. We start from the assumption that the counter-hegemonic communication is powerful because it brings a look coming from own migrant women as agents rather than as a monolithic group. Analyze the role of women in social networks, your engagement with the domestic policy and guidelines how to insert the migration debate in the spaces of activism.

Keywords: women; migrants; refugees; self-organization; social media.

1. Introdução

O trabalho investiga a importância da comunicação como forma de ampliar o debate sobre migrações para a sociedade civil, a partir de estratégias elaboradas pelos próprios refugiados. Particularmente, interesse-me pelas atividades culturais desenvolvidas pelo

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

coletivo de Mulheres Imigrantes Lésbicas e Bissexuais, de São Paulo, e gostaria de refletir sua criação, atividades desenvolvidas como rodas de conversa, atividades auto-gestionadas e também o bloco de carnaval IRA – Imigrantes, Refugiadas e Apátridas.

2. **Justificativa e abordagem teórica**

A importância da pesquisa reside na abordagem que propõe um olhar para as iniciativas d@s própri@s refugiad@s, como agentes e não como um grupo monolítico sem agência. Será adotada uma perspectiva decolonial com o objetivo de refletir sobre participação social, noções de poder no discurso de “acolhida” e “boas vindas” aos imigrantes, estigmatização de população LGBTI e a potencialidade da comunicação para quebrar esses estigmas e estereótipos sobre a figura do refugiado e do imigrante.

Apontar a importância da ocupação do espaço público como espaço da política. A temática agrega informações para diferentes campos das ciências sociais aplicadas, como Relações Internacionais, Antropologia, Ciência Política e Comunicação.

3. **Métodos e instrumentos de pesquisa**

Metodologia qualitativa através de reportagens feitas sobre o coletivo que saíram na imprensa. Análise da plataforma virtual (página do facebook) do Coletivo e, a depender da viabilidade, entrevista com integrantes a respeito do papel da comunicação entre os próprios imigrantes e refugiados e também no diálogo com a sociedade brasileira e os movimentos sociais.

4. **Desenvolvimento**

1. Definindo refúgio, bordas e fronteiras
2. Xenofobia, racismo e discriminação
3. Comunicação como uma estratégia política: Coletivo MILB (SP)
 - 3.1 Histórico, atividades, desafios, logros, parcerias com movimentos.
 - 3.2 Estratégias de comunicação (atividades e redes sociais)
4. Conclusões/ Apontamentos

5. **Conclusões**

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A comunicação é uma ferramenta vasta que precisa ser (re)apropriada pela sociedade civil organizada para difusão de temas sociais, visto que no cenário político atual não há interesse governamental de investimento em comunicação, tampouco dedicado à agenda migratória. O diálogo entre a população precisa ser manejado pela própria sociedade civil organizada, de forma criativa.

6. Referencias bibliográficas

CAÑAS, Tania. **Unwelcome mats**: a decolonial intervention challenging the refugee welcome-narrative. *Community Psychology in Global Perspective (CPGP)*, 2013. Volume 13, nº 1, pp. 72-86. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/cpgp/article/view/15618> Acesso em: 23/05/2019.

ELIAS, N. & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed. 2000.

MIGNOLO, W. Colonialidade. **O lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 32 nº 94, junho/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf> Acesso em: 22/05/2019.

MIGNOLO, Walter D; TLOSTANOVA, Madina V. **Theorizing from the borders**. Shifting to Geo- and Body- Politics of Knowledge. *European Journal of Social Theory* , Volume 9, número 2, pp. 205–221. Sage Publications: Londres, 2006.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1368431006063333> Acesso em: 22/05/2019.

OLIVA, T. **Minorias sexuais enquanto 'Grupo Social' e o reconhecimento do status de refugiado no Brasil**. Brasília, DF: ACNUR Brasil, 2012. (Diretório de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado do ACNUR).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SPIJKERBOER, Thomas; JANSEN, Sabine. **Fleeing Homophobia**: Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender Identity in the EU (September 6, 2011).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Fleeing Homophobia: Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender Identity
in the EU, Coc Nederland/Vu University Amsterdam 2011. Disponível em: [https://
ssrn.com/abstract=2097783](https://ssrn.com/abstract=2097783) Acesso em 12/03/2019.

WEßELS, Janna. **Sexual Orientation in Refugee Status Determination**. Refugee
Studies Centre. Oxford, Abril de 2011. Disponível em:

<http://www.refworld.org/pdfid/4ebb93182.pdf> Acesso em: 20/06/2017.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A história não contada sobre as mulheres cervejeiras

The untold story about women brewers

Oliveira, Cristiane – Universidade Federal do Rio de Janeiro¹

Resumo:

A presente pesquisa experimenta outras estratégias de comunicação ao resgatar a história não contada do protagonismo da mulher na invenção e produção de cerveja, a fim de pensar direitos humanos, mais precisamente, direitos da mulher. A partir desse histórico, somado a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, propõe-se uma reflexão sobre as relações de poder criadas a partir de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: feminismo; mulheres cervejeiras; direitos humanos

Abstract: The present research tries other strategies of communication in rescuing the untold story of the protagonism of the woman in the invention and production of beer, in order to think human rights, more precisely, women's rights. From this historical, in addition to bibliographical research and case study, it is proposed a reflection on the relations of power created from gender, race and class.

Keywords: feminism; women brewers; human rights

1. Introdução

A presente pesquisa, dentre outras questões, pensa estratégias de consolidação/reconhecimento de direitos das mulheres. Nesse sentido, tenta dar resposta a uma inquietação: se o feminismo, em última análise, é a defesa de direitos das mulheres,

¹ Mestranda, Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP/UFRJ, cristiane.g.oliveira@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

por que cargas d'água tantas mulheres são contra o feminismo? Que engrenagens tão fortes e poderosas são essas que fazem com que mulheres defendam as próprias algemas? Será que não há consciência da opressão sofrida? Estaríamos falhando nessa comunicação? Se sim, onde?

A proposta inicial seria, então, refletirmos sobre as diferentes estratégias usadas pelo movimento de mulheres para visibilizar as opressões sofridas; passando pelas eventuais limitações da academia e a invisibilização de saberes populares nesse processo.

O resgate histórico das mulheres cervejeiras, por sua vez, é trazido nesse contexto como uma proposta de estratégia de reflexão acerca das relações de poder para além de conceitos acadêmicos e, sim, através da recuperação de mais uma história não contada sobre o protagonismo da mulher no desenvolvimento de conhecimento.

Falar de cerveja e mulheres, como se pretende demonstrar, é falar do próprio processo de construção de um modelo de sociedade capitalista patriarcal e eurocentrado; que sobrevive até os dias atuais, emprestando novas roupagens a velhas práticas. Com efeito, a cerveja foi inventada por mulheres e por elas era produzida até que, quando a comercialização do excesso da produção familiar começou a se traduzir em lucro, independência financeira e *status* social, logo os homens e a Igreja trataram de tomar para si tal atividade, tendo criado leis que limitavam a produção de cerveja por mulheres, tendo inclusive usado enquanto estratégia de eliminação de concorrência a caça e condenação à morte de muitas dessas mulheres na fogueira, sob o argumento de que eram bruxas. Estratégia essa que é reinventada na forma de campanhas publicitárias que objetivam a mulher e da permanência de leis que acabam por lhes vedar acesso a esse mercado até hoje.

Ou seja, propomos, um diálogo com as mulheres cervejeiras de outrora enquanto estratégia para visibilizar as engrenagens do sistema patriarcal, marcado pelo controle do corpo e da autoestima das mulheres enquanto estratégia de reserva de poder e acumulação de capital, sobre a qual se construiu e constroi o capitalismo.

2. Justificativa e abordagem teórica

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Nos últimos anos temos experimentado um cenário de retrocessos de direitos que atingem principalmente as mulheres e, dentre essas, as mulheres negras. Tal fato culminou em 2016 no que ficou conhecido como Primavera das Mulheres, ano em que elas voltaram juntas às ruas contra a cultura do estupro, genocídio das mulheres pretas e tantos outros retrocessos. Em 2018, as mulheres protagonizaram mais uma vez a luta contra o avanço do conservadorismo e intolerância indo às ruas contra a eleição do candidato Jair Bolsonaro. Com a derradeira eleição de Bolsonaro, tal como se esperava, a cada dia novas medidas representam piora nas condições de vida das mulheres.

Nesse cenário, mais do que nunca é preciso falarmos e ouvirmos sobre as engrenagens desse sistema racista, machista e homofóbico que nos oprime e mata; e pensar em estratégias de resistência coletiva. Em especial, é preciso entender a porquê muitas mulheres são contra a ampliação de seus próprios direitos.

E é exatamente nesse sentido que caminha o presente projeto.

Não por mera coincidência, então, recuperamos a história não contada do protagonismo das mulheres em um dos setores mais lucrativos mundialmente: a produção de cerveja. Poucas são as referências sobre o tema, de forma que a pesquisa enfrenta um problema original e desafiante.

A seguir, esboçaremos alguns dos temas que pretendemos enfrentar através desse resgate histórico e suas principais referências bibliográficas.

Aqui, as mulheres cervejeiras, essas figuras que o capitalismo precisou destruir, são colocadas no centro da cena, tal como propõe Silvia Federeci em seu livro *“Calibã e a Bruxa”* (2004), sendo essa a principal fonte bibliográfica acerca desse histórico.

E seguimos a investigação acerca das engrenagens do sistema patriarcal, a partir da igualmente histórica relação de dominação do homem sobre a mulher tendo por base material as relações de trabalho que, por sua vez, se expressa na divisão sexual e racial do trabalho. A esse respeito, recorreremos aos estudos de WOOLSTONECRAFT.

Do referido histórico extrai-se, ainda, que a mencionada divisão de tarefas não decorreu de uma “lei natural”, mas sim de uma construção social e cultural, imposta pelos

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

homens através da força, da dominação econômica e da manipulação psicológica das mulheres (KERGOAT, 2012).

Tais percepções foram possíveis quando se refletiu a respeito da insuficiência da teoria marxista quanto a este particular. A partir daí, então, foi possível perceber a grande carga de trabalho que é realizada gratuitamente pelas mulheres, um trabalho invisibilizado, realizado não para si, mas para em benefício de toda família, sempre em nome da natureza feminina, do amor e do dever materno (SAFIOTI, 2013).

Atentos ainda “necessidade de pensar conjuntamente as dominações” (KERGOAT, 2012), cumpre-nos demonstrar também que a experiência acerca da divisão sexual do trabalho é diferente entre as mulheres, a depender de sua cor, raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe ou se tem alguma limitação física, restando cada vez mais precarizado à medida que se entrecruzam identidades não abarcadas pelo padrão hegemônico (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Em nossa sociedade, marcada pelo racismo estrutural, os processos de socialização e, portanto, a construção social e pessoal do feminino, acabam por ser diferentes para mulheres brancas e negras, circunstância que irá se materializar no mundo do trabalho através da divisão racial do trabalho. Trata-se, pois, não simplesmente de citar as diferentes identidades, mas entender a relação de poder e identidade nos diferentes contextos, verificar como, desde o colonialismo, algumas identidades são legitimadas enquanto outras são deslegitimadas, oprimidas pelas primeiras (RIBEIRO, 2017).

A ilustrar tal hipótese, apontou Angela Davis, “Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa”. Tendo em conta que no século XIX a ideologia de feminilidade enfatizava os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras eram praticamente uma anomalia.” (DAVIS, 2016).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Inicialmente, a pesquisa sobre a genealogia da relação da mulher com a cerveja em seus primórdios será basicamente bibliográfica, baseando-se nos poucos livros que mencionam o assunto, dentre os quais, “Calibã e a Bruxa” (2004), de Silvia Federeci. Diante da existência de pouca literatura sobre o tema, nos debruçaremos igualmente sobre textos publicados na internet, artigos universitários e documentos públicos a serem buscados em bibliotecas públicas.

Até agora visitei a Biblioteca Nacional por se tratar do repositório oficial de cópias de toda obra já escrita. Iniciamos a pesquisa por livros que tratem da questão aqui explorada, restando explorar jornais e revistas que referenciem esse contexto. Pretendo visitar ainda O Real Gabinete Português de Leitura e, ainda, o Museu da Inquisição em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Por fim, a fim de pensar tais questões no contexto atual, pretende-se realizar um estudo de caso sobre “os coletivos atuais de mulheres cervejeiras”, a ser desenvolvido a partir entrevistas, análise de conteúdo, observação participante, questionários, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e registros em arquivos e internet.

4. Desenvolvimento

4.1. O surgimento da cerveja e o protagonismo da mulher

4.2. A interferência dos homens e da Igreja na produção de cerveja por mulheres

4.3. A relação da mulher e da cerveja na atualidade

4.4. As bruxas de ontem e de hoje – Visibilização do sistema patriarcal e suas estratégias

5. Conclusões

O presente artigo não tem a pretensão de alçar respostas ou esgotar os tantos assuntos que aqui se entrecruzaram, mas antes de tudo demonstrar tais imbricações e promover a reflexão sobre as mesmas, tendo como pano de fundo a rica relação da mulher com a cerveja ao longo do tempo.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

6. Referencias bibliográficas

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

FEDERECCI, Silvia, “**Calibã e a Bruxa**”, 2004.

HIRATA, Helena. **Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**.

Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V.26, n1, 2014, pp.61-73.

HIRATA, Helena... [et al.] (Orgs). **Dicionário crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle; em **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO**, Disponível em

https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf

KOLANTAI, Alexandra. **A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea, in A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética/organização Graziela Schneider – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.**

KOLANTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

LOURENSEN, R. A. **A cerveja e a mulher na História**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2016/10/04/a-cerveja-e-a-mulher-na-historia/>>. Acesso em 22 de jul. 2018.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade, 3ª edição**. São Paulo: editora Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado Violência**. 2ª edição. São Paulo: editora Expressão Popular, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvindicação dos Direitos da Mulher**, 1 ed. – São Paulo; Boitempo, 2016.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Construção das identidades culturais latino-americanas nas narrativas da *Televisión del Sur* – teleSUR

Construction of Latin American cultural identities in the narratives of *Televisión del Sur* - teleSUR

Domingos Alves de Almeida – Universidade Federal Fluminense¹

Resumo: O presente trabalho propõe investigar como a TV multiestatal *Televisión del Sur* (*teleSUR*) articula suas narrativas para abordar e construir as identidades culturais da América Latina, a partir do estudo dos programas jornalísticos de enfoque cultural, *No son tuites son historias* e *Realidades*, veiculados no ano de 2016. Adotamos o método qualitativo da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa (ORLANDI, 2010; VERÓN, 2004). A investigação se encontra em fase de desenvolvimento e as impressões iniciais apontam para uma abordagem horizontalizada da emissora sobre as dinâmicas identitárias e culturais da América Latina, a partir de um processo comunicativo sul-sul (da e para a América Latina).

Palavras-chave: Culturas; Identidades; América Latina; Televisão; Jornalismo.

Abstract: The present work proposes to investigate how television multiestatal *Televisión del Sur* (*teleSUR*) articulates its narratives to approach and to construct the cultural identities of Latin America, from the study of the journalistic programs of cultural focus, *No sonites are stories* and *Realities*, conveyed in the year of 2016. We adopted the qualitative method of Discourse Analysis (AD) of French orientation (ORLANDI, 2010; VERÓN, 2004). The research is still under development and the initial impressions point to a horizontal approach of the broadcaster on the identity and cultural dynamics of Latin America, based on a South-South communicative process (from and to Latin America).

Keywords: Cultures; Identities; Latin America; Television; Journalism.

1. Introdução

Com o objetivo de enfrentar o poderio dos centros dominantes, a partir do campo simbólico, foi criado em 2005, com suporte da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa Américas (ALBA), e por iniciativa do então presidente venezuelano, Hugo Chávez, um projeto de integração regional que atua diretamente no campo político e

¹ Doutorando em Mídia e Cotidiano (UFF). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL-UNILA). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (UNILA). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UFMA).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

ideológico e na produção de bens simbólicos, que é a TV multiestatal, Televisión del Sur (Telesur) (MORAES, 2015). Nesse aspecto, o problema central desse trabalho constitui-se no seguinte questionamento: como as narrativas da teleSUR são articuladas para construir e representar as identidades culturais da América Latina, através dos programas No son tuites son histórias e Realidades?

O universo da pesquisa consta da programação jornalística da teleSUR e o recorte trata-se de dois programas semanais da grade da TV, que abordam a temática cultural: No son tuits son historias , que vai ao ar aos sábados e se identifica como um programa de investigação jornalística voltado para apresentar e comentar crônicas realizadas pelos correspondentes e colaboradores da emissora. E o programa Realidades, que é veiculado toda quinta-feira e propõe analisar o contexto político, econômico, social e cultural das realidades dos povos latino-americanos, tendo como narradores os próprios protagonistas das reportagens.

Ambos programas possuem duração média de 30 minutos cada um e abordam os mais diversos aspectos da vida social e cultural na América Latina. Apresentam tradições culturais, hábitos e costumes de comunidades localizadas no interior dos países latino-americanos.

O corpus da pesquisa será formado de 48 edições dos programas, No son tuits son historias e Realidades, veiculados em 2016, sendo 24 edições de cada um. Para tanto, serão selecionadas, a partir de visualização prévia, duas edições de cada programa por mês, selecionando-se aquelas que apresentarem maior diversidade de assuntos na abordagem, abrangendo o maior número de países latino-americanos nos temas. O ano de 2016 foi escolhido para este estudo, por considerarmos tratar-se de um momento de grande conturbação política, social, econômica e cultural na América Latina, com o ressurgimento da direita e a ofensiva neoliberal e neoconservadora na América Latina.

2. Justificativa e abordagem teórica

A pesquisa que propomos busca aprofundar as investigações sobre a atuação da TeleSUR na América Latina, reconfigurando para o que concerne, especificamente, à

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

cobertura sobre os aspectos culturais e identitários da região. Com a análise, considerando que a TV se coloca como uma emissora da e para a América Latina, procuramos entender como a narrativa da latinidade, sustentada no aspecto cultural, é referenciada nos movimentos discursivos sul- sul (teleSUR da/para a América Latina).

Com esses enfoques, acreditamos contribuir com os estudos da mídia latino-americana e com o fortalecimento da epistemologia regional do campo midiático, edificada sob conceitos e análises de uma teoria social crítica na região. De outro modo, a pesquisa se torna pertinente porque vai além de pensar o jornalismo como construtor da realidade, mas de como ele defende, caracteriza, fundamenta e projeta as culturas e as identidades na geopolítica latino-americana.

O conceito de cultura – ou culturas – vem sendo trabalhado por pensadores ao longo da história humana. Taylor, Turgot, Malinowski, White, Kroeber, Geertz, Boas, são alguns dos principais teóricos que construíram as bases do pensamento antropológico cultural. Como isso, a definição conceitual de cultura passou por várias etapas de formulação, entretanto, ainda não existe “um razoável acordo entre os antropólogos a respeito do conceito” (LARRAIA, 1986, p. 27).

Larraia (1986) ressalta que a antropologia moderna tem mobilizado esforços no sentido de reconstruir o conceito de cultura, “fragmentado por numerosas reformulações” (LARRAIA, 1986, p. 59), com o intuito de obter uma precisão conceitual. Nesse aspecto, tomamos os preceitos teóricos de Franz Boas (2004), antropólogo alemão, contrário à concepção evolucionista, e que influenciou de forma significativa o conceito contemporâneo de cultura.

Boas (2004) introduziu uma nova dimensão a esse conceito, atribuindo uma definição pluralizada: “culturas”. Assim, para ele, culturas se apresentam “como uma estrutura relativa pluralista, holística, integrada e historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano” (BOAS, 2004, p. 36). Césaire (2011) expõe uma definição complementar a de Boas (2004), afirmando que culturas tratam-se do “conjunto dos valores materiais e espirituais criados por uma sociedade no decurso da sua história” (CÉSAIRE, 2011, p. 255).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Hall (2006, p. 41) acrescenta que “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico”. E ressalta ainda que não existe uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente. Para ele, a multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural, nos confronta constantemente com múltiplas e variáveis identidades, com as quais “poderíamos nos identificar ao menos temporariamente” (HALL, 2006, p. 13).

No que concerne ao contexto latino-americano, Barbero (1997) enfatiza que o debate sobre as identidades continua em aberto, tendo em vista o complexo e dinâmico cenário da diversidade cultural da região. Nesse âmbito, os meios de comunicação, desempenham função importante no processo de definição do que é ou não cultura, influenciando as percepções e as produções sociais identitárias na América Latina.

A televisão ocupa espaço central nesse contexto, por se tratar de um empreendimento midiático que contribui para o processo de homogeneização cultural, reproduzindo valores e padrões de consumo dos centros econômicos, impostos como universais. Para Shuen, (2013, p. 35), “o aparato televisivo promove a símbolos nacionais elementos regionais escolhidos por conveniência do meio, por oportunidade, por proximidade ou por imposição de mercado”.

Essa perspectiva de unidade cultural e cultura nacional, construída e veiculada pela televisão, oculta o sistemático processo de apagamento de outras culturas subalternizadas, influenciando diretamente na construção das identidades dos povos. Conforme esclarece Barbero (2015, p. 250), “a televisão desenvolverá ao máximo a tendência à absorção das diferenças. E falo de absorção porque é esta sua forma de negá-las: exibindo-as livres de tudo aquilo que as impregna de conflitividade”.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O presente trabalho é de cunho teórico-empírico, em que as fontes teóricas servem de guia epistêmico para conduzir as ações empíricas. Assim, como suporte metodológico, recorreremos à pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a Análise de Discurso (AD) de orientação francesa.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Após a fase de levantamento de literatura, de coleta e sistematização dos dados relativos às edições dos programas estudados, faremos a análise qualitativa desses dados, com aplicação da análise discursiva. A Análise do Discurso de vertente francesa (AD), na perspectiva de Orlandi (2010) e Verón (2004), propõe investigar as marcas ideológicas produzidas pela linguagem e materializadas nos discursos identificados no material levantado na pesquisa documental, portanto, será aplicada às reportagens do corpus da pesquisa, com a finalidade de verificar as abordagens jornalísticas da teleSUR sobre as identidades culturais da América Latina.

4. Desenvolvimento

A investigação encontra-se na etapa de investigação do estado da arte, a partir da qual construiremos o diálogo com os dados empíricos. Os temas que estamos investigando nesse momento da pesquisa versam sobre culturas e identidades, atuação da mídia, principalmente a televisão, na América Latina, e os pressupostos da perspectiva teórica da construção social da realidade.

Essa etapa é realizada em paralelo com o levantamento dos dados empíricos, em que estamos visualizando as edições dos programas *No son tuits son histórias e Realidades*, veiculados em 2016, selecionando, baixando e sistematizando as edições que serão analisadas posteriormente.

5. Conclusões

Por está em fase inicial de desenvolvimento, considerando que iniciamos o doutorado em março deste ano, ainda não podemos encaminhar conclusões, mesmo que parciais, sobre a pesquisa. O que podemos apontar são projeções resultantes do contato com o *corpus* empírico, e que podem ser confirmadas ou refutadas ao término das investigações. Nesse sentido, verificamos uma abordagem horizontalizada da emissora sobre as dinâmicas identitárias e culturais da América Latina, a partir de um processo comunicativo sul-sul (da e para a América Latina).

O propósito de produzir uma narrativa plural da realidade latino-americana transparece nos programas visualizados, uma vez que o conteúdo explorado tem lócus

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

em diferentes países da região, evocando, inclusive, realidades ignoradas pelos meios hegemônicos de comunicação que cobrem a América Latina.

6. Referencias bibliográficas

BARBERO J. M. **Comunicación Masiva discurso y Poder**. Quito: Ciespal, 2015.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BOAS, F. **A formação da antropologia americana**. Antologia. Organização e introdução George W. Stocking, Jr. Trad. Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

CÉSAIRE, E. Cultura e colonização. In: SANCHES, M.R. (ORG.). **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

MORAES, G.S.M. **Pátria Grande à vista: TeleSUR e as contradições da integração a América Latina**. 2015. 287 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

ROCHA, S. M. "Ele é o atraso e você a modernidade": matrizes culturais latino-americanas na Televisualidade brasileira, o caso da telenovela *Duas Caras*. **Contemporanea: comunicação e cultura**. Salvador, v.15, n.02, 2017.

SHUEN, L.S. **MÍDIA E CULTURA NACIONALIZADA: processos de homogeneização cultural e a televisão brasileira e argentina**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

Mascáras de alisamento: regulação e controle das atividades culturais de rua no Rio de Janeiro

Smoothing masks: regulation and control of street cultural activities in Rio de Janeiro

Flávia Magalhães Barroso – Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹

Resumo: Neste trabalho analisaremos os procesos de regulação da cultura de rua no Rio de Janeiro. Os espaços privados são, em sua maioria, altamente submetidos à vigilância e por isso, tendem a se ajustar de formas mais intensa às políticas de regulação. A rua, por sua vez, é espaço difuso e fragmentado, de difícil apreensão e controle, por onde são forjadas práticas que desafiam a estrutura vigilante da cultura. O controle das práticas culturais de rua apresenta, nesse sentido, dificuldades específicas vinculadas ao *ethos* da rua que se refere aos nomadismos. As recentes mudanças na legislação de regulação e o enrijecimento do controle das atividades culturais destacada pelos atores que participam da pesquisa foi o pontapé para a análise dos parâmetros que orientam a regulação dessas práticas. Discutiremos a legislação dos eventos de rua na cidade do Rio de Janeiro, as novas proposições e as práticas dissensuais que se apresentam na contramão desse cenário de enrijecimento no controle das práticas culturais de rua na cidade Para tanto, lançamos mão do método cartográfico no levantamento das cenas culturais de rua e na análise dos desafios no processo de legalização dos eventos e as consequentes práticas desviantes neste cenário.

Palavras-chave: Comunicação; Cultura; Festa; Cidade e Controle.

Abstract: In this work, we will analyze the processes of regulation of street culture in Rio de Janeiro. Private spaces are, for the most part, highly subject to surveillance and therefore tend to adjust in a more intense way to regulatory policies. The street, on the other hand, is diffuse and fragmented space, difficult to apprehend and control, for where practices that defy the vigilant structure of culture are forged. The control of street cultural practices presents, in this sense, specific difficulties linked to the ethos of the street that refers to nomadisms. The recent changes in the regulation legislation and the stiffening

¹ Doutoranda em Comunicação pela UERJ. Mestre em Comunicação pela UERJ. Especialista em Comunicação e Imagem pela PUC. Membro do Grupo de Pesquisa CAC (Cidade, Arte de Cultura). E-mail: flavinhamagalhaes@hotmail.com

of the control of the cultural activities highlighted by the actors that participated in the research was the kick for the analysis of the parameters that guide the regulation of these practices. We will discuss the legislation of the street events in the city of Rio de Janeiro, the new propositions and the dissensual practices that are presented against this scenario of stiffening in the control of the street cultural practices in the city. For this, we used the cartographic method in the survey of the street cultural scenes and the analysis of the challenges in the legalization process of the events and the consequent deviant practices in this scenario.

Keywords: Arial Communication; Culture; Party; City and Control.

1. Introdução

A insurgência de atividades engajadas de ocupação do espaço público no Rio de Janeiro são parte da história da cidade, onde, em correspondência às demandas de cada época, os atores desenvolvem atividades de arte e cultura pública suscitando debates diversos em relação à urbe. As reformas urbanas e o investimento público nos megaeventos recentes suscitaram um intenso debate em relação à perenidade dos benefícios dessas iniciativas e sobre a ocupação dos espaços públicos. A falta de diálogo entre o poder público e as populações locais e os constantes posicionamentos autoritários do governo neste processo (FERREIRA, 2010) conferiu centralidade à questão da apropriação dos espaços da cidade, provocando os mais diversos tipos de manifestações, dentre elas as culturais e musicais.

O aumento dos atores interessados na ocupação dos espaços público pode ser verificado também após os protestos políticos de junho de 2013, onde uma série de coletivos culturais pautam ações engajadas na recuperação do senso público das ruas da cidade (MARTINS, 2015). Este é o cenário em que se montam atividades culturais que disputam a praça pública em suas mais diversas correntes no período de 2012 e 2014. Na contramão desse forte reavivamento das atividades de rua na cidade, percebe-se um conseqüente enrijecimento regulatório do Estado em relação ao ordenamento da cidade.

Duas medidas são aprovadas: a Lei do Artista (2012) e a criação do sistema *online* de autorização de eventos de rua (2015) das quais falaremos a seguir. O presente trabalho pretende analisar o cenário atual das atividades culturais de rua após o período

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

dos megaeventos e a criação dos parâmetros regulatórios que visam, em teoria, garantir que as atividades da cultura de rua aconteçam mediante certas responsabilidades. Face ao cenário atual de recorrentes paralisações e embargos de atividades culturais², pretendemos refletir sobre a relação entre as regulações do Estado (leis), as práticas vigilantes (ações de agentes da ordem pública) e as ações dos atores culturais mediante a estrutura legal, verificando a aplicabilidade dessas leis no cotidiano e as consequências para as atividades culturais de rua.

2. Metodologia

Essa análise faz parte da pesquisa sobre festas urbanas no Rio de Janeiro, onde realizamos uma cartografia das ações culturais no centro da cidade desde 2016. Realizamos até o presente momento o trabalho de campo e reunimos dezenove entrevistas com produtores culturais, artistas de rua e frequentadores dessas atividades na cidade. Durante a investigação percebemos que, apesar da garantia legal das manifestações artísticas de rua, a aplicação dessas leis pelos agentes públicos é atravessada por questões de diferentes ordens que avaliam, por exemplo, o impacto econômico dessas ações em relação ao poder privado local, a qualidade e a validade do fazer artístico, o julgamento moral, a adequação ao espaço por termos de gosto e o teor crítico da atividade. Diante da observação de que não são apenas as leis que regulam a atividade cultural de rua, nos questionamos, a partir do levantamento cartográfico, quais são os demais parâmetros de regulação? E quais impactos disso para a cena artística urbana e para a cidade?

3. Justificativa e abordagem teórica

² Matéria do Jornal O Globo: “Prefeitura interdita parcialmente festa de rua do Rivalzinho” (2017). Matéria do Jornal Extra: “Pedra do Sal cancela roda de samba e responsabiliza guarda municipal que nega intervenção” (2017). Matéria do Jornal O Globo: “Bloco Tambores de Olokun é impedido pela Prefeitura de realizar ensaio no Aterro do Flamengo” (2017). Matéria do Jornal O Dia: “Polícia Militar impede realização do samba Pede Teresa” (2017), entre outros.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Para entender os processos de vigilância da cultura de rua, recorreremos aos conceitos de espaços lisos e estriados. O espaço liso está aberto à produção de linhas de fuga, é caracterizado pela pluralidade e pela multiplicidade. Ele possui a qualidade do nomadismo e das potencialidades libertadoras. O espaço estriado é, por sua vez, sedentário, institucionalizado, caracterizado pelos instrumentos normativos de controle. Para Deleuze e Guattari (1997) a análise dos espaços lisos e estriados é decisiva por não qualificar as formações dos espaços de forma binária, mas por pensar, sobretudo, nas interpenetrações, dos alisamentos, dos estriamentos.

A partir das noções de espaço liso e estriado e dos fluxos de um ao outro, Nogueira (2012) propõe atualizações dessas noções no contemporâneo. Para ela, o espaço estriado está cada vez revestido de “máscaras de alisamento” ou passa por um “aparente alisamento da superfície”, de modo que o espaço estriado seria hoje o lugar do *clean*, aparentemente aberto e acessível, porém facilmente cercável, pois necessariamente controlável e vigiado. Podemos localizar este fenômeno na assepsia das praças, boulevards e nas reformas urbanas turísticas. A autora analisa que, em algumas situações, o espaço estriado é superficialmente revestido por alisamentos, por se fazer passar pela estética nômade e flexível (própria dos espaços lisos):

O alisamento não substitui cercas, mas as integra naturalmente ao tecido na cidade. As cercas tornam-se móveis, as vezes transparentes ou mesmo apenas simbólicas. (NOGUEIRA, 2012, p.10)

O revestimento liso de espaços estriados se refere à uma estratégia, um cálculo realizado para a manutenção do controle e da vigilância, através de signos que remetem à aparente mobilidade, liberdade e acessibilidade. Através da justificativa de melhor distribuição e organização dos eventos de rua, incentivada pela ideia de modernização, os agentes de controle passam a pré-determinar espaços públicos possíveis para aprimorar a vigilância das atividades culturais. Ao reduzir as possibilidades de produção das festas de ruas a locais selecionados, torna passível que outras atividades sejam legitimamente reprimidas. Desse modo, substitui-se a represália ostensiva dos agentes públicos, como Guarda Municipal e Polícia Militar, através de políticas que enfraquecem o alcance das atividades no território.

4. Desenvolvimento

A discussão sobre a ocupação do espaço por artistas de rua e pelas festas de rua requer uma análise atenta não apenas do teor legal, mas, sobretudo, do comportamento dessas leis no campo. Dentre as legalidades que levantamos, destacamos duas que são citadas predominantemente pelos produtores culturais, são elas: a Lei do Artista e o decreto de criação do Rio Mais Fácil. A Lei do artista de rua é reconhecida pelos grupos de artistas de rua como um importante passo para a garantia do direito à ocupação dos espaços públicos. Este reconhecimento é resultado da validação legal do direito à atividade artística no espaço público sem autorização prévia, mediante responsabilidades como livre circulação, limite de horário e gratuidade das apresentações. O Rio Mais Fácil, por sua vez, trata da virtualização dos processos de alvará da Prefeitura que concedem o direito de realização de eventos nos espaços públicos. Através da internet os produtores culturais submetem os pedidos de autorizações aos diversos órgãos para a realização dos eventos.

A partir do acompanhamento dos atores, das entrevistas e da participação em eventos de rua, percebemos que a estrutura legal é ineficiente por não contemplar de forma plena os artistas e produtores culturais. Destacamos aqui três perspectivas relevantes para entendermos as diferentes linhas que costuram cotidianamente as regulações das práticas culturais de rua atualmente: 1) a intensificação da centralidade do interesse privado nas políticas públicas de cultura frente a um contexto de crise econômica; 2) a crise de segurança e o consequente esvaziamento dos espaços públicos altamente sustentado pela narrativa do medo e 3) os julgamentos moralizantes das atividades artísticas públicas e privadas realizados pela sociedade civil.

Em um contexto de crise econômica, os empresários enxergam as práticas artísticas de rua como ações altamente danosas à iniciativa privada. A posição do empresariado da Lapa, por exemplo, é de que os eventos de rua, bem como os ambulantes, são uma concorrência desleal aos seus negócios. É comum identificar o discurso de que os eventos públicos são altamente danosos à cidade, pois representam transtornos à ordem pública, à segurança e ao turismo. O argumento da iniciativa privada

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

não se sustenta apenas pela perspectiva econômica, mas, sobretudo, pela descaracterização da relação positiva entre as práticas públicas de cultura e a cidade.

Em alinhamento à perspectiva da iniciativa privada, sob o ponto de vista do Estado, os eventos culturais de rua independentes são altamente contraditórios frente à intensa circulação midiática da crise de segurança pública. Afinal, como ter presente nos espaços públicos um ambiente festivo altamente fervilhante quando se vive um contexto de crise na segurança? Em casos de embargos aos eventos culturais, notamos a predominância do discurso sobre a segurança e ordem pública quando as paralisações são justificadas, por exemplo, pelo aumento de circulação de pessoas na madrugada e falta de contingente policial ou por causar desordem e transtornos no espaço.

Em terceiro lugar, destacamos o atravessamento moral³. Percebemos que no jogo da vigilância da cultura de rua está presente a validação estética em relação à atividade artística ou cultural. Setores da opinião pública, as vizinhanças locais, os posicionamentos pessoais dos agentes e, sobretudo, os julgamentos institucionais do que é arte ou não participam efetivamente dos processos de proibição (FERNANDES, HERSCHMANN E TROTA, 2015). O julgamento moral é, por vezes, acionado para justificar a presença ou ausência de certa atividade artística no local. As territorialidades urbanas culturais e musicais são viabilizadas ou não através de “contratos morais” relacionados a posicionamentos conservadores de espaço público, que propõem conservar práticas tradicionalmente exercidas no local e rechaçar novas atividades culturais.

5. Conclusões

. O tripé composto pelo Estado, iniciativa privada e moralidade conservadora nos apresenta uma perspectiva que escapa de posições binárias como “ação independente *versus* Estado”, por demonstrar que outras questões estão em jogo. O nível de opressão

³ Moral refere-se ao conjunto de normas, princípios e valores em uma determinada sociedade. Essas regras norteiam noções como certo e errado, bem e mal. A moral é fruto de um padrão cultural adotado por dada comunidade ou sociedade, sendo perpetuada pela recorrência de suas práticas ao longo da história. (Ricoeur, 1990).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

aos eventos de rua esta sujeito a fatores como o perfil do público, o alcance, as vizinhanças, a presença de comércio de atividade similar, o formato da ação e a presença ou não de narrativas engajadas. Ou seja, estão mais atreladas à especificidade das práticas, dos locais, dos *modi operandi* da atividade em questão, do que propriamente com os legalismos de fato.

Apesar do cenário que construímos acima, os mecanismos de controle não são totais, ou seja, não abarcam a integralidade social. Na contramão deste cenário de recrudescimento, percebemos a movimentação de uma série grupos artísticos e culturais que desenvolvem atividades altamente engajadas de forma dispersa nas brechas da cidade. Os processos de repressão são acompanhados pela ativação de práticas de contramão que indicam diferentes níveis e escalas de práticas subversivas e politicamente implicadas. Essa perspectiva é essencial por propor reflexões menos reducionistas sobre cidade, arte e cultura que analisem os processos de censura, repressão e exclusão na complexidade em que os mesmos se dão na vida cotidiana, onde a vigilância não é total e nem mesmo a subjetividade é docilizada por completo.

6. Referencias bibliográficas

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs** vol. 4. São Paulo: Ed, v. 34, p. 47, 1997.

FERNANDES, Cíntia Sanmartin; TROTTA, Felipe Costa; HERSCHMANN, Micael M. Não pode tocar aqui!? Territorialidades sônico-musicais cariocas produzindo tensões e aproximações envolvendo diferentes segmentos sociais. **E-Compós** v. 18, n. 2, 2015.

FERREIRA, Alvaro. O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. n. 14, p. 31, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Micropolítica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINS, Daniel Marcos. Música, identidade e ativismo: a música nos protestos de rua no Rio de Janeiro (2013-2015). **Revista Vórtex**. Curitiba, v.3, n.2, 2015, p.188-207

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Corpos políticos. In: **Anais do III Seminário Internacional Urbicentros**. Salvador, v. 22. p. 34- 49. 2012

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora, v. 34, 2009.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O estupro 'corretivo' como didática patriarcal: lutando contra a lesbofobia na cobertura midiática

The 'corrective' rape as a patriarchal didactic:
struggling against lesbofobia in the media coverage

Mylena Domingues – PUC-Rio¹

Natália Kleinsorgen – UFF²

Resumo: O objetivo deste artigo é mapear algumas aparições do "estupro corretivo" nos periódicos de internet nos últimos 10 anos, analisar como se deu a cobertura dos fatos, e de que forma a mídia pode colaborar com a perpetuação da violência masculina sobre mulheres. Para percorrer este trajeto, além das matérias veiculadas, utilizaremos um marco teórico composto pela análise de discurso feminista, de Andrea Franulic; alicerçada na teoria feminista: a heterossexualidade compulsória, de Adrienne Rich; a importância de resgatar a linguagem das mãos dos homens, com Carol Hanisch, Janice Raymond e Catharine MacKinnon; e as feministas Margarita Pisano e Simone de Beauvoir, com suas contribuições acerca da masculinidade. Além disso, traremos dados do Dossiê sobre Lesbocídio, que nos ajuda a pensar na invisibilidade das violências cometidas contra lésbicas.

Palavras-chave: Estupro corretivo; Comunicação participativa; Lesbofobia; Comunicação e Direitos Humanos

Abstract: The aim of this article is to map some of the occurrences of "corrective rape" in internet journals in the last 10 years, to analyze how the facts were covered, and how the media can contribute to perpetuate male violence against women. To go this route, in addition to the material conveyed, we will use a theoretical framework composed by the analysis of the feminist discourse, by Andrea Franulic; based on feminist theory: Adrienne Rich's compulsory heterosexuality; the importance of rescuing language from the hands of men, with Carol Hanisch, Janice Raymond and Catharine MacKinnon; and the feminists Margarita Pisano and Simone de Beauvoir, with their contributions about masculinity. In addition, we will bring data from the Lesbocide dossier, which helps us

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: mydomingues@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167636662506974>.

2 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: natkbb@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

think about the invisibility of the violence committed against lesbians.

Keywords: Corrective rape; Participatory communication; Lesbofobia; Communication and Human Rights.

1. Introdução

Em 26 de abril de 2018, uma jovem, de 22 anos, que tentava voltar para casa, foi abordada, agredida e estuprada por um homem, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro. De acordo com a reportagem veiculada sobre o caso, após ser abordada por este homem e seus amigos, no bar onde se divertia, na Praça da Cantareira, e ter recusado as insistentes aproximações, alegando interesse em uma mulher que estava no local, ela foi seguida e sofreu *estupro corretivo*, no caminho para o terminal rodoviário. A violência ocorreu a cerca de 500 metros de onde estavam, às 22 horas daquela quinta-feira.

Em 2009, na cidade de Khayelitsha, África do Sul, diversas mulheres lésbicas denunciaram terem sido arrancadas das ruas e sofrido *estupro corretivo*. As mulheres sentiam medo de sair e viverem suas vidas. Todas as entrevistadas pela emissora *Sky News*, à época, afirmaram que conheciam, pelo menos, uma pessoa que havia sido estuprada porque era lésbica. Funeka Solidaat disse que foi atacada duas vezes. A mulher contou que homens cobriram o rosto com um capuz e a estupraram.

Segundo a vítima, o que a espantou ainda mais foi a atitude da polícia. As autoridades não teriam dado importância quando a mulher foi registrar o crime e a humilharam, não finalizando o registro de ocorrência. Desire Dudu confessou que a mulher que assume ser homossexual corre risco de morte. Durante a reportagem, um homem chegou a dizer que as “lésbicas deveriam ser espancadas”. “As lésbicas não são mencionadas na bíblia”, disse ele. Os homens que atacam as mulheres dizem que “estão ensinando uma lição”.

Estas histórias não são exceções. Elas são muitas, ainda que mascaradas por um viés paternalista das instituições patriarcais, que silenciam lésbicas e bissexuais em relacionamentos lesboafetivos. Quando estas mulheres falam sobre *estupro corretivo*,

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

esta variação do abuso sexual pouco comentada pelas grandes mídias, elas estão falando sobre uma violência que acontece quando homens decidem que podem e devem punir mulheres lésbicas, a fim de conformá-las à heterossexualidade, ou seja, com o pretenso objetivo de transformá-las em mulheres heterossexuais.

2. Justificativa e abordagem teórica

Para percorrer o trajeto deste pesquisa, além das matérias veiculadas, que analisaremos sob o viés da análise do discurso feminista de Andrea Franulic, utilizaremos um marco teórico composto pelo debate da heterossexualidade compulsória, de Adrienne Rich; falaremos sobre a importância de resgatar a linguagem pelas feministas, através de Carol Hanisch, Andrea Franulic, Janice Raymond e Catharine MacKinnon; traremos dados do Dossiê do Lesbocídio, que nos ajuda a pensar na invisibilidade das violências cometidas contra lésbicas; e as feministas Margarita Pisano e Simone de Beauvoir, com suas contribuições acerca da masculinidade.

Nas sociedade ancestrais e na contemporânea, mulheres têm sido submetidas a clitoridectomias e infibulações; a cintos de castidade; à punição, inclusive com morte, devido a adultérios e relações lesboafetivas; a negação psicanalítica do clitóris, incluindo doutrinas psicanalíticas da frigidez e do orgasmo vaginal; de restrições quanto à masturbação; a negação da sexualidade pós menopausa; a histerectomias desnecessárias; a violências obstétricas; a imagens hiper sexualizadas e irrealis de lésbicas nas mídias, na literatura e na pornografia, incluindo a representação de mulheres respondendo com prazer à violências e sadismos heterossexuais; a destruição de arquivos que relatem experiências lésbicas; a estupros, inclusive o marital; a agressões domésticas; a incestos pai-filha, irmão-irmã, filho-mãe; a socialização das mulheres a fim de normalizar a “pulsão” sexual masculina como um direito humano; a idealização do romance heterossexual na arte, na literatura, na mídia, na propaganda etc.; ao casamento infantil; ao casamento arranjado; a prostituição; aos haréns; etc, nos mostra Adrienne Rich (2012), tudo isso a fim de nos ensinar sobre o prazer sexual dos homens que, de forma violenta, se sobrepõe e se “normaliza” sobre qualquer tentativa de sexualidade feminina. É para a manutenção deste poder que homens estupram, e, soma-se a isso, a vontade de punir lésbicas, que ousam tentar se livrar das amarras

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

heteropatriarcais.

Aparentemente, o termo *estupro corretivo* foi utilizado pela primeira vez na África do Sul, depois de casos como o de Eudy Simelane (que também foi assassinada no mesmo ataque) e Zoliswa Nkonyana terem se tornado públicos. No Brasil, o termo entrou na lei 13.718, sancionada em setembro de 2018, que criou penas específicas para agressões já conhecidas pela população de mulheres e LGBTs, entre elas, o chamado *estupro corretivo*. Embora nos meios militantes já se aborde o termo pelo menos desde o início dos anos 2000, é comum as pessoas o desconhecem.

O guia de terminologia de 2015 do programa das Nações Unidas que ajuda no combate à Aids, UnAids, defende que deixemos de usar o termo *estupro corretivo*, já que ele dá a impressão de que há algo *que precisa ser consertado*. A primeira vez que a ONU usou o termo foi em 2011. Embora as diretrizes de 2015 defendam que utilizemos a expressão *estupro homofóbico* no lugar, a realidade é que ele esconde as principais vítimas desta violência, as mulheres lésbicas. A defesa de que *nem só mulheres* sofrem este tipo de violência é mais uma forma de violentar mulheres lésbicas e mulheres em relacionamentos lesboafetivos, uma tentativa institucional de apagar estas experiências majoritariamente vividas por elas. Por último, um estudo global de 2013 sobre HIV/AIDS foi quem finalmente sugeriu a utilização mundial do termo *estupro lesbofóbico* para esta violência, com o objetivo de enfatizar quem são as esmagadoras vítimas deste fenômeno social. As empresas de comunicação, no entanto, parecem não se interessar em informar a população.

Em uma matéria chamada "Lutando contra o machismo na América Latina: a fórmula para combater feminicídios" (fev/ 2019), a jornalista Mariela Jara traz dados sobre o que entende como um aumento do feminicídio na América Latina, desde o início do ano. No texto, uma das entrevistadas, Gladys Acosta, membra da Comissão de Peritos que monitora o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw), expressou preocupação com a cobertura midiática da violência masculina e o papel que ela desempenha no fomento desta violência. Para muitos homens, educados em uma sociedade misógina, o que se pretende "lição de moral" pode soar como um incentivo, alerta a advogada peruana.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Ela nos diz que a notícia é transmitida como se fosse um show, sem explicar as coisas. Enquanto imagens violentas são mostradas, e poderíamos pensar que isso refreraria o fenômeno ao expor uma atitude tão destrutiva, o que acaba acontecendo é que muitas pessoas veem o agressor como um herói patriarcal. No Brasil, por exemplo, com a lei que tipifica o feminicídio e o qualifica como crime hediondo, temos visto um aumento significativo de notícias sobre violências contra mulher, no entanto, a lógica apresentada por Acosta se mantém. Os grandes veículos não apresentam preocupação ou comprometimento com o conteúdo veiculado, parece só mais um programa de entretenimento bizarro.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Coletaremos matérias de jornais virtuais, publicadas nos últimos 10 anos, que tragam a expressão “estupro corretivo” e avaliaremos de que maneira o texto pode colaborar com a libertação de mulheres, ou, ainda, se, de alguma forma, legitima a violência masculina, através de uma linguagem punitivista e patriarcal. Usaremos uma análise feminista do discurso, proposta por Andrea Franulic, e revisão bibliográfica do marco teórico para alicerçar nossas críticas.

4. Conclusões

Sabemos que a misoginia e a lesbofobia, perpetradas pelas instituições patriarcais – Ciência, Filosofia, Religiões, Jurídico, Mídia, etc. – são as principais responsáveis pela ausência de denúncias por parte das mulheres, o que acaba por reproduzir a *invisibilidade lésbica*, já que os números oficiais nunca contam a história das mulheres lésbicas, como bem denuncia o *Dossiê sobre Lesbocídio*. É preciso, portanto, observar de perto as estratégias midiáticas de cooptação das lutas e tentar entender o que as grandes empresas podem ganhar se apropriando da linguagem dos movimentos sociais. A quem servem as instituições midiáticas? A quem servem as leis? Se Simone de Beauvoir nos ensina algo em seu “Segundo Sexo”, que completa 70 anos em 2019, é que o mundo sempre foi dos homens, e que nós sempre fomos Objeto forjado pela masculinidade.

Da mesma forma que a casa das mulheres não é segura para mulheres, a rua

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

também não o é. Especialmente para mulheres lésbicas. Seja pelo avanço dos discursos de ódio; seja pelo medo arraigado na nossa subjetividade, com tanta violência contra mulheres, perpetuada especialmente pelas instituições midiáticas; seja pelo perigo iminente das ruas escuras e assédios escancarados que vivenciamos todos os dias. Devemos levar em consideração que a heterossexualidade é a norma que multiplica a violência doméstica, tão comum às mulheres heterossexuais; e também é a norma que faz espaços privados serem tão nocivos às mulheres lésbicas. A heterossexualidade é a norma, no sentido de conferir uma mínima segurança em espaços públicos às mulheres bissexuais em relacionamentos com homens, pois conseguem mascarar sua sexualidade desviante; e também é a norma, quando mulheres lésbicas são estupradas por estranhos ou conhecidos em espaços domésticos, ou ermos e desocupados. A heterossexualidade é a norma, enquanto sexualidade; e é a prisão e a linguagem que usamos no mundo masculinista, enquanto regra máxima que dissemina e legitima a violência contra mulheres lésbicas, seja através das instituições ou nas vidas pessoais de homens que desejam se vingar de mulheres—das mulheres que dizem não ao poder e à dominação patriarcal.

5. Referencias bibliográficas

Andrade, VRP. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 71-102, jan. 2005. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15185>>. Acesso em: 26 maio 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

Beauvoir, S. *O segundo sexo*. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Franulic, A. (2015). *Por un análisis feminista del discurso desde la diferencia sexual*. ALED 15.

Pisano, M. (2001). *O triunfo da Masculinidade*. Tradução: Grupo Estudos no Brejo. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/375398/MARGARITA+PISANO+O+TRIUNFO+DA+MASCULINIDADE+tradu%C3%A7%C3%A3o+completa.pdf>>. Acesso em: 15/05/2019.

Peres, MCC; Soares, SF; Dias, MC. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

Cinema NA rua: o direito à cidade entre performatividades e ocupações

Cinema in the street: the right to the city between performances and occupations

Tatiane Mendes– UERJ¹

Resumo: A intenção do presente trabalho é pesquisar a experiência de cinema NA rua como forma de solidariedade, ocupação da cidade e reexistência. Toma-se como questão central a seguinte pergunta: o que ocorre quando o cinema ocupa a rua? A partir de tal questionamento intenciono investigar as potências políticas de experiências de cinema que ocorrem em espaços urbanos. A hipótese apresentada é a de que as experiências de sons, imagens e afetos constroem deslocamentos dos sujeitos na urbe, convidando-os a existirem coletivamente neste espaço e fazerem uso do direito à cidade, reinventando-a. Há uma premissa no presente estudo: de que o cinema NA rua é algo distinto da experiência do cinema em lugares fechados, sendo da ordem do efêmero e tendo suas múltiplas dimensões associadas às dimensões da cidade. Assim o cinema na rua é experiência urbana e comunicacional por excelência. Para analisá-lo, faço uso da metodologia de cartografia, com a técnica da observação participante pontuando diferentes experiências ao redor da cidade, que são as iniciativas Cinevila e Cinegiro. Como resultado, encontro a resignificação do espaço nos deslocamentos dos sujeitos e as decorrentes performatividades, modificando, em alguma medida os fluxos da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Cinema Na rua; Experiência Sensível; Cidade; Performatividade.

Abstract: The intention of the present work is to investigate the experience of cinema in the street as a form of solidarity, occupation of the city and reexistence. The central question is the following question: what happens when the cinema occupies the street? From this questioning we intend to investigate the political powers of cinema experiences that occur in urban spaces. The hypothesis presented is that the experiences of sounds, images and affections construct displacements of the subjects in the city, inviting them to exist collectively in this space and to make use of the right to the city, reinventing it.

¹ Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestre em Mídia e Cotidiano da UFF no PPGMC (Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano), membro do Laccops (Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social) e do Laboratório de Comunicação, Arte e Cidade(CAC-UERJ).Email:tatunha@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

There is a premise in the present study: that the cinema in the street is something distinct from the experience of cinema in closed places, being of the order of the ephemeral and having its multiple dimensions associated to the dimensions of the city. Thus the cinema on the street is urban and communication experience par excellence. To analyze it, I make use of the methodology of cartography, with the technique of participant observation punctuating different experiences around the city, which are the initiatives Cinevila and Cinegiro. As a result, I find the resignification of space in the subjects' displacements and the resulting performativity, modifying, to some extent, the flows of the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Cinema On the street; Sensitive Experience; City; Performativity.

1. Introdução

Este trabalho tem o objetivo de pensar formas de solidariedade, ocupação e resistência a partir das experiências de CINEMA NA RUA, ações que compreendemos como imbricações entre a cidade e o sujeito, o cinema e a cidade. Será na construção de relações horizontais, multidimensionais, de afeto, de sons e imagens do cinema e da cidade, emaranhados, que nos debruçamos sobre tais práticas. A pergunta central é: o que acontece quando o cinema ocupa a Rua? A partir desta, outras indagações surgem: que outras experiências da cidade e dos sujeitos acontecem? Tem-se como hipótese que, ao ocupar um espaço urbano com projeções de cinema, as experiências de sons, imagens e afetos - que constituem o cinema como o conhecemos - constroem deslocamentos dos sujeitos na urbe, convidando-os a existirem coletivamente neste espaço. O percurso metodológico conta com a cartografia a partir da perspectiva de Jesús Martín-Barbero (2009) e Bruno Latour (2012), pontuando a um só tempo os espaços existentes na cidade e identificando os atores sociais inseridos em tais experiências. Nesse espaço, onde o cinema adentrou, ainda sob a ideia de lanterna mágica, e posteriormente cinematógrafo, ainda nos idos do século XIX, os ares da modernidade que derrubaram morros e cortiços, que atravessaram casas e corpos, o cinema, em certa medida, ajudou a construir o imaginário do homem moderno, racional, individual, eurocêntrico. Não foi por acaso que, anos mais tarde, na solidificação de um projeto de Estado Nacional moderno nos anos 1930 e sob o jugo de Getúlio Vargas e o recém-inaugurado Instituto Nacional de Cinema e Educação (INCE), ali estava o cinema como política pública, projeto de construção de uma identidade brasileira, unificada no

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

ideário de progresso de uma capital nacional. Na mesma cidade do Rio de Janeiro, os grandes conglomerados econômicos do início do século XX tinham o cinema como foco, criando espaços de cultura e entretenimento, de fluxo de pessoas e dinheiro, estabelecendo a cidade do Rio de Janeiro como pólo cultural da modernidade. Aqui não se tem a intenção de investigar os descaminhos pelos quais passou a indústria cinematográfica desde 1896, ano da primeira exibição do cinematógrafo no salão de novidades de Paris, embora o percurso do cinema na cidade atravesse cada um dos objetos a ser investigado. A escolha vai no sentido de compreender os atravessamentos da história do cinema na cidade do Rio de Janeiro como pano de fundo para entender um momento específico da urbe carioca: anos depois das duas grandes crises de exibição e produção cinematográfica (GONZAGA,1996) em um cenário contemporâneo, quando o cenário político e econômico gerou manifestações em todo o país, as chamadas jornadas de junho de 2013 (HARVEY,2014) e cujo contexto multifacetado serve como marco para todas as iniciativas de cinema na rua que serão investigadas. Todas, iniciadas apesar ou por causa dos eventos de 2013. A saber: Cine Vila e Cinegiro. Qual seria a relação entre tais eventos políticos e tais projetos? A nós, parece que, em um momento de polarização política, em atos que concentraram milhares de pessoas nas ruas do país inteiro e que, via de regra, foram atravessadas por grandes projeções em construções públicas, o cinema, para além do imaginário de unificação nacional, alfabetização em massa, modernidade e individualismo que o gerou, passa por alguma transformação e sai das salas de cinema indo ocupar a praça, como ponto de fuga, experiência do efêmero, reunindo corpos em meio às narrativas de imagens, sons e afetos. Assim são os projetos investigados. As jornadas de junho então, são o contexto histórico-político que serve como marco para pontuar uma experiência de cinema que não se faz em ambientes fechados, salas de cinema, cineclubes, etc., mas literalmente no meio da rua. Será no atravessamento das jornadas, permeadas de um cotidiano contemporâneo, onde o cinema não é mais o único elemento constituinte do imaginário urbano, mas parte deste, que esta pesquisa se constitui. De modo específico, vemos o cinema na rua, como proposta conceitual e política, em sua potência de gerar espaços de encontro e reflexão, de partilha sensível, onde as narrativas da cidade se confundem

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

com as narrativas da tela, podendo gerar vinculações dos sujeitos entre si e com a cidade, na medida de construir outras formas de solidariedade e reexistência. Caminhamos em diálogo com o ideário de Judith Butler para apontar o cinema NA rua em sua instância política, fazendo convergirem a ideia da assembleia repentina, como “uma forma imprevista de performatividade política que coloca a vida possível de ser vivida” (2018, p.24) e a perspectiva da performatividade, também em Butler, como formas corporificadas de ação” (2018, p.14). Pensando a partir das ocupações dos espaços urbanos por corpos em aliança, Butler aponta para a construção de um corpo político, que vai na contramão das normas com as quais se constitui a coletividade. O corpo, para a autora e para este estudo, é uma relação que institui lugares e valores para cada sujeito, organizando-os a partir de experiências de espaço e tempo. Dessa forma, as manifestações públicas, que constituem deslocamentos, movimentos ou, como observa Butler, performatividades onde os corpos se reúnem em função de uma outra experiência de espaço urbano, oferecem outras percepções de espaço e tempo, deslocamentos de sujeitos e sentidos, propondo outras ocupações da cidade e possibilitando ressignificações do direito à cidade (HARVEY, 2014). Trazendo para a presente discussão a ideia de performatividade, temos que esta apresenta-se como movimento do corpo em relação ao outro se dá no cinema NA rua como experiência sensível, que atravessa a um só tempo o sujeito e a cidade, fazendo-se coletiva e, portanto, política, na medida em que promove o deslocamento dos elementos que compõem a cidade em direção a outro existir.

2. Justificativa e abordagem teórica

A justificativa para tal projeto se dá na crítica que se faz, em consonância com Judith Butler (2018), sobre a racionalidade de um Estado neoliberal que exige o Ethos do “EU”, antes do “NÓS”, nas práticas sociais atravessadas pelo ideário mercadológico que : decide quais práticas/vidas/ideias devem ser mantidas (ou não) e no que Butler define como práticas de negligência sistêmica do estado em relação aos direitos de existência que englobam o direito a expressões culturais, que pontuamos, no contexto específico brasileiro atual, como ações como o Fim do Ministério da Cultura, escassez de políticas

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

culturais e cerceamento/enquadramento de movimentos culturais. A ocupação de espaços urbanos configura-se, para nós, como mecanismo de resistência frente ao sistemático combate do Estado brasileiro e particularmente o fluminense, a produção e organização de espaços e projetos culturais, assim como a ocupação do espaço urbano. Será na afirmação de um direito a cidade em sua instância a um só tempo cultural, política e sensível, que investigaremos nas instancias do cinema NA rua.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A metodologia escolhida envolve o acompanhamento das atividades, o registro – visual, sonoro, textual – de todas as ações que envolvessem cada dia de visitação. Nos ambientes em que fosse possível realizar entrevistas informais em modo aberto com os participantes, assim seria feito. Além disso, cada uma das visitas incluiria a tentativa de propor atividades, de reflexão ou de produção de imagens e sons, a depender do desenvolvimento de cada ação. É necessário lembrar que os projetos ocorrem em espaços provisórios de exibição, o que inviabiliza processos investigativos lentos e demorados, principalmente porque o cinema é um atravessamento, não passa pela rotina dos participantes. Aliás, seria justamente tal característica a considerada a mais potente. No caráter de surpresa encontra-se a espontaneidade da emoção e a intensidade da experiência, refletida no gesto, no olhar, no movimento do participante.

4. Desenvolvimento

Se cartografar é construir mapas, imagens de espaços, seria procedente apresentar um mapeamento preciso de estruturas fixas que pudessem dar conta do fenômeno social abordado. Contudo, se falamos da experiência sensível, de imaginários e experimentações de espaço tempo do sujeito atravessado pelo cinema em meio à vida, o mero registro a análise técnica ou a descrição cronológica do fato não serão capazes de materializar com competência os resultados. Resta-nos percorrer aos mapas noturnos de Martin-Barbero (2009) ou Paola Berenstein (2012) sobre a cidade, em modo errante, como ocupação fugidia, mais de alma do que de técnica. Assim, caberá mergulhar na vivência do sujeito atravessado pela experiência. Sujeito que observa.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Pesquisa e vivência. Sujeito que sente. Sujeito que ocupa as praças, que cria narrativas, seja ao sugerir palavras que vão atravessar os muros da cidade, seja para atravessar a projeção com seu corpo.

5. Conclusões

Enquanto consideração provisória, uma vez que a presente investigação encontra-se em curso, uma observação sobressai, após o percurso empreendido e o resultados obtidos até então: a de que o cinema, enquanto espaço urbano, cria experiências de movimento, de sons e imagens, que chamamos performatividades, também parece bem próximo de criar lugares políticos. Os corpos, dispostos em seus percursos cotidianos, são de alguma forma afetados pelos sons que ouvem, pela configuração peculiar da praça, pelo inusitado da cena. Alguns se aproximam. Curiosos, arriscam alguns minutos do seu dia para observar. Gente que para na esquina, que espicha a cabeça para fora da janela do carro, ou do ônibus, ou de casa. Que se espanta. Que, por vezes, atravessa a rua e vem ver de perto. Alguns minutos mais e procura um lugar para sentar, olhos na tela. Dali para frente, já foi contaminado, absorvido pela atmosfera fílmica, em constante negociação com a cidade.

6. Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. Vera Casa Nova, Márcia Árbex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011
- GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras*: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 1996
- HARVEY, DAVID. *Cidades Rebeldes*: do Direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social*. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de Cartógrafo – Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Tradução: Fidelina Gonzáles. Coleção Comunicação contemporânea 3, São Paulo: Edições Loyola, [2014] 2004.
- PALLAMIN, Vera. *Arte, cultura e cidade*: aspectos estético-políticos contemporâneos. São Paulo: Annablume, 2015.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O papel do Facebook como catalisador da sensação de medo no Rio de Janeiro

The role of Facebook as a catalyst for fear in Rio de Janeiro

Bianca Antunes – UERJ¹

Resumo: O artigo em questão tem como objetivo discutir o papel das condições tecnológicas do Facebook como a instantaneidade, interatividade e georreferenciamento como fatores que aumentam a visibilidade do conteúdo postado na *fan page* “Onde Tem Tiroteio” (OTT). Dessa forma, iremos refletir se, ao banalizar e tratar a violência no Rio de Janeiro como uma experiência cotidiana, os seguidores da página não estariam espalhando e potencializando ainda mais o medo que é visto diariamente na internet, criando uma insegurança promovida pelas tecnologias de comunicação. Em função da grande quantidade de informações no Facebook, foi feita feito recorte de análise das postagens realizadas na página pelo período de 24 horas com a utilização do aplicativo de mineração de dados, Netvizz. Através dele foi possível fazer uma correlação das três principais condições tecnológicas com o aumento do processo de circulação do material postado.

Palavras-chave: Violência; Medo; Facebook; Interação Social; Rio de Janeiro.

Abstract: The article in question aims to discuss the role of the technological conditions available on Facebook as instantaneity, interactivity and georeferencing as factors that increase the visibility of content posted on the "Where Got Shoot" (OTT) fan page. We will reflect if, by trivializing and treating violence in Rio de Janeiro as a daily experience, the followers of the page would not be spreading and further enhancing the fear that is seen daily on the internet, creating an insecurity promoted by communication technologies . Due to the large amount of information on Facebook, the analysis of the postings made on the page for the period of 24 hours using the data mining application, Netvizz, was made. Through it was possible to correlate the three main technological conditions with the increase of the circulation process of the material posted.

Keywords: Violence; Fear; Facebook; Social Interaction; Rio de Janeiro.

¹ Doutoranda, PPGCom UERJ, bianca_antunes@hotmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

1. Introdução

Localizado na América do Sul, com população estimada de 6.520.266² e com grande visibilidade internacional, o Rio de Janeiro vem amargando, nos últimos anos, altos índices de criminalidades. Depois de passar por uma intervenção federal das Forças Armadas, no ano passado, o estado vem sofrendo com a violência diária, num processo que vem se intensificando e que foi agravado pela saída de Sérgio Cabral, do cargo de governador, e de José Mariano Beltrame, ex-secretário de Segurança Pública do Rio. Com a falta de verba nos caixas do governo, a crise atingiu vários setores, entre eles, a segurança pública, o que fez com que os índices de criminalidade retornassem aos registrados dez anos atrás, criando no cidadão carioca uma sensação de medo e vulnerabilidade generalizada. Se de um lado, temos um cenário de falência da segurança pública, do outro, temos uma população que, sem poder contar com a autoridade policial nas ruas, buscou na internet uma forma para encontrar informações para fugir da violência.

O artigo em questão tem como objetivo discutir se a *fan page* do Facebook “Onde Tem Tiroteio” (OTT), criada por moradores do Rio de Janeiro, no Brasil, que informa os seguidores sobre as rotas mais seguras na cidade, funciona como catalisador de notícias sobre crime e potencializa a circulação desse conteúdo ao exibir a criminalidade. A partir disso, podemos pensar o papel das condições tecnológicas disponíveis no Facebook como a instantaneidade, interatividade e georreferenciamento como fatores que aumentam a visibilidade do conteúdo postado, à medida que causam um efeito de circulação do medo com a quase simultaneidade do acontecimento e fazem com que a realidade da violência passe a fazer parte do dia a dia mesmo daqueles que nunca a confrontaram diretamente enquanto experiência de um processo vivido.

Ao problematizar os efeitos e o papel da mídia no crescimento da violência, discutimos se ela expõe e permite compartilhar o que acontece nas redes sociais de forma quase imediata. Ao banalizar e tratar a violência no Rio de Janeiro como uma experiência cotidiana, os seguidores da página não estariam espalhando e potencializando ainda mais

² IBGE, 2017

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

o medo que é visto diariamente na internet, criando uma insegurança promovida pelas tecnologias de comunicação.

2. Justificativa e abordagem teórica

A partir do exposto, podemos pensar se as notícias de criminalidade publicadas no Facebook ganham força a partir do momento em que os seguidores da OTT-RJ passam a conviver constantemente com cenas e discursos violentos, que são publicados de forma acelerada e constante, e acompanham a próxima tragédia. Dessa forma, a *fan page* funcionaria como uma fonte de informações que iria “garantir” a proteção do cidadão carioca, mas também apresenta a cidade do Rio no Facebook como um foco da insegurança e um permanente desafio. No caso da OTT RJ, podemos vislumbrar se o ciberespaço ultrapassa o ambiente virtual para o mundo físico, por meio da tecnologia de geolocalização dos dispositivos, informações digitais se fundem com informações do mundo físico, criando uma nova experiência do medo.

Nesse contexto, levaremos em consideração os conceitos de Haesbaert (2004) sobre geografia cultural e Bauman (2001) sobre medo no mundo contemporâneo. Utilizaremos também os conceitos de Recuero (2009) sobre sites de redes sociais, Latour (1991) sobre o papel da agência dos objetos, complementando com Lemos (2009) sobre a cultura da mobilidade.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Apropriando-se do ciberespaço como fonte de pesquisa, foi realizada a etnografia na internet (Fragoso, Recuero e Amaral, 2011; Konizets, 2002) como aporte metodológico. Utilizando um método interpretativo e investigativo, iremos verificar se e como as condições tecnológicas disponíveis no Facebook como a instantaneidade, interatividade e georreferenciamento atuam como fatores que aumentam e potencializam a visibilidade do conteúdo postado na *fan page* OTT RJ e o engajamento dos seguidores da página e se isso, potencializou a circulação das notícias sobre criminalidade.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Para isso, em função da grande quantidade de informações postadas na página em questão, foi feita a análise das postagens publicada na *fan page* OTT-RJ no período de 24 horas como recorte inicial para nos dar subsídios para pensar a estratégia num contexto mais amplo. Para fazer o levantamento das informações, foi usado o aplicativo de mineração de dados, Netvizz. Através dele foi possível fazer uma correlação das três principais condições tecnológicas com o aumento do processo de circulação do material postado.

4. Desenvolvimento

Pelos rastros digitais postados pelos seguidores da *fan page*, foi possível chegar às seguintes conclusões: primeiro, as informações postadas trazem as principais notícias de criminalidade, permitindo fazermos a identificação das ocorrências de crime num período de tempo; segundo, foram identificadas as regiões afetadas pela violência, realizando assim uma cobertura geográfica da criminalidade numa representação cartográfica virtual do espaço carioca.

A partir disso, pontuamos as seguintes questões: sobre interatividade, foram publicadas, de 17 a 18 de maio deste ano, 40 postagens em 24 horas que geraram alcance de 7.423 curtidas, 1.153 comentários, 2.766 compartilhamentos e 9.163 reações (todos os tipos de reação como *amei*, *uau*, *haha*, *triste* e *grr*). O números apurados indicaram o forte engajamento dos seguidores da página em apenas um dia que, dessa forma, potencializaram a circulação das notícias sobre medo.

Com relação à instantaneidade, foi possível verificar como funciona o processo de compartilhamento do conteúdo da *fan page* OTT RJ. Dezenas de comentários e curtidas foram feitas minutos após a publicação do post original, o que nos dá indícios sobre como ocorre a disseminação *online* de notícias sobre criminalidade e reforça o caráter de instantaneidade da ferramenta.

Sobre a possibilidade de inclusão nas postagens do local onde a ocorrência ocorreu, num recurso semelhante ao georreferenciamento, a indicação da localização das regiões afetadas pela criminalidade nas publicações do Facebook possibilitou constatar

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

que a violência afetou nesse dia os maiores municípios da Baixada Fluminense como São Gonçalo (5 postagens), Belford Roxo (4), Duque de Caxias (3), mas também bairros da Zona Norte do Rio, como Guadalupe (2), e da Zona Sul, como o Catumbi (3). As outras regiões são Piedade, Pavuna, Vila Kennedy, Laranjeiras, Vila Cruzeiro, Penha, Tijuca, Acari, Anil, Manguinho, Parada de Lucas, São Carlos, Rocha Miranda e o município de Angra dos Reis, na Costa Verde. Dessa forma, podemos verificar que a criminalidade se apresenta de forma espalhada em todo o estado do Rio de Janeiro, atingindo vários bairros da cidade e até na Zona Sul, área mais nobre, e por varias cidades vizinhas. Tais dados apontam a impossibilidade de falar em áreas conflagradas, já que a criminalidade e a percepção da violência estariam se deslocando e se espalhando por vários lugares e a qualquer momento.

5. Conclusões

Partindo das condições tecnológicas do Facebook, as informações sobre criminalidade postadas no aplicativo acabam gerando conteúdo de forma quase imediata para os seguidores da *fan page* OTT-RJ. Dessa forma, elas potencializaram a divulgação das postagens sobre violência, espalhando assim o medo nas redes sociais, mas que passa a ser uma ameaça efetiva no cotidiano do carioca.

A análise ensaística serviu para validar o método de levantamento dos dados e nos deu indícios das principais informações que podem ser apuradas e conclusões que podem ser tiradas num segundo momento na utilização de um público maior.

6. Referências bibliográficas

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FACEBOOK, fanpage Business. **102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos do Facebook todos os meses**, 2016. Disponível em

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

<<https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>>

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

IBGE, site. **População da cidade do Rio de Janeiro**, 2017. Disponível em <<https://cidade.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>

LATOUR, Bruno. **Technology is society made durable**. In J. Law (editor) *A Sociology of Monsters Essays on Power, Technology and Domination*, Sociological Review Monograph N°38 pp. 103-132, 1991. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/node/263>

LEMOS, André. **Cultura da mobilidade**. Revista Famecos. Porto Alegre, n. 40, dezembro de 2009.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0 – Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. O'Reilly Publishing, 2005. Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional**. Tese de doutorado. 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2009. (Coleção Cibercultura).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A comunicação contra-hegemônica em dispositivos móveis como espaço de luta pela consolidação dos direitos humanos

Counter-hegemonic communication on mobile devices as a space for the consolidation of human rights

Luan Matheus dos Santos Santana – Universidade Federal do Piauí¹

Resumo: Esta pesquisa, ainda em desenvolvimento no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, tem como objetivo analisar o papel dos meios de comunicações contra-hegemônicos na defesa e salvaguarda dos Direitos Humanos. De modo mais específico, busca-se identificar qual a contribuição que os dispositivos móveis e as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) exercem nesse cenário e ainda compreender de que forma a atuação desses meios contribuem para a afirmação da comunicação como um direito humano. Para o desenvolvimento deste projeto vamos aplicar a metodologia de pesquisa híbrida, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL), do Programa de PósGraduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, que soma procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa. O desafio aqui é, portanto, compreender quais os formatos vigentes de produção e divulgação dos conteúdos em dispositivos móveis, a fim massificar as informações capazes de contribuir com a defesa dos direitos humanos e consolidação da luta pela dignidade humana, a partir da experiência de veículos de comunicação on-line, que atuam no campo da contra-hegemonia.

Palavras-chave: contra-hegemonia; direitos humanos; direito à comunicação; dispositivos móveis.

¹ Jornalista, graduado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, pós-graduando em Marketing e Comunicação Digital e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí - PPGCOM, sob orientação da Profa. Dra. Juliana Fernandes Teixeira. E-mail: luammatheus@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: This research, still under development in the Postgraduate Program in Social Communication of the Federal University of Piauí, aims to analyze the role of the counter-hegemonic communications media in the defense and safeguarding of Human Rights. More specifically, it seeks to identify the contribution that mobile devices and the new Information and Communication Technologies (ICTs) play in this scenario. This project also seeks to understand how the actions of these media contribute to the affirmation of communication as a human right. For the development of this project we will apply the hybrid research methodology, developed by the Online Journalism Research Group (GJOL), the Graduate Program in Communication and Contemporary Culture of the Federal University of Bahia, which adds qualitative and quantitative research procedures. The challenge here is therefore to understand the current formats for the production and dissemination of content on mobile devices, in order to massify the information capable of contributing to the defense of human rights and consolidating the struggle for human dignity, based on the experience of vehicles of online communication, which act in the field of counter-hegemony.

Keywords: counter-hegemony; human rights; right to communication; mobile devices.

1. Introdução

A pesquisa aqui apresentada nasce em meio a uma série de discussões conjunturais acerca dos Direitos Humanos (DH) no Brasil, emergente de um cenário político conturbado, que elevou ao cargo público mais alto do país um governo ultraconservador, marcado por questionamentos que tentam minimizar a importância dos DH, sobretudo das minorias e movimentos sociais e populares.

É dentro desse cenário, portanto, que buscamos analisar o papel dos meios de comunicações contra-hegemônicos em dispositivos móveis, na defesa e salvaguarda dos Direitos Humanos. Busca-se de modo mais específico identificar qual a contribuição que esses dispositivos móveis e as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) exercem nesse cenário, como ferramenta capaz de possibilitar, como propõe Joaquim Herrera Flores (2009), a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O referido trabalho se propõe a investigar como a experiência de veículos de comunicação on-line que atuam no campo da contra-hegemonia têm atuado no sentido de defesa e consolidação de espaços de luta pela dignidade humana, sobretudo a partir do uso dos dispositivos móveis em seus produtos e processos jornalísticos. Busca ainda compreender de que forma a atuação desses meios contribuem para a afirmação da comunicação como um direito humano.

2. Justificativa e abordagem teórica

Este trabalho será analisado a partir da concepção crítica dos DH desenvolvida por Joaquín Herrera Flores (2009). De um lado a imprensa hegemônica absorve o tema dos DH a partir dos tratados e normativas jurídicas e, por outro, os movimentos e grupos sociais trazem uma concepção mais ampla e complexa dos direitos humanos, para além do que está previsto em lei. Afinal, apesar da importância das normas jurídicas, os DH não podem se resumir a elas.

Por esse motivo e, embora consideremos importante, este trabalho não busca analisar o papel que os meios de comunicação hegemônicos desempenham sobre a difusão e formação de conceitos de Direitos Humanos, mas sim, analisar o papel que exercem os meios de comunicações contra-hegemônicos na defesa desses direitos. Fazemos isso, partindo da hipótese de que o jornalismo contra-hegemônico, por estar mais ligado aos movimentos e grupos sociais que lutam por direitos, possam abordar o tema de uma forma mais ampla e crítica, como preconiza Herrera Flores (2009).

Para tanto, tomamos como parâmetro as formulações produzidas por Antonio Gramsci (2002) acerca de hegemonia, entendendo-a como um espaço de busca do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe sobre outra (MORAES, 2010). No campo da comunicação, a hegemonia se manifesta na medida em que grandes conglomerados midiáticos concentram a maior parte dos veículos de comunicação. Assim, os grupos que se opõem a esse projeto dominante se constituem

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

como espaços contra-hegemônicos, portanto, construídos fora dos interesses dos grupos dominantes.

A opção de analisar a comunicação em dispositivos móveis partiu de evidências como a de que o percentual de pessoas que acessaram à Internet no Brasil através do celular já atingiu 97% e vem aumentando. Em contrapartida, o acesso por meio de microcomputador caiu para 56,6% (IBGE, 2018)². Na tentativa de contemplar a pluralidade de questões envolvidas nesse fenômeno, será adotada nesta pesquisa a perspectiva de Teixeira (2018) de que, para estudar o jornalismo **em** dispositivos móveis, é preciso levar em conta duas vertentes: a produção **com**, a partir desses dispositivos; e a produção voltada, direcionada **para** esses dispositivos.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Para desenvolvimento deste projeto, vamos aplicar a metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA. Inserido em um modelo híbrido, onde os procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa são ações complementares, vamos percorrer três etapas, sendo a primeira a revisão preliminar da bibliografia e análise de organizações jornalísticas; a segunda, delimitação do objeto e estudos de caso com pesquisa de campo; e por fim, a elaboração de categorias de análise, processamento do material coletado e definição conceitual sobre as particularidades dos objetos pesquisados. (MACHADO; PALACIOS, 2007b, p.200)

4. Desenvolvimento

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017 (PNAD Continua TIC 2017)

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

De modo preliminar, foi possível observar que a internet e seus dispositivos têm ganhado importância significativa no processo de mobilização e luta pelos direitos humanos. Da mesma maneira que os meios de comunicação contra-hegemônicos buscam a consolidação nesses espaços, tornando-se potenciais concorrentes pela audiência na internet, fenômeno que ganhou mais força a partir da onda de protestos de 2013, que se espalhou por todo o país.

O debate sobre o papel da Mídia Ninja na cobertura das manifestações fez emergir as tensões entre jornalismo produzido pelos meios tradicionais e pelo usuário ou ativista digital chamado de "midialivrista" (BENTES, 2014) por se utilizar do aparato disponível para atuar como mídia com função pós-massiva (LEMOS, 2010). (SILVA, 2014, p.31-32)

O desafio, portanto, é compreender quais os formatos vigentes de produção e divulgação dos conteúdos para dispositivos móveis, a fim massificar as informações capazes de contribuir com a defesa dos direitos humanos e consolidação da luta pela dignidade humana.

5. Conclusões

Se a internet é, como preconiza Castells (2013), o tecido de nossas vidas, suscetível de ser profundamente alterada por sua prática social, e conducente a toda a uma série de resultados sociais potenciais, entendemos que é fundamental construir ferramentas teóricas capazes de produzir subsídios para a intervenção prática desses veículos contra-hegemônicos em desenvolvimento.

Ainda mais em um contexto político, econômico e social marcado por ideias ultraconservadoras, que atacam diretamente os direitos e a dignidade de mulheres, negros, LGBTs, ativistas dos movimentos sociais, populares e sindicais. Essas ferramentas supracitadas precisam ser construídas tomando como perspectiva os avanços sociais e tecnológicos do campo da comunicação, por isso a importância de alinhar esse debate aos dispositivos móveis.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

6. Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (v. 3, 4 e 6)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2001, 2002.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A Reinvenção dos direitos humanos** - Florianópolis: Fundação Boiteuxx, 2009.

SILVA, Fernando Firmino da. **Smartphones e tablets na produção jornalística. Ancora – Revista Latinoamericana de Jornalismo**. Programa de Pós-graduação em Jornalismo – UFPB. Ano 1, Vol.1, N.1. João Pessoa: jul-dez/2014, p.23-40.

TEIXEIRA, Juliana Fernandes. **Jornalismo audiovisual com e para dispositivos móveis: um estudo das aplicações dos smartphones nos processos e produtos jornalísticos das emissoras de televisão do Piauí**. Trabalho de encerramento do Programa Nacional de Pós-Doutorado em Comunicação da UFPI – Piauí, p. 42. 2018.

MORAES, de Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77. 2010.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p.199-222.

Jornalismo de segurança pública: a formação de um campo jornalístico especializado orientado para os direitos humanos

Public security journalism: the constitution of a specialized journalistic field human rights oriented

Anelise Dias – UFRGS¹

Resumo: A proposta desta pesquisa é a constituição de um novo campo jornalístico especializado em segurança pública. O objetivo é demonstrar a centralidade do conhecimento sobre direitos humanos para a defesa da cidadania e para a promoção de uma ética da empatia e da compaixão. Trata-se uma pesquisa bibliográfica e teórica, que busca compreender e sistematizar conhecimentos de diferentes disciplinas necessários para a formação desse campo jornalístico especializado, por meio da adoção do pensamento complexo proposto por Morin.

Palavras-chave: Jornalismo; Segurança Pública; Direitos Humanos.

Abstract: This research proposal is the formation of a new journalistic field specialized in public security, a human rights oriented new field. The objective is to demonstrate the centrality of knowledge about human rights for the defense of citizenship and for the promotion of an ethics of empathy and compassion. It is a bibliographical and theoretical research that seeks to understand and systematize knowledge of different disciplines necessary for the formation of this specialized journalist field, through the adoption of the complex thinking proposed by Morin.

Keywords: Journalism; Public Security; Human Rights.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), mestre pelo mesmo Programa e bacharel em Jornalismo pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). É bolsista CAPES, com doutorado-sanduiche na John Jay College of Criminal Justice (The City University of New York), processo nº 88881.189099/2018-01. E-mail: anelisesdias@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

1.Introdução

Minha tese de doutorado defende a formação de um campo especializado que estou denominando “jornalismo de segurança pública²”, orientado para os direitos humanos. Parto do pressuposto de que a segurança pública é o direito à segurança, à integridade e à dignidade da pessoa humana enquanto sujeito de direitos fundamentais e universais e que ela é um bem público, de responsabilidade do Estado, que deve ser de acesso a todos (SOARES, 2015) e que a compreensão da segurança pública deve ir além da atenção aos incidentes criminais que ocorrem em locais públicos ou que ganham repercussão. Os crimes contra o meio ambiente, a corrupção por entes públicos e privados, a obtenção de vantagens indevidas, a desigualdade social e as diferentes práticas que se interpõem à proteção e à efetivação dos direitos humanos e de cidadania são também temas de segurança pública (BARATTA, 2004). Por ser um campo complexo, a segurança pública não pode ser pensada fora da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença, a exemplo da raça (etnia), classe e gênero, que estão presentes tanto nos processos de vitimização quanto nos de criminalização (CRENSHAW, 1991).

Sobre os direitos humanos, entendo-os como um conjunto de direitos e de proteções inalienáveis pertencentes a todos os seres humanos, que devem ser protegidos independentemente de classe, raça, gênero, orientação sexual ou qualquer outro marcador social da diferença (FREZZO, 2015) e que, para que sejam considerados como tais, precisam reunir três qualidades fundamentais: devem ser naturais (inerentes aos seres humanos por seu caráter humano), iguais (devem ser os mesmos para todos) e universais (devem ser aplicáveis em todos os lugares da mesma forma) (HUNT, 2007).

Tomo como pressuposto, ainda, que o jornalismo especializado tem por essência a mediação entre saberes qualificados e os públicos (TAVARES, 2012). Para pensar esse novo campo especializado do jornalismo de segurança pública, busco demonstrar a centralidade do conhecimento sobre direitos humanos para a defesa da cidadania e para a promoção de uma ética da empatia e da compaixão (BLANK-LIBRA, 2018).

² O termo “jornalismo de segurança pública” foi usado primeiramente por Bedendo (2013). O autor sugere a substituição do Jornalismo policial pelo de segurança pública, mas não desenvolve a ideia.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Para responder a esse objetivo, dedico-me a uma pesquisa teórica, que reúne conhecimentos de diferentes disciplinas que podem contribuir para que o jornalismo esteja apto a cobrir com competência a segurança pública, a partir da adoção de uma perspectiva de defesa de direitos humanos.

2. Justificativa e abordagem teórica

A relevância deste pesquisa justifica-se na medida em que, no Brasil, a segurança pública é uma tema de preocupação central na vida em sociedade (VAZ; CARVALHO; POMBO, 2005; ROLIM, 2006) e, por isso, é pauta diária do jornalismo brasileiro. O jornalismo, porém, não é capaz de dar conta da totalidade de ocorrências da vida cotidiana e, por isso, opera seleções daquilo que será reportado, a partir das condições de produção do discurso jornalístico³, o que faz com que privilegie a cobertura de alguns tipos de crimes e perfis sociais e outros não.

Entendo a falta de uma base comum sobre o que são segurança pública e direitos humanos como um aspecto da formação dos jornalistas que afeta as condições de produção desse discurso e a qualidade do debate público. O fato de os direitos fundamentais da população carcerária serem considerados “privilégios” é ilustrativo disso⁴ ⁵. A ideia de que os direitos humanos são algo perverso não é novidade. Pelo contrário, está presente desde que a linguagem dos direitos humanos entrou na agenda pública brasileira, com os movimentos pelo fim da ditadura militar e com a posterior tentativa fracassada de expansão dos direitos dos prisioneiros políticos aos prisioneiros comuns (ADORNO, 2010; CALDEIRA, 1991).

³ As condições de produção do discurso jornalismo são: a realidade (ou os aspectos manifestos dos acontecimentos); os constrangimentos organizacionais; as narrativas jornalísticas; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes (TRAQUINA, 2002). A essas condições de produção, acrescento o *habitus* de classe do jornalista, que determina diretamente a leitura do Outro que será construída pelo jornalismo (LAGO, 2010) e o de raça e gênero (BYFIELD, 2014), que vão definir o que e como um fato criminal será abordado.

⁴ Esse tipo de entendimento ficou evidente na comemoração nas redes sociais da execução da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL). Marielle foi alvo de uma campanha difamatória póstuma por denunciar a violência policial contra a juventude negra nas comunidades periféricas.

⁵ No Brasil, é parte do senso comum de alguns setores sociais o entendimento de que os direitos humanos são “direitos de bandidos” e que quem defende esses direitos é “defensor de bandidos”. Essa percepção, segundo Cano (2010), baseia-se na ideia de que o combate a criminalidade é uma guerra e que se colocar em defesa desses direitos é, portanto, defender o “inimigo” e trair o restante da sociedade.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A despeito de as campanhas por direitos humanos nunca terem defendido crime ou criminosos nem sequer terem se restringido aos direitos dos prisioneiros, como lembra Caldeira (1991), construiu-se um senso comum de que os direitos humanos seriam “privilégios de bandidos”. Apesar dessa noção distorcida aparecer no discurso social, são as pessoas de perfil historicamente marginalizado e excluído aquelas que são as mais e mais cruelmente punidas pelo Estado por meio da Justiça Criminal e do Sistema Penal. E isso chama atenção para o fato de que há certa aceitação social de que existem sujeitos mais e menos merecedores de direitos, sobretudo quando se trata de uma sociedade de hierarquia social racializada e racista, como a brasileira.

Por tudo isso, tenho defendido que um dos desafios do jornalismo que queira tratar com competência da segurança pública, numa perspectiva orientada para os direitos humanos, é assumir a centralidade do papel da escravidão na constituição da sociedade brasileira e o reflexo persistente desse sistema nas nossas dinâmicas sociais ainda hoje, como fator condicionante do acesso a direitos de diferentes ordens (SOUZA, 2018; 2019)⁶. Para tal, a adoção de uma leitura interseccional que considere raça, classe, gênero, dentre outros marcadores sociais da diferença, é essencial.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Trata-se uma pesquisa bibliográfica e teórica, que busca compreender e sistematizar conhecimentos de diferentes disciplinas necessários para a formação de um campo jornalístico especializado em segurança pública, orientado para os direitos humanos. Busco empregar na tese o que Morin (2008; 2011) chama de pensamento complexo por meio da *articulação* de conhecimentos de disciplinas diferentes, da *interrogação* desses conhecimentos naquilo que eles podem contribuir para a formação

⁶ O Brasil recebeu, sozinho, mais de 40% dos africanos trazidos para a América para serem escravizados – cerca de 3,8 milhões de pessoas, o que faz com que, hoje, cerca de 60% da população seja autodeclarada preta ou parda (SOUZA, 2018; 2019; STARLING; SCHWARTZ, 2018). E que, não por acaso, apesar de serem maioria numérica no país, os pretos e pardos são a minoria em cargos representativos e de liderança, recebem menos do que os brancos e têm menos acesso à educação formal. Por outro lado, são eles desproporcionalmente nas estatísticas criminais: são 64% da população prisional total e as principais vítimas de homicídio por estarem sujeitos à violência das facções, da polícia e do sistema carcerário. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 100 vítimas de homicídio, 75 são negras. Entre 2005 e 2015, enquanto a taxa de homicídio de não-negros caiu cerca de 12%, a de negros cresceu quase 20%. No mesmo período, 65% das vítimas de homicídio do sexo feminino eram mulheres negras. De 2015 a 2017, 75% dos mortos por intervenção policial era homens negros (FBSP, 2017).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

do jornalista especializado em segurança pública e da manutenção de uma *atitude epistemológica* de reconhecimento da incompletude e da incerteza no processo de busca de respostas às questões de pesquisa.

4. Desenvolvimento

A tese está em fase final, na etapa de escrita, após a readequação do desenho de pesquisa a partir das considerações do exame de qualificação e de período de estudos no exterior.

5. Conclusões

Embora a defesa dos direitos humanos, juntamente com a promoção da *cidadania*, apareça entre os valores constitutivos do *ethos* jornalístico, tenho percebido pouca apropriação teórico-conceitual sobre o que são, de fato, esses direitos. Essa lacuna não tem se demonstrado um problema específico do Jornalismo. A insuficiente discussão sobre o que são esses direitos tem a ver com certa convicção de “autoevidência” de sua importância, de que fala Hunt (2007), que os acompanha desde o seu surgimento. O desafio do jornalista que queira tratar com competência dos temas que envolvem esses direitos tem se mostrado, nessa pesquisa, como atravessado pela necessidade de entender o que são, de fato, esses direitos, tanto em suas definições teóricas quanto em suas aplicações práticas ao longo da histórica. A adoção de uma leitura interseccional dos marcadores sociais da diferença aparece como essencial nesse processo e permite concluir, previamente, que o jornalismo tem o dever de reconhecer e incorporar as dinâmicas de raça (etnia), classe e gênero – e de outros marcadores –, se ainda quiser cumprir sua finalidade e seu papel democrático.

6. Referencias bibliográficas

- ADORNO, S. História e Desventura: O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 3, p. 5-20, 2010.
- BARATTA, A. *Criminología y sistema penal*. Buenos Aires: B de F, 2004.
- BEDENDO, R. *Segurança pública e Jornalismo: desafios conceituais e práticos no século XXI*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BLANK-LIBRA, J. *Pursuing an ethic of empathy in journalism*. New York: Routledge, 2018.
- BYFIELD, N. *Savage Portrayals: Race, media and the Central Park Jogger Story*. Philadelphia: Temple University Press, 2014.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

- CALDEIRA, T. Direitos humanos ou "privilegios de bandidos"? *Novos Estudos*. Sao Paulo, n.30, julho de 1991
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Um retrato da violência contra negros e negras no Brasil. 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/11/infografico-consciencia-negra-FINAL.pdf>>.
- FREZZO, M. The sociology of human rights: an introduction. Malden, MA: Polity Press, 2015.
- HUNT, L. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: A apreensão do Outro pelo Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, n.10, v.2, pp. 172-187, 2014.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.
- MORIN, E. *O método 4: as ideias: hábitat, vida, costumes, organização*. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- ROLIM, M. *A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.
- SOARES, L. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: KUCISNKI, B. et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, J. *A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- STARLING, H.; SCHWARTZ, L. *Brazil: a biography*. New York: Farrar, Straus e Giroux, 2018.
- TAVARES, F. O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Estudos em Comunicação*, n. 5, p. 115-133, 2009; TAVARES, F. A especialização jornalística como teoria e objeto. *Revista Comunicação Midiática*, v.7, n.1, p. 96-116, 2012.
- TRAQUINA, N. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.
- VAZ, P.; CARVALHO, C.; POMBO, M.. Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário do crime. *E-compós*, Brasília, v. 4, 2005.